

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL

BETINA AHLERT

CASAS E SEUS ENTORNOS: O REASSENTAMENTO COM BÔNUS MORADIA NA
CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

Porto Alegre
2012

BETINA AHLERT

CASAS E SEUS ENTORNOS: O REASSENTAMENTO COM BÔNUS MORADIA NA
CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora Profa. Dra. Idilia Fernandes

Porto Alegre
2012

BETINA AHLERT

CASAS E SEUS ENTORNOS: O REASSENTAMENTO COM BÔNUS MORADIA NA
CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação de Serviço Social, da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre.

Orientadora Profa. Dra. Idilia Fernandes

Aprovada em: _____ de _____ de 2012.

Banca Examinadora:

Profa. Dra. Idilia Fernandes

Profa. Dra. Jane Cruz Prates

Profa. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes

Agradecimentos

Ao término desse processo, gostaria de agradecer a muitas pessoas que foram importantes para a realização deste estudo. Primeiramente, gostaria de agradecer as famílias e as lideranças comunitárias que se dispuseram a participar da pesquisa e dar voz as suas reflexões acerca do reassentamento com bônus moradia. Sem estas, esta pesquisa não teria sentido.

Gostaria de agradecer a Professora Idília que me acompanhou durante esses dois anos de mestrado e aos outros professores do curso, por dividirem seu conhecimento da formação crítica acerca da sociedade em que vivemos. Às professoras Jane e Jussara por aceitarem o convite para participar da banca e qualificar este estudo. Ainda no âmbito acadêmico, gostaria de agradecer às minhas colegas de curso pelas trocas e apoio contínuo no processo de pesquisa.

Agradeço ainda aos meus colegas de trabalho pelas discussões na construção do trabalho social no cotidiano do Programa Integrado Socioambiental. Foi esse cotidiano que permitiu o surgimento dessa pesquisa. Também agradeço à minha família, principalmente a minha irmã Martina, por ser fundamental na construção dessa dissertação e nos questionamentos em relação às políticas públicas, pautados pelo seu conhecimento no campo da Antropologia.

Para finalizar queria muito agradecer aos amigos e amigas pelo apoio e paciência durante esse período, por vezes não muito tranqüilo. A vocês devo os momentos de lazer necessários para que a produção dessa dissertação acontecesse de forma mais tranqüila. Obrigada a todos vocês.

RESUMO

O presente estudo tem como tema a habitação popular e as ações governamentais na Política de Habitação de Interesse Social. Possui como objeto de análise o reassentamento com bônus moradia no Programa Integrado Socioambiental da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS. Objetiva analisar como vem se dando o reassentamento com bônus moradia no Programa em questão e sua relação com a Política Municipal de Habitação, buscando subsidiar as discussões sobre as propostas de reassentamento na Política de Habitação de Interesse Social. O estudo tem como orientação transversal o método dialético-crítico e as categorias totalidade, historicidade, contradição e mediação. Foram utilizadas pesquisa de campo e análise documental. Na pesquisa de campo utilizamos como instrumento de coleta de dados entrevistas estruturadas com questões abertas com dez famílias já reassentadas com bônus moradia e reunião de grupo focal com oito lideranças comunitárias que integram a Comissão de Moradores do Programa. A análise documental foi realizada utilizando dados brutos de formulário aplicado a trinta famílias pela equipe técnica social do Programa por meio de visitas domiciliares no ano de 2011. O estudo revelou, por meio da análise das falas dos sujeitos envolvidos, a complexidade que é o trabalho na área da habitação, já que envolve aspectos objetivos e subjetivos da vida das famílias. Essas questões transversalizadas por particularidades na sociedade capitalista marcada pela desigualdade no acesso à terra e à propriedade. A partir das falas dos sujeitos buscamos ainda investigar questões ligadas à participação popular no processo de reassentamento, aspectos ligados ao espaço de moradia e também as duas categorias empíricas identificadas, família e trabalho. Consideramos que o bônus moradia é alternativa de reassentamento interessante, quando executada em conjunto com reassentamento em unidades habitacionais, fato que desencadeia a autonomia das famílias na escolha de sua casa. O estudo aponta ainda a necessidade de maiores pesquisas de monitoramento e avaliação *ex-post* nas ações de reassentamento, e a necessidade de ampliação de informações às famílias com vistas a um processo de reassentamento consciente e crítico.

Palavras-chave: política de habitação, bônus moradia, participação popular.

ABSTRACT

This paper's theme is popular housing and the government actions on Housing Policy. The object of analysis is the resettlement with housing bonus in the Integrated Socio-environmental Program of Porto Alegre's City Government. The target of this study is to analyze how the resettlement with housing bonus occurs within the mentioned program and its relation to the City Government Housing Policy. As a final result, it aims to provide a basis for the resettlement proposals in the Social Concern Housing Policy. As an orientation, this study uses dialectical-critical method, and categories totality, historicity, contradiction, and mediation. We used field research and documentary analysis. During field research, we used data collection, structured interviews with open questions with ten families already resettled, and focal group meeting with eight community leaders participating in the Residents Commission of the Program. The documentary analysis was performed using raw data from forms applied to thirty families by social-technical staff of the Program in 2011. Based on the stakeholders' speeches we were able to perceive the complexity of working in the housing field, since it contains objective and subjective family life aspects. Also based on the stakeholders' speeches we investigated topics related to the public participation in the resettlement process, aspects related to the living environment, and the two empirically identified categories – family and work. We believe that housing bonus is an interesting resettlement alternative when it is performed along with resettlement in housing units. This fact gives the families autonomy in choosing a home. The study points out the need for further research concerning resettlement actions monitoring and post-evaluation, and the need for provide the families with further information in order to reach a conscious and critical process of resettlement.

Keywords: housing policy, housing bonus, public participation

Lista de gráficos e quadros:

Gráfico 01 – Tipo de domicílio particular permanente em Porto Alegre/RS.....	31
Quadro 01 – Condições de moradia em Porto Alegre	32
Quadro 02 – Famílias reassentadas com bônus moradia conforme comunidade de origem.....	59
Quadro 03 – Cidades/regiões de reassentamento com bônus moradia.....	60
Gráfico 02 – Bairros de moradia das famílias em Porto Alegre após reassentamento...	61
Gráfico 03 – Bairros e cidades de reassentamento com bônus moradia.....	62
Gráfico 04 – Número de membros que compõe as famílias reassentadas.....	63
Quadro 04 – Perfil das famílias entrevistadas	64
Gráfico 05 – Participação das famílias em Associação de Moradores ou Orçamento Participativo em período anterior a remoção.....	87
Quadro 05 – Acesso aos serviços públicos após o reassentamento	101
Gráfico 06 – Acesso das famílias aos serviços públicos após o reassentamento.....	102
Gráfico 07 – Serviços Públicos que as famílias não estão acessando e período posterior ao reassentamento	103
Gráfico 08 – Situação de emprego do titular do domicílio após o reassentamento	113
Gráfico 09 – Emprego do titular do cadastro após o reassentamento.....	114
Gráfico 10 – Renda familiar em salários mínimos.....	114
Quadro 06 – Renda familiar e renda <i>per capita</i> das entrevistadas.....	115

Sumário

1. Entrando nessa casa: introdução ao estudo.....	09
2. O entorno da questão urbana: uma análise de conjuntura.....	16
2.1. Globalização e financeirização da economia.....	16
2.2. Contexto brasileiro da Política de Habitação.....	24
2.3. A cidade de Porto Alegre e a questão habitacional.....	30
3. Caminhos Metodológicos: o processo investigativo.....	37
3.1. Categorias do método.....	41
3.2. Categorias explicativas da realidade.....	46
3.3. Pesquisa de campo.....	50
3.4. Análise documental.....	54
3.5. Análise dos dados.....	55
4. Para além da casa: bônus moradia e participação popular na Política de Habitação	58
4.1 O reassentamento com bônus moradia no Programa Integrado Socioambiental.....	58
4.2 O bônus moradia enquanto alternativa de reassentamento na Política de Habitação de Interesse Social.....	65
4.3 A participação popular no reassentamento com bônus moradia.....	92
5. O cotidiano da casa: o espaço de moradia, a família e o trabalho.....	92
5.1 O espaço de moradia no processo de reassentamento.....	106
5.2 A família no espaço de moradia.....	111
5.3 Trabalho e Renda	
6. Casas e seus entornos: considerações finais sobre o reassentamento com bônus moradia.....	112
Referências bibliográficas.....	132
Apêndices.....	136
Apêndice 01 – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	137
Apêndice 02 – Roteiro das Entrevistas.....	138
Apêndice 03 – Roteiro da reunião do grupo focal.....	140
Anexos.....	143
Anexo 01 - Parecer do Comitê de Ética em Pesquisa.....	144
Anexo 02 - Formulário Institucional de Entrevista as famílias.....	148
Anexo 03 – Regiões do Orçamento Participativo	150
Anexo 04 – Demandas do Orçamento Participativo	151

1 – ENTRANDO NESSA CASA: introdução ao estudo

O presente estudo consiste na dissertação de Mestrado em Serviço Social da autora, e é parte integrante do Programa de Mestrado da Faculdade de Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Possui como tema a habitação popular e as ações de reassentamento no interior da Política de Habitação de Interesse Social na cidade de Porto Alegre/RS.

Este estudo parte da nossa inserção como Assistente Social da Prefeitura Municipal de Porto Alegre/RS, no Programa Integrado Socioambiental da Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico, há pouco mais de dois anos. A inserção nesse espaço ocupacional gerou inquietações que emergem da necessidade de pensar a inserção profissional junto às famílias alvo de ações governamentais da Política de Habitação, historicamente realizadas por meio de remoções e reassentamentos em conjuntos habitacionais. Acreditamos que a relação entre a prática profissional e a teoria que embasa o trabalho do profissional de Serviço Social se complementam num processo que possibilita um fazer profissional crítico e em defesa dos direitos dos sujeitos, num momento propício para pensar as ações da Política de Habitação em decorrência das mudanças legais que se verificam há pouco mais de uma década no país. Conforme nos aponta Marx: “toda ciência seria supérflua se a forma de manifestação e a essência das coisas coincidissem imediatamente” (Marx, 1985, *apud* Yamamoto, 2008, p. 69).

Essa temática ligada à habitação popular também foi tema de pesquisa anterior por nós realizada na especialização em Serviço Social e Competências Profissionais do Conselho Federal de Serviço Social e da Associação Brasileira de Assistentes Sociais no ano de 2010¹. Naquela ocasião buscamos analisar historicamente a participação popular das lideranças comunitárias e das famílias na construção do reassentamento do Programa Integrado Socioambiental, por meio de entrevistas abertas com as Conselheiras do Orçamento Participativo da Região Cristal (gestão 2009 – 2010). Este estudo apresentou algumas considerações acerca da participação popular no reassentamento do Programa Integrado Socioambiental, dentre estas: i) a participação popular não se faz somente nos espaços

¹ O estudo se intitulou: Sobre vozes e construções: a participação popular e a Política de Habitação em Porto Alegre/RS. Foi orientada pela Profa. Dra. Jussara Maria Rosa Mendes.

instituídos de controle social, mas no cotidiano de vidas das famílias, contudo existe uma necessidade de superação da realidade cotidiana para que as necessidades das famílias possam realmente ser atendidas; ii) os espaços instituídos de participação por si só não tornam-se espaços participativos se não houver um real entendimento de direito à cidade por aqueles que o compõe; iii) no Programa Integrado Socioambiental se observa que as famílias em geral não estão envolvidas em espaços coletivos de participação, ao tempo em que tem buscado respostas para suas necessidades de forma individual; iv) os processos de participação social são dinâmicos, existem momentos de maior e menor participação, o que está intimamente relacionado a correlação de forças entre Estado e Sociedade Civil.

A realização desse estudo no ano de 2010 foi importante para pensar a investigação a ser realizada no Mestrado. Partimos do entendimento da questão habitacional enquanto expressão da questão social presente em dois aspectos: o primeiro relativo ao déficit habitacional e moradias inadequadas, além da segregação populacional nas cidades e da dificuldade de acesso aos serviços e estrutura pública; o segundo enquanto espaço de resistência e organização popular que decorre da organização da classe trabalhadora. A questão habitacional tem tomado proporções muito grandes pelo aumento da população e pela concentração populacional mundial nas grandes cidades e megalópoles. No Brasil, como consequência deste cenário, é grande o déficit de habitação e a inadequação habitacional, principalmente para famílias em situação de vulnerabilidade sócio-econômica, que acabam por ocupar áreas não regularizadas e muitas vezes consideradas de risco; que tem influencia direta na saúde e segurança dessas famílias. Podemos observar várias ações e programas governamentais e não-governamentais que buscam apresentar soluções de moradia, contudo, no Brasil sabemos que ainda muitos dos reassentamentos urbanos se caracterizam por processos estatais impostos pelo governo com reduzida participação dos grupos diretamente atingidos pelas remoções².

Pensar a questão fundiária no Brasil é de extrema importância, já que as questões ligadas à regularização fundiária e a política habitacional historicamente foram relegadas a segundo plano. Quando analisamos o fenômeno urbano enquanto um “fenômeno histórico” não podemos deixar de considerar a totalidade no qual este se insere, qual seja, o processo de globalização e financeirização da economia. Iamamoto (2008) refere que a mistificação do

² Ver, por exemplo, Borges, 2003.

sistema capitalista está constituída pela trindade econômica: capital – terra – trabalho, que se associa respectivamente ao juro – renda fundiária – salário.

A propriedade fundiária é um pressuposto histórico e fundamento permanente do regime capitalista de produção, comum a outros modos históricos de produzir. Entretanto, o capital cria a forma histórica específica de propriedade que lhe convém, valorizando esse monopólio na base da exploração capitalista, subordinando a agricultura ao capital. Aí a propriedade privada adquire sua forma permanentemente econômica – despojando-se dos vínculos políticos e sociais anteriores – na renda fundiária capitalista : a forma como se realiza economicamente a propriedade territorial.

É nesse contexto histórico que no ano de 2000, no 3º Congresso das Cidades, foram propostas as primeiras idéias acerca do Programa Integrado Socioambiental em decorrência da identificação da necessidade de melhoramento da situação de saneamento da cidade. Questões ligadas a remoção e reassentamento de famílias foram incluídas no Programa posteriormente. Contudo, a sua implementação é recente, já que os contratos com os órgãos financiadores (Banco Interamericano de Desenvolvimento e com a Caixa Econômica Federal) se deram somente no ano de 2009. Este Programa tem como objetivo geral contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população da cidade de Porto Alegre e tem como propósito a recuperação das condições ambientais urbanas. É formado por quatro componentes: melhoria da qualidade das águas, desenvolvimento urbano, gestão e proteção ambiental e fortalecimento institucional. Integra o Componente de Desenvolvimento Urbano a remoção e reassentamento de famílias em condições de risco³ e a regularização fundiária⁴, ações que possuem como financiador o Banco Interamericano de Desenvolvimento.

As famílias que serão removidas e reassentadas ocupam sete comunidades nas margens do Arroio Cavalhada e Lago Guaíba, quais sejam: Vila Foz Cavalhada, Vila Icaraí I, Vila Icaraí II, Vila Campos Velho, Vila Nossa Senhora das Graças, Vila Ângelo Corso e Vila Barbosa Neto. A regularização fundiária acontecerá em uma comunidade, na Vila Hípica, que possui 125 famílias cadastradas. Estão cadastradas neste Programa aproximadamente 1713 famílias, que possuem como opção duas formas de reassentamento: em unidades

³ Entende-se por situação de risco, o risco geológico, hidrológico, de áreas viárias ou outra situação que apresente risco habitacional (PORTO ALEGRE, 2009).

⁴ O Programa de Regularização Fundiária (PRF) foi criado em Porto Alegre no ano de 1990, e tem como objetivo possibilitar a regularização das áreas ocupadas irregularmente e a permanência das comunidades na região de origem (PORTO ALEGRE, 2009).

habitacionais e através do bônus moradia⁵. Atualmente foram reassentadas 423 famílias com bônus moradia e 188 em unidades habitacionais construídas no loteamento Campos do Cristal no bairro Vila Nova. O que resultou num dado de 35,66% das famílias cadastradas⁶ que já foram removidas e reassentadas.

As famílias que residem nas comunidades alvo dessa pesquisa têm vivenciado situações de vulnerabilidade social, que nos levam ainda a pensar questões ligadas à exclusão social, espacial e econômica das mesmas⁷. Neste sentido, esse estudo fundamentou-se na necessidade de entender como as famílias e as lideranças comunitárias que integram o Programa Integrado Socioambiental analisam o processo de remoção e reassentamento com bônus moradia que vem ocorrendo desde o ano de 2008, assim como identificou as condições de vida das famílias pós-reassentamento. Buscou compreender ainda, como os usuários dessa política social analisam a sua inserção no processo de remoção e reassentamento. Para isso o problema de pesquisa que deu origem a este estudo foi: Como o bônus moradia vem se configurando enquanto alternativa para responder as necessidades de assentamento urbano em Porto Alegre?

Faz-se mister refletir a respeito da política de habitação de interesse social neste momento histórico em decorrência das recentes mudanças legais e estruturais no governo brasileiro, já que a Constituição Federal de 1988 possibilitou mudanças que vem ocorrendo nos últimos anos no país, com o Estatuto das Cidades, a Política Nacional de Habitação, a criação dos Programas de Aceleração do Crescimento e o Programa Minha Casa Minha Vida, só para citar alguns exemplos. Outro fator que influencia em mudanças significativas em cidades brasileiras foi a indicação do Brasil para ser sede das Olimpíadas de 2016 e a Copa do Mundo de Futebol de 2014. Este último com especial influência na cidade de Porto Alegre, indicada como uma das cidades sede. Em face deste evento, estão previstos diversos

⁵ O bônus moradia é uma forma de reassentamento onde a Prefeitura Municipal indeniza a família a ser removida por meia da aquisição no mercado imobiliário, de um imóvel de escolha da família, no valor de até R\$ 40.000,00. O bônus moradia foi instituído pela Lei n. 10.443/08.

⁶ Sabemos que o número de famílias que atualmente reside na área é superior ao número apresentado no cadastro que apresenta dados da realidade encontrada no final do ano de 2007, em decorrência do adensamento de domicílios e das situações de desmembramento familiar.

⁷ “Os domicílios localizados em áreas irregulares afetadas pela implantação do Programa possuem acesso precário à infra-estrutura (água, energia elétrica, rede de esgoto); possuem como material de construção alvenaria e madeira⁷ - 31% -, apenas alvenaria - 43% -, apenas madeira - 23% - ou sobras⁷ - 3% -. Apresenta estado de conservação entre regular e precário e configuram-se como permanentes em relação à sua localização (em muitas áreas irregulares existe o caráter de transitoriedade das habitações que são desmanchadas e reconstruídas conforme a necessidade dos ocupantes). Não obstante constata-se, ainda que minoritariamente, domicílios com melhor padrão material e área construída” (PORTO ALEGRE, 2007, p. 09).

processos de modernização na urbanização da cidade, tanto no que diz respeito aos espaços esportivos, como na duplicação de avenidas, ampliação do aeroporto, ampliação da rede hoteleira, entre outros. Uma das condições para que esse processo ocorra é a remoção e reassentamento de famílias para a realização dessas obras. Dentre estas a remoção de famílias moradoras do bairro Cristal e Cruzeiro para duplicação da Avenida Tronco, e remoção das famílias que residem nas casas de passagem localizadas próximas ao Estádio de Futebol Beira Rio, isso sem mencionar as famílias moradores da Vila Dique, removidas e reassentadas para ampliação da pista do aeroporto⁸.

Apesar da habitação e do acesso à cidade serem expressões características da questão social que estão intimamente ligadas a outras expressões da mesma, existem poucas produções no Serviço Social que tratam dessa temática⁹, o que amplia a relevância na realização de estudos nessa área. Soma-se a isso o fato de que a questão do acesso a terra e a propriedade no meio rural ou urbano é fato extremamente delicado, num país em que não interessa à classe dominante realizar a reforma agrária, ou possibilitar o acesso à propriedade à todos, já que esta se constitui em mercadoria no capitalismo.

Cabe destacar que existem algumas produções no Serviço Social sobre essa temática e algumas Universidades já a incluem como área de pesquisa, a exemplo da Universidade Federal do Rio de Janeiro. No Rio Grande do Sul podemos citar algumas produções no próprio Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como a de Nalin (2007) que analisou o significado da moradia para famílias reassentadas pelo Programa Integrado Entrada da Cidade em Porto Alegre; e a de Oliveira (2010) que, em sua tese de Doutorado, explanou acerca dos movimentos sociais urbanos, com ênfase no Movimento Nacional da Luta pela Moradia no Rio Grande do Sul. Essas produções certamente são passos importantes na construção acadêmica sobre o tema habitação, com vistas a fundamentar Políticas Públicas, reflexões acadêmicas com destaque do fortalecimento da participação popular na luta por moradia e pelo direito à cidade.

Com vistas à reflexão acerca dessa alternativa de reassentamento de famílias que é o bônus moradia, este estudo se inicia com uma explanação do contexto da habitação no

⁸ Algumas dessas obras já estavam previstas antes mesmo da indicação de Porto Alegre como sede da Copa do Mundo de Futebol (a duplicação da Avenida Tronco está gravada desde a década de 50 do século XX), contudo, por diferentes motivos foi retomada neste momento histórico, sendo que o evento vem sendo indicado como motivador para tal.

⁹ As produções no Serviço Social sobre essa temática tem crescido nos últimos anos. Soma-se a essas produções, aquelas advindas de outras áreas do conhecimento como a arquitetura, o urbanismo, a sociologia, entre outros.

mundo, visando apresentar as relações e o movimento de constituição dessa política à luz da totalidade e da historicidade, categorias dialéticas fundamentais para análise dos fenômenos sociais. Apresentamos a questão urbana e a política de habitação num contexto de globalização e mundialização financeira, buscando entender como esses processos refletem na habitação, nas políticas públicas e no cotidiano de vida da classe que vive do trabalho, num processo evidente de banalização das necessidades humanas, dentre estas a habitação. Discorreremos sobre a urbanização e como esta vem sendo espaço privilegiado para pensar as expressões da questão social em um mundo cada vez mais urbano, no Brasil marcado pelas peculiaridades históricas do país, como as políticas assistencialistas e clientelistas e hoje pela mercantilização. O texto nos conduz à cidade de Porto Alegre, cidade sede do Programa Integrado Socioambiental, e ao bairro Cristal, local onde residem as famílias alvo de remoção e reassentamento. Introduz brevemente a alternativa de reassentamento bônus moradia neste município o que será devidamente aprofundado nos capítulos quatro e cinco.

O segundo capítulo expõe a metodologia e os procedimentos que nortearam a pesquisa de campo e a análise documental. O método que transversaliza o trabalho é o método dialético-crítico e as categorias empregadas foram a totalidade, a historicidade, a contradição e a mediação. Utilizamos o enfoque misto com base em Creswell (2010), contemplando, portanto, dados quantitativos e qualitativos na coleta de dados e na análise dos mesmos. Os instrumentos empregados na pesquisa de campo foram reunião de grupo focal com lideranças comunitárias que compõe a Comissão de Moradores do Programa e entrevistas estruturadas com questões abertas com 10 famílias já reassentadas com bônus moradia. Para isso foram observados os aspectos éticos inerentes à pesquisa, tendo por base o termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Apêndice 01), o tratamento ético dos dados, com previsão de devolução da pesquisa em banca pública, reunião da Comissão de Moradores e publicação de artigo. Anterior a isso, o projeto de pesquisa foi submetido à aprovação na Comissão Científica da Faculdade de Serviço Social e também ao Comitê de Ética em Pesquisa da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, tendo sido aprovado em ambos (Anexo 01). Este capítulo da metodologia apresenta ainda as categorias explicativas da realidade utilizadas: política de habitação, espaço de moradia e participação popular.

No terceiro capítulo iniciamos a apresentação dos resultados da pesquisa com base em duas categorias explicativas da realidade investigadas junto às famílias e as lideranças comunitárias: a política de habitação sob a perspectiva do reassentamento com bônus moradia

e a participação popular na opinião das famílias entrevistadas. Inicialmente buscamos traçar um perfil geral das famílias entrevistadas, assim como das famílias que responderam ao formulário utilizado na análise documental. Posteriormente, por meio das falas dos sujeitos buscamos realizar o monitoramento e a avaliação *ex-post* dessa alternativa de reassentamento existente no Programa Integrado Socioambiental, especialmente para verificar como tem sido a inserção das famílias nos espaços instituídos de participação popular. Com vistas a uma fundamentação teórica para pensar a temática, a nossa referência parte principalmente de autores como Acanda (2006) Pereira (2009), Bonduki (1988, 2004), Gohn (1991, 1997, 2003) e da legislação brasileira na área da habitação.

No capítulo seguinte abordamos ainda a análise dos dados da pesquisa de campo e da análise documental, apresentando outras três categorias: espaço de moradia, família e trabalho. Essas duas últimas categorias empíricas da pesquisa foram recorrentemente trazidas pelas famílias e lideranças comunitárias. A categoria espaço de moradia é uma categoria muito ampla, que acaba por vezes transpassando outras questões apresentadas no texto. O território tem especial destaque na análise do espaço de moradia, onde utilizamos Santos (1994, 2001, 2010) e Koga (2003) com vistas a fundamentar a análise. Família e trabalho são categorias do cotidiano de vida das famílias entrevistadas, aparecem na análise das mudanças ocorridas após a remoção e o reassentamento, e também na análise do que consideram um “melhor espaço de moradia”.

Posteriormente apresentamos as considerações finais do estudo, retomando as questões centrais que aparecem em todo o trabalho. Nesse sentido, apresenta a avaliação *ex-post* da alternativa de reassentamento bônus moradia, nos diversos aspectos que o envolvem, desde a participação das famílias no processo, à inserção no território no pós-reassentamento. Apresenta ainda elementos para pensar o trabalho social desenvolvido junto aos sujeitos alvo dos programas de reassentamento. Este estudo finaliza com a bibliografia utilizada e com os apêndices e anexos que foram essenciais para a realização do mesmo.

2. O ENTORNO DA QUESTÃO URBANA: uma análise de conjuntura

Entendida enquanto uma necessidade básica, a habitação é importante para todo ser humano, indiferente da maneira cultural e do contexto em que vive. Dessa forma, também a habitação insere-se em um contexto mundial demarcado por definições políticas e de mercado, que interferem na forma em que esta se apresenta para os sujeitos, com especial ênfase nas famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Este capítulo busca trazer alguns apontamentos que possam contribuir para uma análise da habitação num processo de globalização e mundialização financeira.

2.1 Globalização e Financeirização da Economia

Ao analisar a questão da habitação no Brasil e mais especificamente na cidade de Porto Alegre/RS, não podemos deixar de levar em conta o contexto pelo qual passa o país de uma maneira geral. O Brasil vive um momento histórico marcado por mudanças em diferentes áreas, como na economia e na concepção de Estado Nacional. É um momento histórico com características peculiares que tem suas bases na globalização e mundialização financeira, que transpassam as relações sociais que compõe a sociedade brasileira.

O que se observa é que o momento pelo qual passa a sociedade capitalistas não é mais regido pelo liberalismo e pelo capital monopolista, mas pelo sistema neoliberalista, que vem dar respostas às crises ocorridas no sistema capitalista no século XX. Os processos de globalização e mundialização financeira são partes constituintes do sistema neoliberal, marcados pela financeirização do capital, que colocou em questão as fronteiras geográficas dos Estados Nacionais em relação à economia, trazendo novas determinações para estes. Os organismos financeiros internacionais, como o Fundo Monetário Internacional e o Banco Mundial passam a influenciar economias nacionais, com especial impacto nos países do Terceiro Mundo. Os últimos, conforme orientação desses organismos, baseados no Consenso de Washington, tem proclamado novas formas de gestão de recursos, das políticas e sistemas

de proteção social, que acabam por desencadear um retrocesso nos direitos sociais da classe que vive do trabalho (IAMAMOTO, 2008; PEREIRA, 2009) .

Iamamoto (2008) nos remete a pensar que, sem regulamentações estabelecidas entre os países, o capital financeiro centralizado em grandes empresas internacionais, com vínculos com as organizações financeiras internacionais, tem liberdade para operar mundialmente. Isto traz como consequência a impossibilidade de concorrência das empresas nacionais e, desta forma, o fim das mesmas. No caso das políticas sociais, em nome da necessidade de redução de gastos, observamos uma clara tendência em repassar as responsabilidades de manutenção da sobrevivência para o indivíduo e para o mercado. Sendo que, para Iamamoto (2008), o que está por trás de tal ação, é o privilégio de gastos para o pagamento do déficit público¹⁰.

Assim, a década de 80 do século XX é marcada por uma ofensiva revolução tecnológica na produção, pela globalização da economia e pelo ajuste neoliberal (Behring, 2003, 178), com vistas a responder às quedas das taxas de lucro ocorridas na década anterior. As mudanças na produção se dão pela passagem do sistema fordista para o sistema de produção baseado no toyotismo, ou modelo japonês, que se baseia nas seguintes características: a polivalência e qualificação dos trabalhadores, ausência de estoques, qualidade total, cooperação dos trabalhadores e flexibilidade nas relações de trabalho. Como afirmou Behring (2003), “Viu-se que a flexibilização das relações de trabalho é um elemento estratégico para a diminuição do custo Brasil e a garantia de condições atrativas para assegurar a permanência de capital estrangeiro no país” (BEHRING, 2003, p.228).

Behring aponta as considerações levantadas por Chesnais, que resumem as consequências dos ajustes neoliberais para o que chama de países em “desenvolvimento”, referindo os seguintes fatos: aumento da importação e déficit comercial; redução de suprimentos locais, acarretando fechamento de empresas e desemprego e; enfraquecimento do setor industrial. A estes elementos a autora acrescenta como consequências da mundialização o mecanismo de gestão da relação salarial, o mercado como gestor da moeda e redução da capacidade de intervenção dos Estados (BEHRING, 2003).

Cabe enfatizar a necessidade de se ter clareza que essas mudanças no sistema capitalista, agora de valorização do capital financeiro, atingem todas as esferas das relações sociais. A mundialização financeira reúne em um mesmo movimento a reforma do Estado,

¹⁰ Para outras informações e dados a este respeito, ver IAMAMOTO, M. Serviço Social em tempos de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

muitas vezes tida especificamente na arena política, a reestruturação produtiva, referente às atividades econômicas empresariais e a esfera de trabalho, e a questão social, que acaba por ser reduzida aos processos de exclusão social (IAMAMOTO, 2008).

De uma maneira geral, podemos considerar que as mudanças provenientes da globalização e financeirização da economia tornam mais evidentes as expressões da questão social em nível mundial, decorrentes da apropriação privada no modo de produção capitalista, que tomam especial proporção do espaço urbano. Conforme nos aponta Iamamoto, a financeirização do capital transpassa as relações sociais, passando a apropriar-se de todos os espaços de dimensão da vida humana:

o capital financeiro assume o comando do processo de acumulação, e mediante inéditos processos sociais, envolve a economia e a sociedade, a política e a cultura, vinculando profundamente as formas de sociabilidade e o jogo das forças sociais. O que é obscurecido nessa nova dinâmica do capital é o seu avesso: o universo do trabalho – as classes trabalhadoras e as suas lutas –, que cria riqueza para outros, experimentando a radicalização dos processos de exploração e expropriação (IAMAMOTO, 2008, p. 107).

Segundo a autora, os processos de radicalização dessa nova ordem mundial são sentidos no mundo do trabalho. A exploração da força de trabalho sempre foi propulsora da formação da mais valia necessária para a manutenção do capital. Nesse processo de financeirização do capital e fetichização do mesmo, essa situação se complexifica ainda mais. Isso porque, a exploração da força de trabalho se apresenta de forma ainda mais complexa, em decorrência da desregulamentação das leis trabalhistas, do aumento da informalidade, da diminuição dos salários, do aumento da esfera que separa os trabalhadores mais qualificados dos menos qualificados, entre outros fatores. Os efeitos sobre a força de trabalho tem sido devastadores, caracterizados por um processo de “heterogeneização, complexificação e fragmentação do trabalho” (ANTUNES, 1999, p. 209). Em relação a isso, Behring (2003) afirma que:

A reestruturação produtiva vem sendo conduzida em combinação com o ajuste neoliberal, o qual implica a desregulamentação dos direitos, o corte dos gastos sociais, em deixar milhões de pessoas a sua própria sorte e “mérito” individuais – elemento que também destrói as identidades, jogando os indivíduos numa aleatória e violenta luta pela sobrevivência (BEHRING, 2003, p. 180).

As conseqüências para o urbano são evidentes no contexto do ajuste estrutural, já que, segundo Davis, é nos anos 1980 que há um incremento muito grande nas favelas dos países do Terceiro Mundo, caracterizando este período como o momento em que as favelas se tornaram, inevitavelmente, o futuro dos migrantes rurais pobres e dos moradores pobres das cidades.

... as cidades do Terceiro Mundo, principalmente, ficaram presas num círculo vicioso de aumento da imigração, redução do emprego formal, queda dos salários e desmoroamento de renda. O FMI e o Banco Mundial, como vimos, promoveram a tributação regressiva por meios das tarifas de serviços públicos cobrados dos pobres, mas, em contrapartida, não houve nenhum esforço para reduzir os gastos militares nem tributar a renda ou a propriedade dos ricos (DAVIS, 2006, p. 158).

Pensando ainda a relação entre o momento histórico de mundialização financeira e o espaço urbano, diferentes autores apresentam fatos que caracterizam o período da década de 1990. Davis (2006) nos traz o termo utilizado por Don Robothan, que relata que o custo para a população dos ajustes estruturais - além da perda de vagas nas indústrias e perda de recursos aplicados em programas sociais, é o “abandono social” dos pobres urbanos (DAVIS, 2006, p 166). Netto (2006), retomando a bibliografia que demonstra os ajustes estruturais monitorados pelo Fundo Monetário Internacional e Banco Mundial, afirma que os mesmos ocasionaram um incontestável “desastre social” para as populações mais pobres (NETTO, 2006, p.11). Para o autor, até mesmo o relatório do PNUD aponta a necessidade de uma “adequação de rota” nos processos, já que demonstra que a pobreza e a desigualdade operam ao mesmo tempo em que continuam os processos de concentração de propriedade e de concentração do poder político – constituindo um cenário contrário aos processos decisórios e à participação da população nos mesmos.

As questões levantadas até aqui ocorrem em nível mundial, mas tem relação direta com a reprodução da vida social, ou seja, com o que ocorre diariamente na vida dos moradores das cidades. Isto gera mudanças nas relações familiares, nas relações de vizinhos e tem atenuado situações de violência urbana - o que pode ser observado nas indicações corriqueiras por segurança pública. O neoliberalismo pressupõe um retorno ao individualismo, o que acirra a concorrência entre indivíduos, a criminalização da questão social e assim a culpabilização dos sujeitos por sua própria situação na sociedade. Iamamoto

identifica ainda que o capital acaba por produzir a “invisibilidade do trabalho e a banalização do humano, condizente com a indiferença ante a esfera das necessidades sociais e dos valores de uso” (IAMAMOTO, 2008, p. 53).

A habitação não foge a este cenário de banalização das necessidades humanas apontadas por Iamamoto. Essa questão em nível mundial tem tomado proporções muito grandes pelo aumento da população e pela sua concentração nas grandes cidades e megalópoles. Como consequência deste cenário, é grande o déficit de habitação e a inadequação habitacional¹¹ não somente no Brasil, mas em nível mundial, principalmente para famílias em situação de vulnerabilidade socio-econômica, que acabam por ocupar áreas não regularizadas e muitas vezes consideradas de risco¹². Podemos observar iniciativas governamentais e não governamentais no sentido de diminuir o déficit habitacional. Contudo, também temos observado mudanças nas políticas públicas, no que tange ao repasse ao mercado de providências antes consideradas governamentais, como, por exemplo, o programa federal Minha Casa Minha Vida. Neste Programa parte da aquisição da unidade habitacional, é de responsabilidade do morador. Antes de entrar nesta questão, consideramos de extrema importância retomar a questão habitacional como uma necessidade básica dos seres humanos.

Pereira (2000) retoma o conceito instituído por Doyal e Gough que considera a habitação como necessidade básica do ser humano. Quando não suprida esta necessidade, ela desencadeia “a ocorrência de sérios prejuízos à vida material dos homens e à atuação desses como sujeitos (informados e críticos)” (PEREIRA, 2000, p. 67). Segundo Doyal e Gough, a habitação adequada é uma necessidade intermediária para um atendimento satisfatório às necessidades humanas básicas, sendo um propiciador da melhoria da saúde física e da autonomia dos seres humanos (DOYAL e GOUGH *apud* PEREIRA, 2000).

Para estes autores, apesar das diferenças culturais e climáticas dos diferentes países e povos, três questões devem ser consideradas essenciais na área da habitação:

¹¹Conforme relatório do Ministério das Cidades sobre o déficit habitacional no Brasil, o seu conceito está ligado às deficiências do estoque de moradias. Engloba aquelas sem condições de serem habitadas devido à precariedade das construções ou em virtude de desgaste da estrutura física. [...]. Inclui ainda a necessidade de incremento do estoque, devido à coabitação familiar forçada (famílias que pretendem constituir um domicílio unifamiliar), aos moradores de baixa renda sem condições de suportar o pagamento de aluguel e aos que vivem em casas e apartamentos alugados com grande densidade de pessoas. Inclui-se ainda nessa rubrica a moradia em imóveis e locais com fins não residenciais. (BRASIL, MINISTÉRIO DAS CIDADES, 2009).

¹² No Brasil é comum existirem famílias morando em áreas de encostas de morros, margens de arroios e inclusive áreas onde localizavam-se lixões (MARICATO, 1996, 2001). Em nível mundial, podemos citar como exemplo as famílias que habitam sepulturas na Cidade dos Mortos no Cairo, aqueles que dormem em telhados na mesma cidade, ou a ainda existência de cortiços na cidade de Mumbai na Índia, e as muitas famílias que são moradores de rua (DAVIS, 2006).

- a) garantia de abrigo suficiente em climas adversos e proteção razoável contra intempéries, risco de epidemias e vetores patogênicos [...];
- b) existência de saneamento para evitar a contaminação bacteriana de água e das redes de distribuição [...];
- c) ausência de superlotação residencial [...] (DOYAL e GOUGH *apud* PEREIRA, 2000, p. 77).

Quando analisamos a questão da habitação, e nesse sentido a ausência de habitações e habitações inadequadas para a vivência humana, pensamos em uma dimensão de grandes cidades, megalópoles e regiões metropolitanas que tiveram um crescimento extremamente acentuado nas últimas décadas. De maneira geral, os países tem se tornado cada vez mais urbanos e cabe salientar que esse processo se deu de forma muito mais rápida do que foi pensado por diversos estudiosos (DAVIS, 2006). Davis refere que em 1950 havia 86 cidades no mundo que possuíam uma população maior do que 1 milhão de habitantes. Já no ano de 2006 havia 400 cidades com essa população ou mais, “em consequência, as cidades serão responsáveis por todo o crescimento populacional do mundo” (DAVIS, 2006, p. 14). Os principais países responsáveis por este crescimento são os países do chamado Terceiro Mundo.

Com as mudanças decorrentes da urbanização acelerada em diversos países, muitos estudiosos têm dado atenção a outros processos ligados à urbanização, para além de pensar a segregação social. Seus estudos buscam trazer considerações sobre urbanização em nível mundial, principalmente em decorrência da formação do que chamamos de megalópoles e hipercidades. Dentre estes autores, está o escritor francês Oliver Mongin (2009). Em seu livro *Condição Urbana: a cidade na era da globalização*, o autor realiza uma análise do que ele chama de “pós-cidades” e “pós-urbano”, tendo por base as cidades européias, que, segundo este, não se restringe mais ao seu espaço circunscrito. Desta forma, a cidade não é mais considerada referência primordial, diante da “constatação implacável de que os fluxos se sobrepõem aos lugares” (MONGIN, 2009, p.21). Para Mongin, em diferentes locais do mundo, a cidade cede espaço a uma dinâmica metropolitana. O que leva o autor a afirmar que “entramos no mundo do pós-cidade, aquele no qual as entidades ontem circunscritas a lugares autônomos doravante dependem de fatores exógenos, a começar pelos fluxos tecnológicos, pelas telecomunicações e pelos transportes” (MONGIN, 2009, p.16).

O autor norte americano Mike Davis também apresenta contribuições importantes acerca das mudanças que se apresentam no contexto urbano, numa perspectiva de aumento da

população moradora das cidades e sua relação com a pobreza e com o processo de favelização. Em seu livro *Planeta Favela*, Davis (2006) realiza uma análise que abrange o contexto mundial, trazendo dados que retratam a realidade em diferentes países no que tange a questão habitacional e às idéias de pesquisadores que acreditam na união de grandes regiões metropolitanas. Em relação à união das grandes regiões metropolitanas, o autor apresenta como exemplo o Rio de Janeiro e São Paulo (DAVIS, 2006), assim como um “corredor que se estenda do Japão/ Coréia do Norte até o oeste de Java” (DAVIS, 2006, p. 17). Baseado nas mudanças na urbanização mundial, o autor realiza ainda uma caracterização mundial da habitação apontando que nos países desenvolvidos 6% da população urbana são moradores de favelas e que estes “constituem espantosos 78,6%” dos moradores urbanos dos países do Terceiro Mundo, o que corresponde há um terço da população mundial: “Mumbai, com 10 a 12 milhões de invasores de terrenos e moradores de favelas, é a capital global dos favelados, seguida da cidade do México e Daca (9 a 10 milhões cada) e depois Lagos, Cairo, Karachi, Kinshasa- Brazaville, São Paulo, Xangai e Délhi (6 a 8 milhões cada)” (DAVIS, 2006, p. 35).

O referido autor pretende demonstrar com esses dados que existem mudanças na habitação que devem ser consideradas nos estudos. Dentre essas mudanças, aponta que existe uma tendência de fusão entre o urbano e o rural, com uma extensão do primeiro sobre o segundo, tomando a urbanização outro modelo do que aquele da fase da industrialização, quando a urbanização se deu pelo êxodo rural. Outra questão a ser considerada é que, embora em diferentes momentos históricos e em muitas cidades as famílias pobres foram obrigadas a deixar áreas centrais da cidade, existem hoje cidades em que as famílias ricas têm optado em não residir nas áreas centrais, passando a ocupar condomínios fechados em áreas mais afastadas. Nesse sentido, Davis coloca que existe uma necessidade de se repensar a perifericidade. Em relação a isso podemos pensar ainda que existe uma diferença substancial entre morar em locais periféricos como uma opção pela qualidade de vida, ao considerá-los mais tranquilos e com menor adensamento populacional do que as regiões centrais da cidade, possuindo assim condições materiais de vida que permitam acessar bens e serviços (como por exemplo carro) e, em contrapartida, à distância do centro para famílias que necessitam de transporte público para deslocar-se e acabam por residir em bairros com menor infraestrutura.

Conforme Davis (2006), algumas regiões centrais estariam perdendo seu valor no mercado imobiliário. Esse fato poderia possuir como causa/efeito processos de favelização de regiões centrais das cidades. O que se mantém permanente nesta situação é que

A ocupação *stricto sensu* continua primariamente em terra urbana de baixo valor, em geral em lugares de risco ou extremamente marginais, como planícies sujeitas a cheias, encostas, pântanos ou antigas instalações industriais poluídas. (...) As vilas só são toleradas porque esses terrenos abandonados estão temporariamente sem valor numa economia em depressão (...) A invasão tornou-se um jogo de azar contra o desastre inevitável (DAVIS, 2006, p. 49).

Essas questões apontadas caracterizam a ocupação enquanto uma questão objetiva de localização nas regiões da cidade. Contudo, mais do que a localização geográfica, há necessidade de considerar a forma de apropriação dos territórios enquanto territórios vividos (Santos, 2005). Passando assim a considerar a representação simbólica de ocupação deste território para as famílias e a valoração deste em nível de cidade. Nesse sentido, existe, por exemplo, uma diferença entre morar em um condomínio fechado na zona sul de Porto Alegre, e morar em áreas na própria zona sul que são periféricas e apresentam condições de moradia e estrutura bastante precárias. A inserção no território é perpassa pelas desigualdades no habitar não ligados somente à localização geográfica, mas a infra-estrutura existente (banco, hospital, serviços de consumo, serviços de correios, entre outros), aspectos fundamentais para pensar o direito a cidade e o habitar com dignidade.

Davis (2006) realiza uma caracterização das formas de moradias inadequadas e ocupações irregulares que vem se constituindo no mundo, tais como os casarões antigos, as casas de aluguel e cortiços em São Paulo, os moradores engaiolados em Hong Kong, a cidade dos mortos no Cairo (famílias que residem em sepulturas antigas), os moradores que dormem nos telhados, inquilinatos de madeira e lata em Buenos Aires, além do grande número de moradores de rua, inclusive nos países do chamado Primeiro Mundo. Soma-se a isso, o que considera as “privatizações das invasões”, onde os pobres necessitam pagar propina (mediante aluguéis ou votos) para políticos, bandidos ou policiais para poder morar nos loteamentos irregulares (DAVIS, 2006, p. 51). Estes são retratos de que no mundo existem muitas pessoas que não tem a necessidade básica de habitação atendida. Marx, no III Manuscrito realiza uma comparação entre a habitação do pobre e a moradia dos selvagens na caverna, e afirma:

O selvagem em sua caverna (um elemento natural que lhe é livremente oferecido para uso e proteção) não se sente um estranho; pelo contrário, sente-se tão em casa quanto um *peixe* na água. Mas, a habitação do pobre num porão é uma habitação hostil, "um poder estranho, constrangedor, que só se entrega em troca de suor e sangue". Ele não pode considerá-la como seu lar, como um lugar onde afinal possa dizer "aqui estou em casa". Pelo contrário, ele se encontra na casa de *outra pessoa*, a casa de um *estranho* que está à sua espera diariamente e o despeja se não pagar o aluguel. Ele também se dá conta do contraste entre sua própria morada e uma residência humana, como as que existem *naquele outro mundo*, o paraíso dos ricos (MARX, 1844).

A afirmação de Marx, apesar de ter sido escrita em outro momento histórico, possui atualidade no campo da habitação, principalmente na habitação da classe que vive do trabalho, já que possui como fundo uma análise da desigualdade social no acesso à moradia digna. Também as questões levantadas tanto por Mongin (2009), como por Davis (2006), nos auxiliam a pensar a questão habitacional neste momento atual. Sabemos que o caminho traçado no campo das políticas sociais no Brasil e nos países do Terceiro Mundo, trazem modificações na implementação de programas na área da habitação de interesse social e também no imaginário da população sobre um direito social. Também na área da habitação podemos perceber a responsabilização do indivíduo em relação a sua casa, a irregularidade do lote em que ocupa, as situações de alagamento, inclusive nos discursos de funcionários que atendem a essas populações e algumas lideranças comunitárias (diário de campo, 2011). A banalização das necessidades humanas e do próprio ser humano, calcada pelos princípios do mercado, nos faz perceber que “o preço dessa nova ordem urbana será a desigualdade cada vez maior, tanto dentro de cidades de diferentes tamanhos e especializações econômicas quanto entre elas” (DAVIS, 2006, p. 18).

2.2 Contexto brasileiro da Política de Habitação

Em decorrência da história do Brasil, existem particularidades quando analisamos esse processo de financeirização em relação às políticas de habitação. Nesse ínterim, historicamente as decisões a respeito da economia e da política no país foram tomadas de “cima para baixo” pela burguesia, já que a lógica do coronealismo e do favor perpassam a história das relações e das políticas públicas (IAMAMOTO, 2008; HOLANDA, 1995). No

Brasil, o conservadorismo do passado mantém-se em coexistência com o moderno e com a globalização. Conforme nos coloca Iamamoto, “a expansão monopolista faz-se, mantendo, de um lado, a dominação imperialista e , de outro, a desigualdade interna do desenvolvimento da sociedade nacional” (IAMAMOTO, 2008, p. 132).

A intervenção estatal foi fundamental para a manutenção da classe burguesa na tomada de decisões, por meio da antecipação do atendimento de algumas demandas populacionais (por exemplo às leis trabalhistas). Assim, observamos na história do país, que, por um lado, a “grande propriedade tornou-se empresa capitalista agrária e, por outro, com a internacionalização do mercado, a participação do capital estrangeiro contribuiu para reforçar a conversão do Brasil em um país moderno com alta taxa de urbanização” (IAMAMOTO, 2008, p.133).

A história do Brasil e sua relação com o uso privado da terra ocorrem com a criação da Lei de Terras no ano de 1850. Com esta, o Estado passa a regular o acesso e distribuição da mesma. É nesse mesmo momento histórico que começa a emergir o trabalhador livre no país, especialmente a partir de 1888 com a proclamação da República (MARICATO, 1996, p.21). A mercadorização da terra tem estreita ligação com a desigualdade social que é estrutural em todo processo de crescimento do país. Desde o período colonial na exploração do trabalhador escravo - apesar das mudanças significativas desencadeadas pela institucionalização com o trabalhador livre – existe uma manutenção da desigualdade. Sobre o trabalhador livre, afirma Maricato: “quando o trabalho se torna mercadoria, a reprodução do trabalhador deveria, supostamente, se dar pelo mercado. Mas isso não aconteceu no começo do século XX, como não acontece até o seu final” (MARICATO, 2001, p. 22). Ou seja, apesar do trabalhador estar inserido no mercado de trabalho, isso não lhe garantia possibilidades dignas de reprodução da sua vida e da vida de sua família.

No início do século XX as cidades que vinham crescendo em proporções muito grandes em decorrência da industrialização¹³ não ofereciam infra-estrutura urbana para proporcionar condições adequadas para instalação das famílias provenientes do processo de migração. A questão habitacional configurava, então, espaço de exclusão sócio-espacial, que se caracterizava pela “cisão entre moradores que ocupam uma área da cidade considerada formal, com infra-estrutura e serviços básicos, daqueles que são obrigados a viver na

¹³ Com base nos estudos desenvolvidos por Santos (1994), a população urbana cresceu de 5,9% no ano de 1872, para 31, 24% na década de 1940. (SANTOS, 1994, p. 20).

clandestinidade” (NALIN, 2007, p. 27). Nesse período cidades como São Paulo e Rio de Janeiro foram alvo de ocupações em áreas não regularizadas. Exemplos desse fato foram à superlotação dos cortiços nos centros das cidades, a constituição dos loteamentos irregulares e a construção de favelas que, em determinadas épocas foram ocupações incentivadas pelos governos em decorrência do aumento da necessidade de moradia no meio urbano (BONDUKI, 2004). Em decorrência da situação que se fazia presente, essas foram às estratégias de moradia para as famílias de trabalhadores mais pobres, já que a favela constituía “a principal alternativa de sobrevivência das classes populares que, mesmo quando inseridas no mercado formal de trabalho recebem salários insuficientes para suprir suas necessidades básicas” (GOMES E PELEGRINO, 2005, p. 18).

A urbanização decorrente da industrialização no início do século XX foi um processo muito significativo e caracterizou o modo com que se deu o crescimento do país. Maricato entende esse período histórico como uma “uma máquina de produzir favelas e agredir o meio ambiente” (MARICATO, 1996, p.22). No pós segunda Guerra Mundial a urbanização no país passa por um segundo momento de intensificação. Todavia, diferentemente da primeira metade do século, acontece à organização da classe operária que demanda do Estado posicionamento em relação às expressões urbanas da questão social. Nessas décadas, com a ação dos governos militares patrimonialistas de cunho repressor, as medidas de intervenção governamental na questão social eram estruturadas de forma focalizada, não alcançando uma perspectiva universalista.

No âmbito do capitalismo industrial no pós-guerra a apropriação privada da terra no espaço urbano começa a ser considerada um problema, devido ao crescimento demográfico e a ausência de infra-estrutura urbana. As cidades são palco para essas mudanças no sistema de produção e, portanto, espaço privilegiado para a formação de uma sociedade desigual, onde a questão social tomava forma. Singer (2004, *apud* BONDUKI, 2004) realiza uma análise da habitação no sistema capitalista¹⁴:

A habitação no capitalismo é uma mercadoria como qualquer outra. A produção privada de moradias para gente de todas as classes sociais é uma das mais importantes áreas da aplicação de capital. Como no mercado capitalista quem “manda” é o consumidor, há oferta de moradias para todos os gostos e sobretudo para todos os bolsos. No caso, o que interessa é o

¹⁴ Singer faz esta análise na apresentação do livro de Bonduki intitulado *Origens da Habitação Social no Brasil* (BONDUKI, 2004).

morador de renda baixa e incerta, que obviamente não tem fortuna para adquirir e nem fiador para alugar uma habitação “regular”. Se o mercado de trabalho relega parte da população à pobreza, o mercado imobiliário nega aos pobres a possibilidade de habitar no mesmo espaço em que moram os que podem pagar. Surge uma demanda economicamente inegável. Desta contradição se origina a “habitação social” (SINGER, 2004 *apud* BONDUKI, p. 09, 2004).

Percebemos, a partir da citação de Singer, que a questão habitacional e a questão da habitação social são parte de um contexto mais amplo, mediado por relações capitalistas de mercado que desencadeiam várias situações de desigualdade e exclusão social. Na década de 1980 a questão da concentração da pobreza nas cidades fica mais evidente no cenário brasileiro, onde muitas famílias ocupam áreas irregulares como encostas de morros, várzeas, margens de arroios (MARICATO, 2001, p. 22) e onde não possuem o acesso a bens e serviços que possuem aqueles que habitam a cidade formal. É constituinte desse período a abertura dos Estados Nacionais aos acordos estabelecidos pelas agências financeiras internacionais, ou seja, os Planos de Ajuste Estrutural.

Davis nos traz considerações diferentes acerca da urbanização e industrialização no Brasil. Considera que o início do processo de urbanização no país foi desencadeado pela industrialização que emergia em cidades como São Paulo, por exemplo. Contudo, relata que não é necessariamente a industrialização que mantém a taxa de urbanização, já que “desde meados da década de 1980, as grandes cidades industriais do hemisfério sul - Bombaim, Joanesburgo, Buenos Aires, Belo Horizonte, e São Paulo – sofreram, todas, fechamento maciço das fabricas e a tendência a desindustrialização” (DAVIS, 2006, p. 23). A urbanização se mantém como resultado da desregulamentação agrícola que ocorre no mesmo período, o que faz com que os trabalhadores agrícolas procurem as cidades em decorrência da pobreza que se instalava no campo. E complementa: “a superurbanização, em outras palavras, é impulsionada pela reprodução da pobreza, não pela oferta de empregos” (DAVIS, 2006, p. 26).

O momento de globalização e mundialização do capital, pelo qual passam as sociedades, apresenta “novas mediações históricas que reconfiguram a questão social na cena brasileira” (IAMAMOTO, 2004, p. 142). Iamamoto (1998) caracteriza o conjunto das expressões da questão social como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade¹⁵ (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

A questão urbana torna-se uma das expressões da questão social quando caracteriza-se pelo não acesso de diversas famílias ao solo urbano, pela existência do déficit habitacional e do não acesso aos bens sociais produzidos. E em contrapartida, pela via da resistência através dos movimentos sociais de luta pela moradia e pelo direito a cidade.

Assim, a cada momento histórico, a questão social, que na realidade é cada vez mais urbana, pois vivemos numa sociedade que se urbaniza de forma cada vez mais acentuada, toma contornos diferenciados, com novas contradições, remetendo a um campo de problemáticas que adquire particularidades desafiando a sociedade para o seu enfrentamento (GOMES e PELEGRINO, 2005, p.17).

Consideramos que a questão social, associada cada vez mais com a urbanização, demonstra que as cidades, principalmente as metrópoles, tornam-se um cenário onde “a ‘velha questão social’ metamorfoseia-se, assumindo novas roupagens. Ela [a questão social] evidencia hoje a imensa fratura entre o desenvolvimento das forças produtivas do trabalho social e as relações sociais que o impulsionam” (IAMAMOTO, 2004, p. 142). Ou seja, as cidades, na sua constituição territorial, exemplificam a desigualdade a partir da questão habitacional. Neste sentido, essa questão, tal como se institui hoje, é uma das conseqüências ou um dos efeitos de uma nova configuração da questão social ou, nas palavras de Mongin (2009, p. 216) “a questão urbana torna-se a nova questão social, ela transplanta para o território os problemas do emprego, da segurança, da escola”.

Com vistas a embasar a análise da questão habitacional, podemos ainda pensar como essa situação se desenha no Brasil a partir de alguns dados quantitativos apresentados em pesquisas realizadas na área. Pesquisa contratada pelo Ministério das Cidades e realizada pela Fundação João Pinheiro, com base nos dados apresentados pelo Instituto Brasileiro de

¹⁵ A autora refere ainda que ao considerar a questão social como desigualdade, esta deve ser considerada também enquanto rebeldia, já que os sujeitos que vivem essas expressões da questão social à elas resistem e se opõe. O contexto da questão social envolve espaços de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, na exposição de suas múltiplas desigualdades mediadas por diferenças nas “relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais” (IAMAMOTO, 2008, p. 22).

Geografia e Estatística, afirma que o déficit habitacional no Brasil no ano de 2007 atingia o total de 6.272.645 domicílios, sendo que destes 5.179.763 estão localizados em áreas urbanas. Entre eles, 1.810.662 domicílios são localizados em regiões metropolitanas. Na ocasião de realização do 5º Fórum Urbano Mundial no mês de março do ano de 2001, ocorrido na cidade do Rio de Janeiro, o então Ministro das Cidades, Márcio Fortes, anunciou a diminuição do déficit habitacional urbano no país de 6,3 milhões de domicílios em 2007 para 5,8 milhões no ano de 2008 (BRASIL, 2010).

Esta mesma pesquisa ainda apresenta dados que relacionam o déficit habitacional à renda das famílias entrevistadas. Conforme dados apresentados, 89,4% do déficit habitacional (4.616.000 milhões domicílios) é composto por famílias que possuem renda de até três salários mínimos; 6,5% (333mil domicílios) possuem renda de três a cinco salários mínimos; 3,1% (160 mil domicílios) de cinco a dez salários mínimos; e apenas 1,0% (49 mil domicílios) possui renda de mais de dez salários mínimos (BRASIL, 2010b). A partir do acesso a esses dados há de se considerar a necessidade do planejamento e efetivação de Programas Habitacionais para famílias consideradas de baixa renda, que historicamente não tem conseguido esse acesso, mas sem desconsiderar que o direito à habitação digna estende-se a todas as pessoas, indiferente de sua renda.

Na região sul do país o déficit habitacional é de 703.167 domicílios, destes 617.333 são localizados em áreas urbanas. Cerca de 285.261 deles estão localizados no estado do Rio Grande do Sul (BRASIL, 2009). No que tange a cidade de Porto Alegre o déficit habitacional de é de 7,04%, num total de 31.000 habitações; e inadequação fundiária de 10, 87 %, ou seja 46.646 domicílios não localizam-se em áreas regularizadas (PORTO ALEGRE, 2007, p. 25 – 26).

A questão do déficit habitacional tem intrínseca relação com a constituição das cidades e a concentração da pobreza. Segundo Santos (1996):

a cidade em si, como relação social e como materialidade, torna-se criadora da pobreza, tanto pelo modelo socio-econômico de que é o suporte como por sua estrutura física, que faz dos habitantes das periferias [...] pessoas ainda mais pobres. A pobreza não é apenas o fato do modelo socio-econômico vigente, mas, também, do modelo espacial (SANTOS, 1996, p. 10).

Segundo dados apresentados no último relatório do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) a pobreza no Brasil diminuiu nos últimos anos, fato que é explicado

principalmente pela implantação e ampliação dos Programas de Redistribuição de Renda, como, por exemplo, o Programa Bolsa Família. Considera ainda que esse fato está ligado à estrutura das Políticas Públicas preconizadas na Constituição Federal de 1988 e no investimento na seguridade social a partir destes preceitos (IPEA, 2010, p.09).

Os dados apresentados na pesquisa do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada apontam a diminuição da taxa nacional de pobreza absoluta (até meio salário mínimo *per capita*) nos anos de 1995 e 2008, de -0,9%, enquanto que na taxa nacional de pobreza extrema (até ¼ de salário mínimo *per capita*) foi de -0,8%. Nos anos de 2003 a 2008, a taxa média da pobreza absoluta foi de -3,1%, enquanto na taxa de pobreza extrema foi de -2,1%. (IPEA, 2010, p 08). Apesar das taxas de diminuição da pobreza no país, a pesquisa aponta que não houve diminuição da desigualdade social que, pelo contrário, permanece com taxas muito elevadas no Brasil, “o que significa dizer que o combate à pobreza parece ser menos complexo que o enfrentamento da desigualdade de renda” (IPEA, 2010, p 08). Nesse sentido, a reestruturação do sistema produtivo, agora centrado na mundialização do capital, tem possibilitado o sucesso das políticas de diminuição da taxa de pobreza sem, contudo, garantir que as desigualdades de renda e desigualdades sociais tenham os mesmos resultados.

O que podemos considerar mesmo que incipientemente, é que a forma de organização da sociedade com a financeirização do capital não tem sido capaz de atender às necessidades básicas dos seres humanos e nem de garantia da preservação do mundo. Fica claro na literatura que a desigualdade social e a pobreza são elementos essenciais para manutenção e reinvenção do sistema capitalista na sociedade mundial, contudo, os dados demonstrados neste estudo e que dizem respeito a uma necessidade básica do ser humano, que é a moradia, demonstram a banalização das condições e das relações humanas.

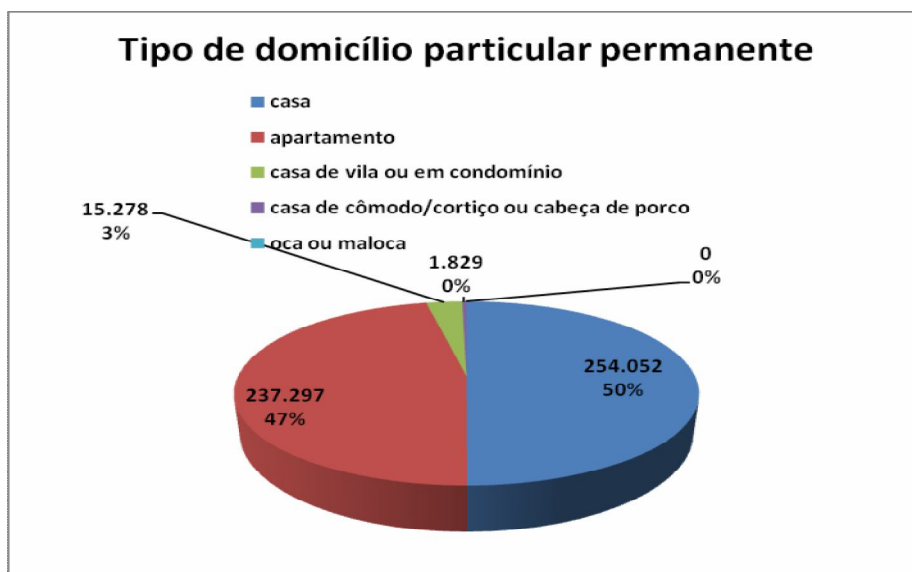
2.3. A cidade de Porto Alegre e a questão habitacional

A cidade de Porto Alegre, capital do Estado do Rio Grande do Sul, é a maior cidade do sul do país, possuindo atualmente uma população total de 1.409.341 habitantes, numa área total de 495, 53 km² (IBGE, 2010). Localiza-se na área leste do estado, sendo que a região metropolitana possui 3.979.563 habitantes. A cidade de Porto Alegre possui 81 bairros e 17

regiões do Orçamento Participativo. Esta capital foi considerada a melhor cidade de mais de um milhão de habitantes no Brasil para moradia.

Alguns índices nos ajudam a contextualizar a atual configuração social e econômica de Porto Alegre. A cidade possui taxa de analfabetismo de 3,45% para população de 15 anos ou mais. A escolaridade média dos responsáveis por domicílio é de 9,1 anos (Observapoa, 2011)¹⁶ A taxa de mortalidade infantil é de 11,85 em cada cem mil nascidos vivos. Ainda conforme dados oferecidos pelo Observapoa, o Índice de Desenvolvimento Humano da cidade é de 0,865¹⁷. Existem, na cidade, 36.13 famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; 4,28 é o percentual de indigentes; e 11,33 o percentual de pobres (Observapoa, 2011)¹⁸. Outro dado importante para podermos contextualizar o município de Porto Alegre é a taxa de desemprego, que conforme a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio, é de 6,4% da população ativa (OBSERVAPOA, 2011). Sobre a situação habitacional, os resultados preliminares do último Censo realizado no país (2010), apontam que existem no município 508.456 domicílios particulares permanentes. Estão distribuídos da seguinte forma:

Gráfico 01: Tipo de domicílio particular permanente em Porto Alegre/RS:



Fonte: IBGE Cidades, 2011.

¹⁶ Dados baseados no Censo de 2000.

¹⁷ O IDH é um índice que varia entre 0 e 1, com a seguinte classificação: Baixo Desenvolvimento Humano (0 a 0,49); Médio Desenvolvimento Humano (0,5 a 0,79) e Alto Desenvolvimento Humano (0,8 a 1).

¹⁸ Dados com base no Atlas de Desenvolvimento Humano.

Os dados que dizem respeito aos domicílios particulares permanentes identificados no Censo Populacional de 2011 demonstram uma tendência a verticalização dos imóveis na cidade de Porto Alegre - quase a metade dos imóveis são apartamentos. Não fogem a essa tendência à construção das unidades habitacionais para famílias de baixa renda, sendo exemplo disso a previsão de unidades habitacionais no Programa Integrado Socioambiental, onde os apartamentos totalizam aproximadamente 80% das unidades habitacionais planejadas¹⁹. Os números demonstram ainda, entre outras coisas, um número grande de moradias localizadas em vilas e condomínios, o que nos remete a situações muitas vezes inadequadas de moradia. Dentre os domicílios particulares permanentes, 395.395 são próprios, 85.365 são domicílios alugados, 21.609 são cedidos e 6.086 são caracterizados como sendo de “outra condição” de ocupação.

Em relação ao acesso à energia elétrica, as formas de abastecimento de água e a existência de banheiro e esgotamento sanitário, os dados do Censo Populacional de 2011 apontam que:

Quadro 01: Condições de moradia em Porto Alegre:

Energia elétrica	De cia distribuidora	503.341
	De outra fonte	3.595
	Não tinham	506
Forma de abastecimento de água	Rede geral	505.146
	Poço ou nascente	1.269
	Outra fonte	2.037
Existência de banheiro e esgotamento Sanitário	Rede geral de esgoto ou pluvial	436.653
	Fossa séptica	46.620
	Não tinham	25.183

Fonte: IBGE Cidades, 2011.

Os dados apontados no quadro se referem a serviços que garantem a manutenção da vida digna da população moradora da cidade. Estes demonstram que de um modo geral existe

¹⁹ Em relação a isso poderíamos citar ainda a resistência das famílias em serem reassentadas em apartamentos. Estas estão acostumadas a habitar casas, em geral possuem animais domésticos e algumas famílias possuem carroças e cavalos. Ainda segundo relato das famílias, existe um receio pela proximidade de vizinhos com os quais não possuem vínculos, ou ainda a proximidade com o tráfico de drogas, dentre outras questões (Diário de Campo, 2011).

uma condição boa de acesso a esses serviços, com exceção à existência de banheiro e esgotamento sanitário, aos quais não possuem acesso 25.183 moradias. Observamos que nas comunidades atendidas pelo reassentamento e regularização fundiária do Programa Integrado Socioambiental muitas famílias não possui acesso oficial a rede de energia elétrica e fornecimento de água, sendo muito comum o acesso por meio de ligações irregulares, já que as áreas que ocupam em sua maioria não são regularizadas. Observamos que existem redes gerais de esgoto, que não atendem a todas as famílias (existem encanamentos que desembocam da casa direto no Arroio Cavalhada), mas com sérios problemas e ainda muitas casas que não possuem banheiro próprio, tendo as famílias utilizado banheiros de familiares ou de vizinhos. Esses fatos geram sérios problemas a comunidade, como os esgotos a céu aberto, a insalubridade decorrente desse fato e os problemas relacionados ao fornecimento de energia elétrica, já que quando ocorrem problemas com o fornecimento informal as famílias necessitam recorrer a alguma família que possui ligação oficial para poder solicitar a ação da Companhia de energia elétrica.

Atualmente, em Porto Alegre, as ações na área da habitação são de execução do Departamento Municipal de Habitação e também dos Programas Integrados que são coordenados pela Secretaria Municipal de Gestão e Acompanhamento Estratégico. Dentre estes, está o Programa Integrado Socioambiental que atende aproximadamente 1713 famílias que residem ou residiam no bairro Cristal, na zona sul da cidade. Este bairro foi oficializado na cidade de Porto Alegre no ano de 1959, juntamente com outros 57 bairros.

Na história da cidade de Porto Alegre gostaríamos de destacar um momento específico, que foi cenário de modernização e urbanização da cidade²⁰. de uma maneira geral, e em particular o bairro Cristal. Este momento está localizado na primeira metade do século XX. Na região do bairro Cristal, foram construídos o Hipódromo (1959), o Estaleiro e a empresa de garrafas térmicas Termolar (1958), que existe até o presente momento. Essas construções certamente intensificaram a urbanização no bairro, que apresentou um crescimento populacional vertiginoso a partir de 1975 (OBSERVAPOA, 2011). Conforme

²⁰ O crescimento urbano e industrial da cidade estiveram intimamente ligados. Observa-se que se manteve um crescimento constante desde a desde 1900, quando tinha cerca de 50 mil habitantes, até 1940 quando atingiu a marca de 275 mil habitantes. Na década de 1940, a forte concentração populacional ainda ocorria no centro e áreas adjacentes, contudo, após essa década houve um crescimento habitacional ao longo das vias de acesso a cidade e em bairro localizadas um pouco mais distantes, como a Vila Assunção, Bairro Cristal, entre outros. Sendo que em 30 anos a população passou de 230 mil habitantes entre as décadas de 40 e 50, para 880 mil entre as décadas de 60 e 70 (SOUZA, 1997).

informações colhidas em entrevistas realizadas com famílias no livro *Guardar na Memória: imagens do Cristal* (2008), muitas das famílias residentes nas vilas irregulares passaram a residir no local para trabalhar nessas empresas. São deste período os primeiros relatos de reclamações populacionais acerca dos alagamentos, desmoronamentos e poluição no Arroio Cavalhada, que corta as comunidades inseridas no Programa Integrado Socioambiental.

Até aquele momento, no município de Porto Alegre, as ações governamentais na área da habitação eram ações que pretendiam retirar do centro da cidade as famílias que ocupavam cortiços, becos e antigos casarões. Os cortiços no centro da cidade totalizavam, na primeira década do século XX, 1210 habitações (GARAYP, 1980, p. 120, *apud* D'AVILLA, 2000). As demandas populares por ações na área da habitação também não tardaram por aparecer e no ano de 1946 foi criada a Comissão da Casa Popular, que era composta por representantes dos sindicatos e das indústrias, e tinha como proposta que nenhuma família seria desapropriada sem receber outra casa (D'AVILLA, 2000 *apud* arquivo – Biblioteca do DEMHAB)²¹.

O primeiro conjunto habitacional de grande porte construído na cidade foi o IAPI, construído pelo governo federal por meio do Instituto de Aposentadoria e Pensões dos Industriários. A Prefeitura Municipal criou o Serviço de Habitação Popular, primeiro órgão específico para tratar da habitação, no ano de 1949. Este órgão passou por diversas transformações e hoje se chama Departamento Municipal de Habitação. O intuito da Prefeitura, com a criação do Serviço de Habitação Popular, era conter o aumento do número de malocas, forma em que eram chamadas as casas irregulares e/ou em situação precária. A remoção de famílias e de comunidades e sua realocação na periferia da cidade eram práticas comuns, assim como a desapropriação de áreas para serem urbanizadas e vendidas a baixo custo para as famílias pobres.

Naquele período, os moradores do bairro Cristal ainda não eram alvo de remoções, já que o bairro ainda era considerado pequeno e as ações de remoção estavam localizadas na área central da cidade. Com a regulamentação do bairro em 1959, a Rua Dr Campos Velho, antiga Rua dos Imigrantes, se tornou a principal rua do bairro. Com isso, se alterou a configuração espacial do local e as famílias hoje atendidas pelo Programa Integrado Socioambiental, possivelmente passaram a residir nas margens do Arroio Cavalhada pela proximidade a esta rua, além da proximidade com os empreendimentos criados no bairro.

²¹ Conforme pesquisa realizada por D'Avilla (2000), as pessoas que eram removidas e que não possuíam onde residir era levadas para a chamada Vila dos Marginais.

Ainda podemos pensar que as margens do Arroio eram terras não ocupadas e de baixo valor por serem áreas alagáveis. As famílias integrantes do Programa que residem a mais tempo nas comunidades atingidas, referem que estão no bairro há mais de 40 anos (Diário de campo, 2011).

Nas décadas seguintes, intensificaram-se as habitações irregulares na região sul da cidade. As lideranças comunitárias nos descrevem as diferentes comunidades que ocupavam áreas do bairro Praia de Belas, e seguiam até a Rua Divisa (divisa do Bairro Cristal com o Bairro Cruzeiro): a Vila Tripa, a Vila Campos do Cristal, a Vila Cai Cai, entre outras. Muitas delas foram removidas no início dos anos 2000, em decorrência de empreendimentos imobiliários no Bairro, como a remoção para a construção do Supermercado Big. Muitas dessas famílias foram reassentadas no que hoje é o Bairro Campo Novo, que pertencia, na época, ao Bairro Vila Nova.

Do final do século XX até o momento atual, observamos uma grande especulação imobiliária na Zona Sul da cidade, cenário que se completa com a atual proposta de remoção de famílias para a duplicação da Avenida Tronco, em virtude da realização da Copa do Mundo de 2014. É da última década do século XX a consolidação do Programa Integrado Socioambiental, que prevê a remoção e reassentamento de aproximadamente 1713 famílias da região. Esta ação do poder público tem relação tanto com o mercado imobiliário (e a valorização dos terrenos da região), quanto com a demanda comunitária por habitações adequadas fora de áreas de risco.

Neste contexto, no ano de 2007 iniciou-se a remoção da Vila Foz Cavallhada, localizada nas margens do Lago Guaíba e do Arroio Cavallhada, para a construção do Barra Shopping Sul, um empreendimento da Empresa Multiplan. A Vila Foz Cavallhada foi à primeira comunidade a ser removida e reassentada pelo Programa Integrado Socioambiental. Naquela ocasião, a Empresa Multiplan, como contrapartida a realização da obra, realizou obras viárias através da “abertura de ruas, duplicação de passeio publico, construção de rotatórias, instalações de semáforos e iluminação pública, revitalizando esta área do bairro” (Multiplan, 2009). Além disso, a Empresa foi responsável pela construção de infraestrutura de 200 unidades habitacionais no Bairro Campo Novo, que fazem divisa com as unidades habitacionais construídas pelo Departamento Municipal de Habitação quando da remoção das famílias da Vila Campos do Cristal.

O bairro Cristal atualmente é composto por 30.220 habitantes, o que representa 2,22% da população do município. Possui área total de 3,92 km², o que representa 0,82% da área do município e possui densidade demográfica de 7.709,18 habitantes por km². De uma maneira geral observamos que o bairro é composto por famílias de diferentes classes sociais e inclusive possui baixa taxa de analfabetismo, que é de 3,7 % (OBSERVAPOA, 2011). O rendimento médio dos responsáveis por domicílio é de 9,4 salários mínimos (OBSERVAPOA, 2011).

Certamente os acontecimentos que envolvem a valorização imobiliária e a remoção das famílias são bastante polêmicos e tem forte peso do mercado em suas decisões. Podemos observar a ‘dificuldade’ do poder público em encontrar áreas disponíveis para a construção de unidades habitacionais para as famílias de baixa renda, contudo, existem grandes áreas do bairro sendo adquiridas por empresas particulares para construção de empreendimentos e condomínios de luxo (como exemplo podemos citar a área onde se localizava o Estaleiro e as áreas onde se localizam as baias do Hipódromo). Tal fato pode ser observado nas informações trazidas pelas lideranças comunitárias, que há muito exigem que as famílias possam ser reassentadas no próprio bairro.

No contexto que envolve as políticas públicas, observamos que o Programa Integrado Socioambiental é parte de abertura política para agências financeiras internacionais, já que seu financiamento é do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Neste sentido, o Programa dá maior ênfase à Política Operacional deste Banco, do que às políticas nacionais de habitação.

3. CAMINHOS METODOLÓGICOS: O PROCESSO INVESTIGATIVO

A metodologia que embasa este estudo foi definida com o intuito de dar conta do entendimento da realidade social na busca da construção do conhecimento. Parte do pressuposto de que o conhecimento se faz a partir de outros conhecimentos já estabelecidos, e de que é, conforme Marx, um processo e não um ato (KONDER, 1997). Na realização dessa dissertação, consideramos a metodologia “o caminho e o instrumento próprios da abordagem da realidade” (MINAYO, 1992, p. 22) parte fundamental deste estudo, já que articula a visão social dos sujeitos à teoria que a embasa, neste caso a dialética.

O lócus desta pesquisa é o espaço urbano, especialmente o cotidiano vivenciado por lideranças comunitárias e por famílias que viviam nas margens do Arroio Cavalhada e Lago Guaíba e que fizeram parte de remoção e reassentamento promovido pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Nesse movimento, essas famílias deixaram um espaço da cidade que ocupavam em sua maioria há muitos anos. Como decorrência desta mudança, é necessária uma nova apropriação do espaço de moradia e do território para a manutenção desse cotidiano. Tratam-se de famílias em situação de vulnerabilidade social, que inseridas numa nova proposta de reassentamento (única neste município) estiveram diante de um momento de mudança de espaço de moradia, da possibilidade de aquisição de uma nova casa em qualquer bairro e município do Brasil.

Essa pesquisa nasceu no campo da prática profissional, espaço transversalizado pelas expressões da questão social e, ao mesmo tempo, de possibilidades de pesquisa com vistas ao desvendamento da realidade social que compõe a vida dos sujeitos atendidos pelo Assistente Social. Consideramos que o campo de trabalho do Assistente Social é ainda um espaço de aprofundamento de conhecimentos para a produção da categoria profissional e das políticas públicas. Minayo (1992) expressa que um problema intelectual é sempre em sua primeira instância um problema da vida prática, “surge de interesses e circunstâncias socialmente condicionadas, frutos de determinada inserção no real, nele encontrando suas razões e seus objetivos” (*ibid*, p.89).

Diante dessa perspectiva, esse estudo apresentou como objetivo geral analisar como vem se dando o reassentamento com bônus moradia no Programa Integrado Socioambiental e sua relação com a Política Municipal de Habitação, buscando subsidiar as discussões sobre as

propostas de reassentamento na Política de Habitação de Interesse Social. Buscamos complementar este objetivo com os objetivos específicos que guiaram a pesquisa, que foram: a) Compreender como as famílias que integram o Programa Integrado Socioambiental e as lideranças comunitárias avaliam o processo de reassentamento com bônus moradia; b) Identificar as motivações das famílias na opção de recebimento de bônus moradia em detrimento do reassentamento em conjunto habitacional; c) Identificar de que forma as famílias têm se inserido e participado do processo de reassentamento por meio de bônus moradia; d) Entender as dinâmicas de apropriação e permanência no novo espaço de moradia e a inserção na rede de atendimento social; e) Analisar como a aplicação prática do bônus moradia relaciona-se com os princípios da Política Municipal de Habitação.

As questões norteadoras que deram base e guiaram o processo investigativo foram:

1. Qual a avaliação das famílias e lideranças comunitárias sobre o reassentamento com bônus moradia?
2. Como se processa o reassentamento com bônus moradia para as famílias reassentadas pelo Programa Integrado Socioambiental?
3. Quais os motivos que tem levado as famílias a optarem pelo reassentamento com bônus moradia, em detrimento da unidade habitacional em conjunto habitacional construído pelo DEMHAB?
4. Como as famílias têm participado nas decisões no interior do Programa Integrado Socioambiental?
5. Como as famílias se inserem e criam vínculos no novo espaço de moradia após o reassentamento?
6. Em que medida a realização do reassentamento com bônus moradia tem contemplado os princípios da Política Municipal de Habitação?

Para melhor atender aos objetivos acima descritos, o método que embasa este estudo é o dialético-crítico, também chamado de materialismo dialético. Segundo Triviños (1987, p. 51) o materialismo dialético “realiza a tentativa de buscar explicações coerentes, lógicas e racionais para os fenômenos da natureza, da sociedade e do pensamento”. É por meio deste método, que a matéria se transforma, buscando passar das formas inferiores para as superiores, num movimento constante de negação e superação. Outros autores que nos trazem

contribuições à compreensão deste método são Marconi e Lakatos (2001, p.106), que nos apontam que o método dialético-crítico “penetra no mundo dos fenômenos através de sua ação recíproca, da contradição inerente ao fenômeno e da mudança dialética que ocorre na natureza e na sociedade”.

A escolha por essa teoria e esse método como orientadores da pesquisa realizada se deu porque entendemos que este é o método que melhor consegue dar conta dos objetivos propostos, e assim, da realidade social analisada, permeada por transformações, ações humanas, e da natureza. A mesma

esforça-se para entender o processo histórico em seu dinamismo, provisoriedade e transformação. Busca apreender a prática social empírica dos indivíduos em sociedade (nos grupos e nas classes sociais), e realizar a crítica das ideologias, isto é, do imbricamento do sujeito e do objeto, ambos históricos e comprometidos com os interesses e as lutas sociais de seu tempo (MINAYO, 1992, p. 22).

Diante disso a dialética encontra-se no centro do método do materialismo dialético, e neste estudo será considerada como uma forma de pensar a realidade que compreende as suas contradições, e que considerando a realidade contraditória, a considera também em permanente transformação. Assim, acreditamos que a mesma consegue contemplar a dinâmica e o movimento da vida cotidiana dos atores alvo desta pesquisa. A pesquisa tem como fundo o espaço urbano, ou seja, as cidades, consideradas aqui como espaço impar para observar a dinâmica da vida cotidiana, já que são palco para diversos acontecimentos, sejam esses familiares, políticos, de vizinhança, entre outros. As cidades têm sido espaço privilegiado para análise de processos de segregação social e territorial, sejam os locais ocupados pelas famílias em situação de vulnerabilidade social, muitos destes consideradas de risco, e também os locais onde têm sido construídos os loteamentos populares. A vida dos sujeitos está permeada por mudanças que vão a constituindo, diante das construções sociais que são também históricas e temporais. A dialética “fornece as bases para uma interpretação dinâmica e totalizante da realidade, já que estabelece que os fatos sociais não podem ser entendidos quando considerados isoladamente, abstraídos de suas influências políticas, econômicas, culturais” (GIL, 1999, p. 32).

Este estudo foi orientado pelo enfoque misto, que contempla dados qualitativos e quantitativos. Neste caso, com ênfase nos dados qualitativos, mas considerando a importância dos dados quantitativos para compor o todo da pesquisa. Em relação a essa dicotomização,

nos coloca:

Tão somente a quantidade permite que o nosso mundo qualitativo tenha uma estrutura definida, sem deixar de ser qualitativo. No devir, a qualidade dura, se prolonga, se repete, conserva-se a mesma no curso de um crescimento quantitativo gradual. (...) por conseguinte, a quantidade introduz a continuidade concreta, a gradualidade. Mas introduz também a descontinuidade. O ser qualitativo considera em sua relação com a quantidade, manifesta-se como uma unidade concreta, a unidade de vários instantes sucessivos, durante os quais a qualidade não se modifica (...); ou a unidade de vários seres semelhantes (LEFBVRE, 1999, p. 211).

A relação dos dados qualitativos e quantitativos nesta pesquisa está presente nas informações colhidas nas entrevistas. Os dados quantitativos foram também trabalhados em análise documental, ambas detalhadas mais a seguir. Observamos que não existe um grande número de bibliografias a respeito do enfoque misto no Brasil, e que as pesquisas com este método tem sua utilização recente nas ciências sociais e humanas (CRESWELL, 2010). Nestas, a pesquisa qualitativa tem sido historicamente considerada a primeira opção para atender aos objetivos propostos. Minayo (1992) nos aponta, por exemplo, que as pesquisas realizadas nas ciências sociais não poderiam fugir do método qualitativo.

Na realização deste estudo, optamos por utilizar o enfoque misto porque acreditávamos ser importante, para atender aos objetivos que foram propostos, a complementação dos dados qualitativos e quantitativos. Temos como base que o método, em Marx, “reconhece a relação íntima entre dados quantitativos e qualitativos, a realidade pode ser fragmentada somente no processo dialético de análise, mas deve tornar a juntar-se, por essa razão o método é dedutivo e indutivo” (PRATES, 2011, p.01). Ainda em relação ao enfoque misto, a pesquisa se operacionalizou por meio de uma coleta de dados quantitativos e qualitativos que se deu ao mesmo tempo, ou seja, concomitantemente. Contudo, com atribuição do peso maior ao método qualitativo, e depois ao quantitativo, de forma que se utilizou a análise estratégia exploratória sequencial, que “envolve uma primeira fase de coleta e de análise de dados qualitativos, seguida de uma segunda fase de coleta e análise de dados quantitativos que é desenvolvida sobre os resultados da primeira fase qualitativa.” (CRESWELL, 2010, p.248)

Como a pesquisa realizada deu uma atribuição maior aos dados qualitativos, acreditamos que seja importante retomar algumas questões em relação à pesquisa qualitativa, para justificar essa escolha como ênfase na pesquisa. Sobre a pesquisa qualitativa, Minayo

(1994) aponta como uma modalidade de investigação que se preocupa com

...um nível de realidade que não pode ser quantificado. Ou seja, ela trabalha com um universo de significados, motivos, aspirações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo das relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis (MINAYO, 1994, p. 21-22).

Nesse sentido a mesma autora coloca que a pesquisa social tem como sujeitos de pesquisa os atores sociais em relação, numa determinada condição social construída, ou numa condição de classe (MINAYO, 1992). Os dados colhidos junto às famílias nesse tipo de pesquisa demonstram valores, crenças e significados, enquadrando-se totalmente na proposta que permeia o estudo, já que busca compreender como as famílias e as lideranças comunitárias analisam o processo de reassentamento com bônus moradia, no contexto onde estão inseridas em suas relações cotidianas.

Os dados quantitativos dizem respeito às informações relacionadas às famílias entrevistadas, condições de vida dos sujeitos, composição do núcleo familiar, tempo de permanência na comunidade e renda. No caso da análise documental, o formulário aplicado pela equipe técnica social contempla também esses dados, somadas às informações sobre acesso a serviços de saúde, qualidade de vida, entre outros (Anexo 02)

3.1 Categorias do método

As categorias são os conceitos mais importantes no interior de uma teoria e do método. Em relação à teoria marxista e o uso de categorias, Minayo refere que

Marx faz uso por diversas vezes do termo “categoria” para indicar conceitos relativos à realidade historicamente relevantes, expressando os aspectos fundamentais dentro de sua abordagem, das relações dos homens entre si e com a natureza. Para o marxismo as categorias não são entidades, são construídas através do desenvolvimento do conhecimento e da prática social. (MINAYO, 1992, p. 94).

Nesse sentido, as categorias permitem analisar historicamente as relações sociais e podem ser consideradas balizas para o conhecimento do objeto nos seus aspectos gerais,

visando pensar de uma forma ampliada à sociedade. Elas mesmas comportam vários graus de abstração, generalização e aproximação entre elas e a sua análise em relação (umas das outras) permite analisar as relações sociais e com a natureza (MINAYO, 1992). Podemos ainda definir as categorias como “formas de conscientização nos conceitos nos modos universais da relação do homem com o mundo que refletem as propriedades e as leis mais gerais e essenciais da natureza, a sociedade e o pensamento” (TRIVIÑOS, 1987, p. 55). As categorias do método que são base para realização deste trabalho são a totalidade, a contradição, a mediação e a historicidade.

Para realização deste estudo, consideramos a categoria totalidade como a categoria que demonstra que qualquer fenômeno, objeto ou sujeito é parte de um todo, este maior do que a somatória de suas partes. Ou seja, o contexto no qual esse fenômeno/objeto/sujeito está localizado. Dessa forma, a totalidade demonstra que os fenômenos estão interligados, não podendo, portanto, o pesquisador analisá-los de forma isolada, mas sim analisando as suas relações e causas, já que se dão por ligações de relações reais (LEFEBVRE, 1999). Segundo o autor (1991, p. 241). “*tudo está ligado a tudo, (...) uma interação insignificante, negligenciável por que essencial em determinado momento, pode tornar-se essencial num outro momento ou sob um outro aspecto*”.

A categoria totalidade é um importante aspecto a ser considerado quando analisamos os problemas, sejam eles da vida prática ou de pesquisa. A busca de sua solução deve se dar a partir de uma visão de conjunto para analisar cada um dos elementos que os compõe. Os autores ainda apontam que a visão do conjunto, assim como as verdades são sempre provisórias, não esgota a realidade:

A realidade é sempre mais rica do que o conhecimento que a gente tem dela. (...) A síntese é a visão de conjunto que permite ao homem descobrir a estrutura significativa da realidade com que se defronta, numa situação dada. E é essa estrutura significativa - que a visão de conjunto proporciona - que é chamada de totalidade (KONDER, 1997, 37).

Assim, no estudo aqui presente, a totalidade é considerada a categoria que permite localizar a vida dos sujeitos atores da pesquisa e atores das políticas públicas de habitação em seu contexto mais amplo, assim como a proposta de reassentamento por meio do bônus moradia num contexto de política pública, permeado por diferentes ideologias e grupos de interesse.

A realidade social no campo da habitação tem demonstrado que a questão habitacional constitui-se aspecto da questão social, já que tem sido uma necessidade básica não atendida em diferentes países do mundo, principalmente nos países considerados de Terceiro Mundo e nos núcleos urbanos²². Nesse sentido pensar a totalidade nos permite considerar que

Os pobres urbanos têm que resolver uma equação complexa ao tentar otimizar o custo habitacional, a garantia da posse, qualidade do abrigo, à distância do trabalho, e por vezes, a própria segurança. Para alguns, como muitos moradores de rua, a localização próxima do trabalho – digamos, uma feira livre, ou uma estação de trem – é ainda mais importante que o teto. Para outros, o terreno gratuito, ou quase isso, compensa viagens épicas da periferia para o trabalho no centro. E para todos a pior situação é um local ruim e caro sem serviços públicos nem garantia de posse (DAVIS, 2006, p. 39).

A totalidade dá base ao entendimento desse estudo, ao abordar aspectos da vida cotidiana das famílias que demonstram a relação destes com o todo da realidade social investigada, tais como a espaço de moradia, a situação econômica, o território, a inserção dos atores na política habitacional, e da política à realidade social. Assim, reflete relações reais, em decorrência de perceber a realidade como um todo coerente, analisa as partes do todo relacionando-as. (Minayo, 1992). A totalidade está intrinsecamente relacionada com as próximas categorias discutidas neste estudo que são a contradição e a mediação.

Lefebvre (1999, p. 173) nos possibilita pensar o termo contradição retomando Hegel, quando aponta que “tudo é contraditório; todo pensamento avança graças às contradições que contem, examina e supera; e não vê que se contradiz a si mesmo, que seu sistema fechado, estancado, acabado, com se fosse um balanço final do homem, se vê explodir, avançar, ser superado”. O mesmo autor chama esse processo de *choque* (LEFEBVRE, 1999, p. 240) referindo que as contradições estão em constante luta. Pensar em um termo contraditório e superá-lo, não implica destruir o primeiro, nem o esquecer, mas a descoberta de como complementá-lo no todo de sua determinação. Assim esse conteúdo é capaz de gerar conteúdo positivo que se revela no e pelo conflito (LEFEBVRE, 1999).

²² Segundo DAVIS (2006, p. 40): “os favelados do Terceiro Mundo ocupam várias órbitas urbanas, com maior concentração nas construções baixas das periferias. Ao contrario da Europa, no hemisfério sul as moradias públicas para os pobres são exceção – Hong Kong, Cingapura, China – em vez de regra. Entre um quinto e um terço de pobres urbanos moram dentro ou perto no núcleo urbano, principalmente em moradias multifamiliares alugadas, mais antigas”.

Segundo Konder (1997) a contradição é reconhecida como princípio básico pelo movimento do qual os seres humanos existem. A dialética possibilita essa compreensão ao considerar a contradição “como algo permanente e que explica a transformação” (MINAYO, 1992, p. 68). Na sociedade essa categoria perpassa tanto as relações cotidianas dos sujeitos pesquisados, quanto também às relações que podemos fazer de suas vidas com contextos mais amplos da totalidade, como, por exemplo, as políticas públicas e a organização popular.

A constituição da sociedade brasileira nas suas formas de organização da vida dos sujeitos e dos meios de reprodução é espaço privilegiado para análise do termo contradição. Este emerge do modo de produção capitalista, criador da desigualdade social tanto no que diz respeito à inserção no mundo do trabalho, quanto ao acesso aos direitos sociais, e nesse ínterim o acesso à moradia. A contradição pode assim ser observada na constituição da moradia enquanto desigualdade, no déficit habitacional e grande número de moradias inadequadas, ou ainda na existência de segregação espacial. Mas também pode ser observada nas ações que emergem da população decorrentes desta situação, ou seja, a resistência empregada pelos sujeitos no processo de luta de classes.

Ainda nesse sentido, a contradição pode ser observada na constituição das políticas públicas. O Estado, inserido em um contexto de internacionalização da economia, ao mesmo tempo em que necessita atender as demandas da classe que vive do trabalho, necessita manter a hegemonia, assim responde por meio das políticas públicas. Estas por vezes são direcionadas pelas agências internacionais, como é o caso do Programa Integrado Socioambiental, que segue princípios de política operacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento. Ao analisarmos a Política Habitacional com base nos relatos e respostas dos sujeitos reassentados e lideranças comunitárias, observamos que a contradição é categoria fundamental e que transpassa tanto o espaço de moradia das famílias, como a constituição das políticas públicas enquanto demanda comunitária e enquanto resposta governamental, além dos aspectos que perpassam essa relação.

Assim como a contradição, a mediação também é a categoria do método que dá vida à totalidade, portanto aspecto importante quando buscamos uma análise da totalidade. A mediação aqui é entendida como elemento fundamental no pensamento dialético que “é obrigado a identificar, com esforço, gradualmente, as contradições concretas e as mediações específicas que constituem o ‘tecido’ de cada totalidade, que dão ‘vida’ a cada totalidade” (KONDER, 1997, p.46). É a categoria mediação que nos possibilita a apreensão, na realização

do estudo, de que existe uma dimensão imediata, percebida pelos sujeitos de forma imediata, e uma dimensão mediata, que vai-se descobrindo, se construindo num processo, permitindo, portanto, a superação dos fenômenos estudados.

A quarta categoria do método que compõe este estudo é a historicidade, no campo das ciências sociais é necessário considerar que todo objeto é histórico, portanto possui consciência histórica e está ligado a questões da nossa época. Essa categoria traz como escopo a consideração de que todo fenômeno possui história que não pode ser negligenciada no momento de análise. Ao relacionarmos com a totalidade podemos dizer que “as sociedades humanas existem num determinado espaço, num determinado tempo, que os grupos sociais que as constituem são mutáveis e que tudo, instituições, leis, visões de mundo são provisórios, passageiros, estão em constante dinamismo” (MINAYO, 1992, p. 20).

Dessa forma, é essa categoria que aponta que nenhum fenômeno nasce sem ter por base fenômenos anteriores, ou seja, “a história só é possível quando o homem não começa sempre de novo e do princípio, mas se liga ao trabalho e aos resultados obtido pelas gerações precedentes” (KOSIK, 1976, p. 218). Nada que se constrói na realidade existe sem uma história previa e este construir-se será base para o desenvolvimento da história que segue a partir daquele ponto. A história diz respeito à dinâmica presente na sociedade e na natureza. Nesse sentido, inclusive os fenômenos sociais e econômicos “são produtos da ação e da interação, da produção e da reprodução da sociedade pelos indivíduos” (MINAYO, 1992, p. 68).

A historicidade transversaliza esse estudo, já que diz respeito tanto à história de vida dos sujeitos pesquisados, à história das comunidades, bairro e cidade onde vivem, assim como à história que é base para a organização comunitária e formação da política pública de habitação. A história das famílias e das lideranças comunitárias se mistura a história de bairro que muitos destes ajudaram a construir, já que moram nele há muitos anos. Outros participam ativamente dos processos ligados as decisões de bairro, por meio do Orçamento Participativo. Nesse sentido, sabemos que a história do próprio Programa Integrado Socioambiental está em relação com a vida destes sujeitos há mais de dez anos e muitos destes relatam que participaram da construção do Programa (AHLERT, 2010).

Essas quatro categorias do método dialético marxista que serviram de base para realização deste estudo tornaram-se fundamentais na análise dos dados coletados junto às famílias e às lideranças comunitárias. A totalidade, a contradição, a mediação e a

historicidade perpassam o fenômeno que é a habitação na cidade de Porto Alegre, perpassam as construções cotidianas das famílias, as suas escolhas, a significado que dão à remoção e ao reassentamento, a casa e ao espaço de moradia que estão ocupando.

3.2 Categorias explicativas da realidade

As categorias explicativas da realidade que serviram de base para este estudo são a Política de Habitação, a participação popular e o espaço de moradia. Essas categorias serão objeto de aprofundamento e aprimoramento em outro capítulo dessa dissertação.

Para fins de estudo, conceitua-se inicialmente Política de Habitação como a política que dá as diretrizes em nível nacional quanto às questões ligadas à habitação e à habitação de interesse social. A Política Nacional de Habitação foi criada no ano de 2005, já na administração do Ministério das Cidades, criado no ano de 2003. Contudo, observa-se que com a Constituição Federal de 1988, são postas novas determinações no campo da habitação social já que, a partir de então, a política habitacional deve ter como base o direito à cidade, considerando o direito social da propriedade e o direito à moradia (Constituição Federal de 1988, Emenda Constitucional nº 26 de 14/02/00).

Nos últimos onze anos o Brasil é cenário de avanços significativos no campo legal e organizacional, no que diz respeito à Habitação de Interesse Social. No ano de 2000, o direito à habitação é regularizado no campo legal mediante a Emenda Constitucional nº 26, assim definido enquanto um direito social no seu Artigo 6º: “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (BRASIL, 2010a). No ano seguinte, foi criado o Estatuto da Cidade que regula o capítulo da Constituição Federal que trata da Política Urbana. É com sua criação que os municípios se tornam os principais executores da política de desenvolvimento urbano e é nele também que se indica a gestão democrática da cidade, os processos decisórios e o controle social²³ sobre a implementação da política urbana.

²³ O conceito de controle social é um conceito polêmico, nesta pesquisa é entendido como controle das classes subalternas que “visa à atuação dos setores organizados da sociedade civil que as representam na gestão das políticas públicas no sentido de as controlá-las para que atendam, cada vez mais, às demandas e aos interesses

No ano de 2003, no Governo Lula, foi criado o Ministério das Cidades, a partir de reivindicações dos movimentos sociais envolvidos com a Reforma Urbana. Este possui como missão “combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte” (BRASIL, 2010b). Em 2004 é criado o Conselho das Cidades (ConCidades), que foi responsável pela aprovação, no mesmo ano, da Política Nacional de Habitação e da regulamentação da Lei nº 11.124 no ano de 2005, lei que institui o Sistema Nacional de Habitação, o Fundo Nacional de Habitação e o Conselho Gestor deste Fundo. Esses instrumentos viabilizam a execução da Política Nacional de Habitação, que possui como princípios: (i) o direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo; (ii) a moradia digna como vetor de inclusão social; (iii) a função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma urbana; (iv) a questão habitacional como política de Estado; e (v) a gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade. A partir da constituição da Política Nacional de Habitação, seguiram outras legislações importantes para essa Política.

Para realização deste estudo consideramos que a participação popular não é algo instituído, mas ao contrário, extrapola os lugares instituídos para tal, já que se faz no cotidiano das relações. Souza (2004) aponta a necessidade de superar o cotidiano para fomentar espaços de organização comunitária, e nesse sentido aponta ainda que é preciso considerar que é na superação da realidade vivenciada no cotidiano que podem ser pensadas propostas que atendam as necessidades reais das comunidades atendidas.

Neste estudo, a participação popular tem sido pensada ainda sob a perspectiva de resistência e rebeldia da população mediante situações causadoras de exploração e desigualdade, ou seja, enquanto um dos aspectos da questão social²⁴. Conforme Iamamoto (2008) ao considerarmos a questão social como desigualdade, devemos considerá-la também enquanto rebeldia, já que os sujeitos, que vivem suas expressões, a elas resistem e se opõe. O contexto da questão social envolve espaços de lutas políticas e culturais contra as desigualdades socialmente produzidas, na exposição de suas múltiplas expressões mediadas

dessas classes. Nesse sentido, o controle social envolve a capacidade que as classes subalternas, em luta na sociedade civil, tem para interferir na gestão pública, orientando ações do Estado e os gastos estatais, na direção de seus interesses” (CORREIA, s/d, p. 68).

²⁴ Questão social remete ao conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1998, p. 27).

por diferenças nas “relações de gênero, características étnico-raciais, relações com o meio ambiente e formações regionais” (IAMAMOTO, 2008, p. 22).

Na área da habitação, os primeiros movimentos organizados se dão com o início da industrialização da qual decorre o crescimento da população urbana com o êxodo rural, a expansão do trabalho assalariado e a ausência de infraestrutura nas cidades para acolher os novos trabalhadores. A década de 1980 é um marco na história dos movimentos sociais. Com a aprovação da Constituição Federal foram atendidas algumas demandas dos movimentos sociais em torno da habitação, por meio do Capítulo sobre a Reforma Urbana, e no que tange a garantia institucional da participação popular. Nos anos que seguem a década de 1990, surgem movimentos sociais importantes na área da habitação e do direito à cidade, que possuíam como bandeira de luta a participação popular na política habitacional (PAZ e TABOADA, 2010, p. 17).

Nas décadas que seguem, a participação popular passa a ser instituída por meio dos Conselhos de direito, onde as comunidades e organizações são chamadas a ser co-participes dos processos decisórios. Em alguns municípios, em governos do Partido dos Trabalhadores, a gestão das políticas passa a ser feita também com o Orçamento Participativo. Dentre essas, a cidade de Porto Alegre, institui o OP no ano de 1989. Apesar da mudança partidária na gestão da Prefeitura nos anos 2000, o Orçamento Participativo foi mantido, com algumas alterações.

Esta pesquisa, além de perceber como as famílias estão envolvidas com a participação organizada em Orçamento Participativo, Associação de Moradores e Comissão de Moradores, busca perceber como as famílias têm participado no seu processo de reassentamento, como têm pensado e organizado a sua participação no Programa. E como têm se organizado enquanto sujeitos de escolha neste processo. Nesse sentido, sabemos que o processo de construção da cidadania nunca foi linear. Ao contrário, sempre foi cheio de avanços e recuos, de fluxos e refluxos (GOHN, 2003).

A terceira categoria explicativa da realidade que consideramos importante para este estudo é a categoria espaço de moradia. Nesse conceito acreditamos considerar desde o significado dado pelas famílias à suas casas e às relações sociais que nela ocorrem, como as relações de vizinhança e o território que envolve esse novo espaço de moradia.

O “habitat” humano é o local onde o homem se fixa, sendo este um eixo de sua vida, de suas relações com outros homens e com o mundo. O significado da moradia, expresso pelo conceito da habitação, engloba várias dimensões

da vida: física, ambiental e urbana, econômica, social e psíquica, as quais são condicionadas pelos limites e possibilidades do uso e ocupação do espaço e resultantes de uma condição sócio-histórica da sociedade. Por isso, as condições do local de moradia, ou de sua construção, estão submetidas à mesma dinâmica das relações sociais estabelecidas ao longo da história, manifestando-se num dado contexto e período (ARAUJO, 2005, p. 92).

Parte das relações sociais se faz no espaço de moradia. Neste espaço está presente mais do que o concreto que faz a vida das pessoas possível, mas também o subjetivo que se constitui a partir disso, ou seja, os desejos das famílias, as relações de reciprocidade e de conflito com os vizinhos, e o sentimento de pertencimento e satisfação ou insatisfação com o local. No caso das famílias atendidas pelo Programa Integrado Socioambiental é possível observar o pertencimento em relação ao espaço de moradia, já que muitas residem nesse espaço há muitos anos e muitas estavam inclusive envolvidas na história do bairro por meio do Orçamento Participativo e assim, na luta pela moradia, conforme pudemos observar em pesquisa realizada por nós no ano de 2010.

O conceito de território complementa a nossa categoria espaço de moradia e neste estudo utilizamos o conceito apresentado por Milton Santos (2005), que diz respeito ao “território usado”, não como território em si, mas conjugado às identidades e ao sentimento de pertencimento.

Com essa definição de Milton Santos é necessário realizar uma análise que considere tanto as escalas territoriais locais como o acesso aos serviços públicos, à moradia, à qualidade de vida, entre outros, quanto sua relação com as escalas globais, como as políticas públicas, a economia - e com isso estabelecer a relação com os processos sociais como educação, saúde, renda. (FARIA e BORTOLOZZI, 2009). Essa constatação permite ainda apontar a necessidade de considerar questões globais e do modelo de produção que vivemos, qual seja o modo de produção capitalista, nas análises locais de território.

Tomando essas considerações como definidoras desta categoria nesta pesquisa e sendo o espaço urbano o campo para sua realização, há ainda a necessidade de pensar os espaços de moradia e o território em uma sociedade cada vez mais urbana. As cidades atualmente tem sido palco para visualização das expressões da questão social de forma mais intensa, já que “novas mediações históricas reconfiguram a questão social na cena brasileira” (IAMAMOTO, 2004, p. 142). A questão urbana torna-se uma das expressões da questão social quando caracteriza-se pelo não acesso de diversas famílias ao solo urbano, no déficit habitacional e no não acesso aos bens sociais produzidos. Nesse sentido, consideramos ainda a necessidade de

pensar o espaço de moradia em uma sociedade capitalista, onde o morar passa a ter um valor de mercado, um bem material, em decorrência da forma com que vem sendo usado o solo e também a atuação do mercado imobiliário.

Assim, a cada momento histórico, a questão social, que na realidade é cada vez mais urbana, pois vivemos numa sociedade que se urbaniza de forma cada vez mais acentuada, toma contornos diferenciados, com novas contradições, remetendo a um campo de problemáticas que adquire particularidades desafiando a sociedade para o seu enfrentamento (GOMES e PELEGRINO, 2005, p.17).

Acreditamos, portanto, que esse conceito de espaço de moradia é uma das categorias de análise da realidade em decorrência de necessidade de pensar as famílias pertencentes ao Programa Integrado Socioambiental na sua totalidade. Assim permite considerar o contexto objetivo e subjetivo em que está inserida a sua moradia, o território onde residem e constituem a sua vida cotidiana. Nesse sentido, considera importante o processo de mudança desencadeado pela remoção e reassentamento e por isso a pesquisa tem a intenção de identificar como se deu a apropriação do novo espaço de moradia, inclusive a inserção na rede pública de atendimento. Conforme Santos (2005, p. 16) “o território que vivemos é mais que um conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico”. É no espaço de moradia, juntamente com o espaço de trabalho, que se formam e tomam sentido vários aspectos cotidianos de vida dos indivíduos e das famílias. A comunidade tem sido o espaço em que as famílias criam seus filhos, onde constituem muitas de suas amizades, onde ocorrem muitas relações entre a família ampliada, já que em casas de muitas famílias nesta comunidade moram irmãos, pais, tios, já que observamos que “um traz o outro”. Observamos ainda que neste contexto há uma relação direta com a saúde, por meio dos agentes comunitários de saúde, rede de assistência social, organizações não-governamentais, que numa relação mais ampla vão constituindo relações com a cidade.

3.3 A Pesquisa de Campo

Minayo (1992) considera que a pesquisa de campo é essencial nas pesquisas qualitativas nas ciências sociais. Considera inclusive que a segunda não pode ser pensada sem

a primeira. Na realização deste estudo, que se utiliza do enfoque misto, retratamos que a pesquisa de campo também é elemento fundamental. Nesse sentido, a relação entre o pesquisador, os moradores e lideranças comunitárias partícipes desse processo foi essencial para a construção do estudo.

O principal instrumento de pesquisa utilizado para realização deste trabalho foi as entrevistas estruturadas com questões abertas (apêndice 02), realizadas com dez famílias que já foram removidas e reassentadas por meio de bônus moradia e que estão residindo no município de Porto Alegre (sete famílias), Viamão (duas) e Alvorada (uma). Em um segundo momento, aconteceu a realização de grupo focal com as lideranças comunitárias. Neste estudo consideramos a entrevista estruturada desenvolvendo-se “a partir de uma relação fixa de perguntas, cuja ordem e redação permanece invariável para todos os entrevistados” (GIL, 1999, p. 121).

A forma de seleção das famílias foi por meio de amostra intencional, que “consiste em selecionar um subgrupo da população que, com base em informações disponíveis, possa ser representativo de toda a população (...) requer um considerável conhecimento da população e do subgrupo selecionado” (GIL, 1999, p. 104). A intenção com a aplicação do roteiro de entrevista foi de que o mesmo contemplasse desde a trajetória dos entrevistados (como por exemplo, suas experiências de vida ligadas à moradia, assim como dados sobre suas condições de vida), suas falas sobre o processo de mudança de local de moradia e os elementos que apontam como importantes para estabelecer-se em outro local da cidade (como o uso dos serviços urbanos, o conhecimento da vizinhança, entre outros). Nas palavras de Minayo “podemos considerar que uma amostra intencional é aquela capaz de refletir a totalidade nas suas múltiplas dimensões” (MINAYO, 1992, p. 102).

A amostra intencional teve como critérios de inclusão a possibilidade de acesso às famílias, diferentes bairros e regiões da cidade, assim como diferentes municípios (cidade de Porto Alegre e região metropolitana de Porto Alegre). Isso porque buscamos atingir também, no momento de escolha das famílias, os bairros e municípios para onde a maioria das famílias foram reassentadas até o presente momento de andamento do Programa. Levamos em consideração também as diferentes comunidades de origem das famílias removidas. Outro critério de inclusão da amostra intencional é o período de remoção, no caso deste estudo contemplando famílias que foram removidas no segundo semestre do ano de 2009 ou no ano de 2010.

As entrevistas estruturadas contemplaram tanto dados qualitativos quanto quantitativos, com maior ênfase aos qualitativos. Isso porque na realização deste estudo preocupamo-nos mais com o aprofundamento das questões investigadas e com a abrangência da fala dos sujeitos que integram um grupo social, e menos com a generalização dos dados (MINAYO, 1992). Nesse sentido, privilegia, portanto, os sujeitos sociais como possibilitadores das informações necessárias ao pesquisador.

O que torna a entrevista instrumento privilegiado de coleta de informações para as ciências sociais é a possibilidade de a fala ser reveladora de condições estruturais, de sistemas de valores, normas e símbolos (sendo ela mesmo um deles) e ao mesmo tempo ter a magia de transmitir, através de um porta-voz, as representações de grupos determinados, em condições históricas, socioeconômicas e culturais específicas (MINAYO, 1992, p. 109 - 110).

Dessa forma, privilegamos a fala dos atores sociais envolvidos para a avaliação do reassentamento com bônus moradia. Consideramos que a palavra retrata e reflete as dimensões mais amplas que ocorrem na sociedade. Nesse sentido, os aspectos da vida cotidiana, em uma análise da totalidade, possibilitam refletir as contradições da sociedade de uma forma mais ampliada, superando aquilo que é expresso individualmente, para refletir no pensamento coletivo.

A realização das entrevistas, assim como a coleta de dados no grupo focal, foi considerada ainda como um momento de interação do pesquisador com o sujeito entrevistado. Nesse sentido, entendemos que não exista uma neutralidade do pesquisador, própria do pensamento positivista. Dentro dessa perspectiva, na realização das entrevistas estruturadas com questões abertas é importante considerar que a escolha de realização do local das mesmas e a postura do pesquisador influenciam sobre as respostas oferecidas pelos entrevistados, e devem ser observados no processo de pesquisa. Em decorrência disso, a aplicação das entrevistas com as famílias foi realizada em visitas domiciliares e o grupo focal em local apropriado para tal, garantia a acessibilidade dos participantes.

O grupo focal (apêndice 03) foi realizado com a participação das lideranças comunitárias que compõe a Comissão de Moradores do Programa Integrado Socioambiental²⁵.

²⁵ A Comissão de Moradores do Socioambiental é uma Comissão que se formou através da iniciativa de lideranças comunitárias no Orçamento Participativo. A proposta é que cada comunidade que integra o Programa indique ou eleja representantes para participar dessa comissão, que teria por objetivo participar das discussões e definições gerais do Programa, ou seja, que afetam a todas as comunidades.

Este objetivou analisar como as lideranças comunitárias pensavam o processo de reassentamento com bônus moradia. Na realização do grupo participaram 08 (oito) lideranças comunitárias, de um total de 10 (dez) participantes da Comissão de Moradores convidados. Minayo (1992) nos afirma que o número de integrantes do grupo deve ser de seis a doze participantes.

O grupo focal é uma técnica de pesquisa qualitativa no qual:

O pesquisador reúne, num mesmo local e num certo período, uma determinada quantidade de pessoas que fazem parte do público alvo de suas investigações, tendo como objetivo coletar, a partir do diálogo e do debate entre eles, informações acerca de um tema específico. (NETO et al., 2002, p. 06).

Quando este estudo foi pensado, planejamos a realização de três reuniões com o grupo focal, contudo, quando nos deparamos com a realidade de vida das lideranças comunitárias, no que tange a grande demanda de atividades em que os participantes são condicionados a se envolver, acordamos com os mesmos a realização de uma reunião do grupo para tratar do tema da pesquisa, e caso fosse necessário para o esgotamento do tema seriam realizados mais reuniões. Nesse sentido, consideramos que é mais importante na realização do grupo focal não é a quantidade, mas a qualidade e a riqueza das contribuições e discussões trazidas pelos mesmos (KIND, 2004). A realização do grupo contou com a gravação das falas dos sujeitos, com a devida autorização dos participantes, conforme Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e mediante programação de roteiro de questões guias para andamento do encontro, chamado por Kind (2004) de temário.

O grupo focal foi planejado neste estudo com o intuito de realizar um papel complementar às informações colhidas nas entrevistas realizadas com as famílias, ao mesmo tempo em que permitiu aprofundar as questões apresentadas. Nesse sentido, “o específico dos grupos são as opiniões, relevâncias, e valores dos entrevistados” (MINAYO, 1992, p. 128). Não existiu uma busca de consenso na realização do mesmo, mas a interação entre os participantes em relação a um determinado tema, ao mesmo tempo em que o pesquisador e o observador podem analisar a interação grupal. Assim,

Os grupos focais utilizam a integração grupal para produzir dados e *insights* que seriam dificilmente conseguidos fora do grupo. Os dados obtidos, então, levam em conta o processo de grupo, tomados como maior do que a soma das opiniões, sentimentos e pontos de vista individuais em jogo. A despeito

disso, o grupo focal conserva o caráter de técnica de coleta de dados, adequado, *a priori*, para investigações qualitativas (KIND, 2004, p. 125).

O grupo focal foi instrumento importante na realização deste estudo, já que muitas das lideranças comunitárias que participaram do mesmo acompanham há muitos anos o Programa Integrado Socioambiental. Acreditamos ainda que o grupo focal, “por sua fundação na discursividade e interação, inscreve-se na tradição dialética, pressupondo a construção de conhecimento em espaços de intersubjetividade (KIND, 2004, p. 134).

Na realização das entrevistas identificamos dados qualitativos que compuseram junto aos quantitativos a análise do estudo. Esses dados quantitativos dizem respeito ao acesso a serviços públicos de saúde, mudança na renda familiar, entre outros apontados nos resultados da pesquisa. Dessa forma, utilizamos a triangulação de técnicas, por meio das entrevistas, grupo focal e análise de dados. Outros dados quantitativos foram objeto de análise documental, abordada em seguida no texto.

3.4 Análise documental

Na realização deste estudo, consideramos importante a complementação da pesquisa de campo com a análise documental, já que no Programa Integrado Socioambiental são produzidos documentos de acompanhamento das famílias já reassentadas. Entendemos como análise documental aquela que se utiliza de materiais já produzidos anteriormente à pesquisa e que ainda não receberam tratamento analítico, podendo ser utilizados de acordo com o objetivo da pesquisa (GIL, 1999).

Nesse sentido, a análise documental apresenta dados básicos para este estudo por meio de análise de formulário aplicado junto às famílias já reassentadas com bônus moradia no pós reassentamento. Os formulários foram respondidos no ano de 2011, e totalizam 30, caracterizando-se como dados brutos, por nós trabalhados neste estudo. Esse formulário envolve dados qualitativos e quantitativos colhidos em visitas domiciliares realizadas pela equipe técnica social do Programa Integrado Socioambiental e em menor número aplicados no Escritório de Gestão Participativa, escritório comunitário do Programa. Esta equipe possui como uma de suas atribuições o acompanhamento social pós-reassentamento e em

decorrência disso colhe as informações constantes no formulário. Os dados investigados dizem respeito a informações como composição familiar, mudanças na renda da família após a remoção, manutenção do imóvel, qualidade de vida, inserção na rede de atendimento social, entre outros. Para realização deste estudo foram considerados os formulários aplicados no ano desta pesquisa, ou seja, 2011.

Além disso, a análise documental contempla informações mais amplas relacionadas a remoção com bônus moradia, como por exemplo, a proporção de famílias que optaram pelo reassentamento com bônus moradia, bairros, regiões da cidade e municípios para onde as famílias estão se mudando, entre outros. A análise documental irá considerar todos os dados já colhidos em entrevistas realizadas com as famílias já reassentadas.

3.5 Análise dos Dados

Após a coleta de dados a análise dos mesmos foi realizada a partir da definição de algumas categorias analíticas, com base na técnica de análise de conteúdo. A análise de conteúdo possibilita uma compreensão e explicação dos sentidos atribuídos pelos pesquisadores buscando “aprofundar a percepção, a pertinência e a estrutura das mensagens” (SETÚBAL, 1999, p. 80). Segundo Bardin (1977, p. 09) a análise de conteúdo é “um conjunto de instrumentos metodológicos cada vez mais subtis [sutis] em constante aperfeiçoamento, que se aplicam a discursos (conteúdos e continentes) extremamente diversificados”.

De uma maneira simplificada podemos considerar que essa análise de dados com base em Bardin (1977) parte de um primeiro momento que é a organização, por sua vez dividida em três outras partes: a pré-análise, a inferência e a interpretação. A pré-análise é definida pela autora como um período que possui como objetivo construir um plano de análise a partir da sistematização das idéias iniciais, por meio de um esquema de desenvolvimento das operações sucessivas. É uma fase composta por três etapas: a escolha dos documentos que serão analisados, a formulação de hipóteses e objetivos e a elaboração de indicadores, que serão base para a interpretação final.

Posteriormente fez-se uso do que é chamado pela autora de codificação; na definição da razão pela qual está se analisando, define-se também como analisar. A codificação corresponde a uma

... transformação dos dados brutos do texto, transformação essa que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua declaração, susceptível [suscetível] de esclarecer o analista acerca das características do texto, que podem servir de índices. (BARDIN, p. 1977, p. 103).

Parte central da análise de conteúdo é a categorização, que se constitui do momento em que os dados obtidos no decorrer da coleta são classificados. Nas palavras da autora: “é uma operação de classificação de elementos constitutivos de um conjunto por diferenciação, e seguidamente, por reagrupamento segundo o gênero (analogia) com os critérios previamente definidos” (BARDIN, 1977, p. 117).

Nessa perspectiva, a análise categorial enquanto possibilidade de recorte da análise de conteúdo tem sido muito utilizada e está baseada em operações de desmembramento do texto em categorias, ou seja, em unidades, conforme reagrupamentos analógicos. Segundo Morais (2003) a categorização implica construir relações entre as unidades de base. Combinando-as e classificando-as no sentido de compreender como esses elementos unitários podem ser reunidos na formação de conjuntos mais complexos, as categorias.

Dessa forma, as categorias temáticas que foram abordadas neste trabalho são a Política de Habitação de Interesse Social, a participação popular e o espaço de moradia. Essas três categorias mantêm uma relação constante entre si, entre outros aspectos, na construção das políticas públicas. Estas não são somente construídas e executadas pelo Estado, mas se dão com menor ou maior intensidade na relação entre o Estado e a Sociedade Civil, nos seus espaços de organização e de participação popular, num determinado território. Além das categorias do método e categorias explicativas da realidade já apresentadas, na análise dos dados da pesquisa emanaram as categorias empíricas emprego e renda e família, categorias que serão analisadas na parte seguinte desta dissertação.

Cabe apontar que, baseados no enfoque misto, a coleta de dados quantitativos e qualitativos se deu de maneira concomitante, para depois “fundir os dois bancos de dados, transformando os temas qualitativos em contagens, e comparar essas contagens com dados qualitativos descritivos” (CRESWELL, 2010, p. 244).

Estruturada desta forma, a pesquisa que origina este estudo pretendia dar conta dos diversos aspectos decorrentes de ações na área da habitação de interesse social, por meio das falas dos sujeitos sociais para os quais é destinada essa ação. Sabemos da impossibilidade de dar conta de todos esses aspectos, mas esse estudo pretende subsidiar pesquisas posteriores sobre a habitação de interesse social sob o olhar da população inserida nos programas.

4. PARA ALÉM DA CASA: bônus moradia e participação popular na Política de Habitação

Esse capítulo inicia a apresentação dos resultados e reflexões desencadeadas pela realização da pesquisa, visando abordar aspectos por nós considerados mais amplos do que o contexto da casa em si, mas que, com essa possui estreita relação num programa de reassentamento, por isso o mesmo se intitula “para além da casa”. Para contemplar essas questões apresenta num primeiro momento aspectos que definem o contexto do Programa Integrado Socioambiental e das famílias já reassentadas com bônus moradia. Posteriormente apresenta a avaliação das famílias e lideranças comunitárias sobre o bônus moradia enquanto uma alternativa de reassentamento e a participação popular nesse processo.

Os resultados deste estudo estão baseados nas informações colhidas em pesquisa de campo, que teve como instrumentos as entrevistas realizadas com dez famílias já reassentadas com bônus moradia, grupo focal com a Comissão de Moradores do Programa Integrado Socioambiental e análise documental realizada com os formulários aplicados no ano de 2011 junto a famílias já reassentadas com bônus moradia, momento de avaliação do tipo *ex-post* do reassentamento. Buscamos, com a pesquisa, que os sujeitos alvo do reassentamento do Programa Integrado Socioambiental pudessem realizar uma análise dessa forma de reassentamento, ainda novo no município de Porto Alegre e na região sul do Brasil²⁶. Cabe apontar que este estudo não pretendeu esgotar o tema em questão, mas subsidiar discussões a respeito das formas de reassentamento no âmbito da Política de Habitação de Interesse Social.

4.1 O reassentamento com bônus moradia no Programa Integrado Socioambiental

O Programa Integrado Socioambiental, em seu Componente de Desenvolvimento Urbano, prevê o reassentamento de 1680 famílias, moradoras de sete comunidades nas margens do lago Guaíba e Arroio Cavalhada (entre elas a regularização fundiária de 125). O

²⁶ Existem outras cidades no Brasil que possuem bônus moradia como alternativa de reassentamento. São elas: Belo Horizonte/MG, Manaus/AM, Belém/PA e Goiânia/GO, todas com projetos financiados pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento.

contrato de empréstimo entre Prefeitura Municipal de Porto Alegre e Banco Interamericano de Desenvolvimento foi firmado em 30 de maio de 2009, contudo este Programa já vem sendo discutido e planejado há pouco mais de dez anos. O Plano de Reassentamento Involuntário de Famílias e Atividades Econômicas prevê a remoção e o reassentamento das famílias cadastradas de três formas, dentre estas o bônus moradia, que começou a ser implantado no ano de 2008. Os números apontam que no ano de 2008 foram removidas e reassentadas com bônus moradia 101 famílias, em 2009, 75 famílias, no ano de 2010, 133 famílias e no ano de 2011(em andamento) foram reassentadas 114 famílias com bônus moradia²⁷.

Considerando o cronograma de remoção e reassentamento firmado no Programa e a necessidade de remoções em decorrência da realização de obras de saneamento, foram removidas, com bônus moradia, famílias que residiam nas seguintes comunidades:

Quadro 02: Famílias reassentadas com bônus moradia conforme comunidades de origem.

Comunidade	No. de famílias
Vila Foz Cavalhada	148
Vila Icaraí II	168
Vila Nossa Sra das Graças	59
Vila Icaraí I	28
Vila Campos Velho	15
Vila Angelo Corso	05
Vila Barbosa Neto	00
Total	423

Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

Conforme o Plano de Reassentamento Involuntário de Famílias e Atividades Econômicas, o reassentamento com bônus moradia deve ser uma das alternativas de reassentamento do Programa, que deveria andar em conformidade com o reassentamento em unidades habitacionais construídas em loteamento popular. Contudo, o que se observa na análise dos dados do Programa é que ao tempo em que foram reassentadas 423 famílias com

²⁷ Foram reassentadas 114 famílias com bônus moradia no ano de 2011 até o dia 09 de novembro.

bônus moradia, foram reassentadas em unidades habitacionais somente 188 famílias²⁸, a maioria moradora da Vila Foz Cavalhada, porque foram construídas somente 188 unidades habitacionais, ocupadas ainda nos anos de 2008 e 2009. Portanto, além do descompasso entre a quantidade de moradias, durante a maior parte do tempo do reassentamento foi disponibilizada somente a alternativa bônus moradia para o reassentamento de famílias.

A legislação (Lei Municipal nº 10443 de 23 de maio de 2008) que regulariza o reassentamento com bônus moradia no Programa Integrado Socioambiental permite a aquisição de imóveis em todo território nacional, desde que devidamente regularizados²⁹. Assim a distribuição das famílias conforme local de moradia é a seguinte:

Quadro 03: Cidades/regiões de reassentamento com bônus moradia.

Cidade/Região	N. de famílias	%
Porto Alegre	257	60,76%
Viamão	99	23,40%
Interior do RS	27	6,38%
Litoral do RS	21	4,96%
RMPA	15	3,54%
Outros estados	04	0,94%
TOTAL	423	100,00%

Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

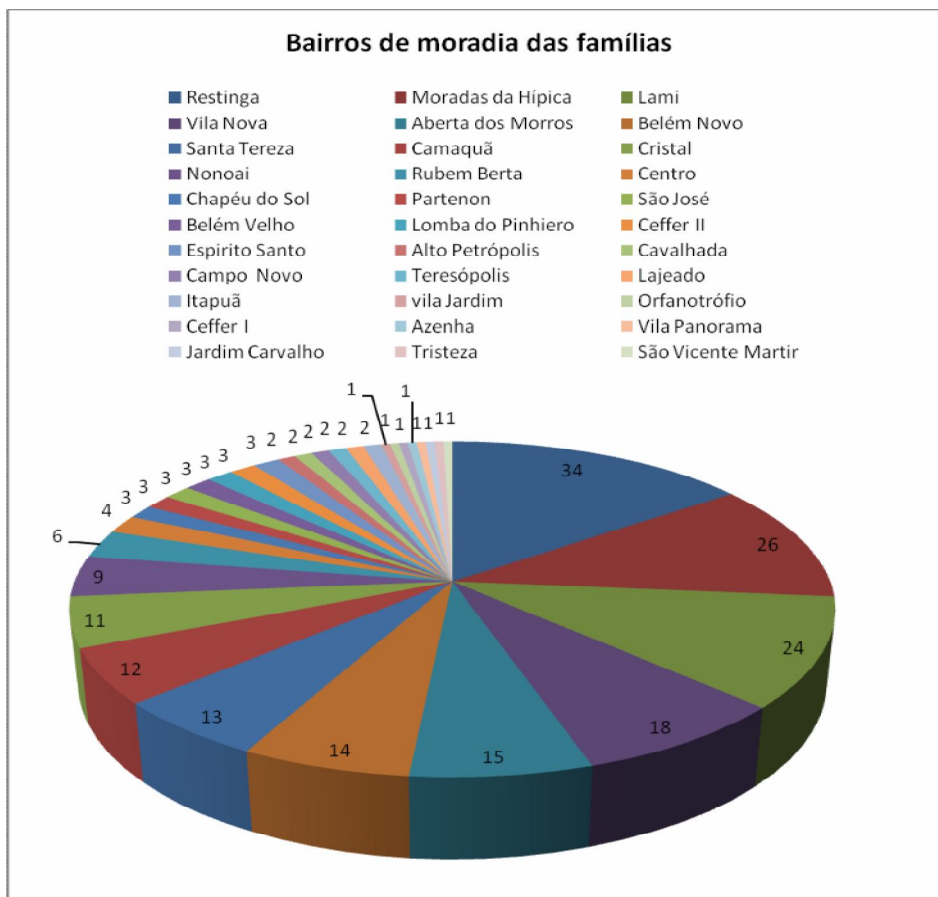
Podemos observar, a partir dos dados apresentados no quadro 03, que a maioria das famílias reassentadas com bônus moradia permanece residindo na cidade de Porto Alegre (60%); seguidas da cidade de Viamão, para onde se mudaram 99 famílias (23,4%). O que observamos ainda na tabela é que muitas famílias optaram por passar a residir em cidades litorâneas do estado. No relato destas, a opção em residir nessas cidades ou na grande Porto Alegre se dá porque o valor dos imóveis que estão à venda é mais favorável à compra. Ou seja, não residem em Porto Alegre, em bairros próximos ou mesmo no bairro Cristal, porque nestes locais o valor dos imóveis é superior ao bônus moradia. Em relação às famílias que adquiriram imóveis em cidades do interior, ou em outros estados, a escolha estava quase

²⁸ Essas famílias foram reassentadas no Condomínio Cristal (antes Condomínio Campos do Cristal), contrapartida da Empresa Multiplan, em decorrência da construção do Barra Shopping Sul (2008/ 09).

²⁹ A documentação necessária para aquisição de imóveis com bônus moradia é: matrícula do imóvel, documentos pessoais do proprietário, negativa de tributos municipais e de água, e contas para comprovação de endereço.

sempre ligada ao fato de ser a cidade de origem das famílias ou a cidade em que residem seus familiares. Na cidade de Porto Alegre as famílias estão residindo nos seguintes bairros após a remoção:

Gráfico 02: Bairros de moradia das famílias em Porto Alegre após reassentamento.



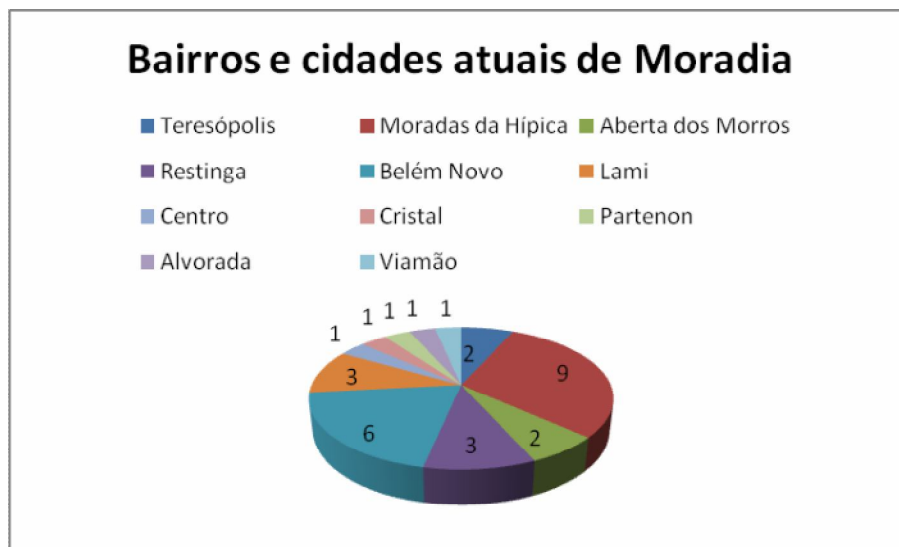
Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

Estes dados mostram que a maioria das famílias, após a remoção, passa a residir em bairros periféricos da cidade de Porto Alegre. Inclusive, é possível notar que, muitas em bairros que surgiram a partir de loteamento populares, como o bairro Restinga (loteamento criado na década de 1970), o bairro Chapéu do Sol, o bairro Rubem Berta, entre outros. Esses dados são significativos quando pensamos que essas famílias estão deixando áreas de risco, contudo localizadas em bairro importante e central da cidade (alvo de diversas obras de modernização). Ou seja, as famílias estão se deslocando para áreas periféricas e adquirindo

imóveis fruto de reassentamento popular e neste caso, imóveis com duas ou mais décadas de construção.

Dentre as famílias removidas por bônus moradia, 30 foram visitadas durante o ano de 2011 pela equipe técnica social do Programa. As visitas domiciliares compõe o material documental analisado nesta pesquisa. Elas tiveram como entrevistados famílias residentes tanto na cidade de Porto Alegre (28), quanto Viamão (01) e Alvorada (01). Para retratar o espaço da cidade ocupado por essas famílias, segue os dados do bairro e cidade de moradia onde as famílias foram reassentadas com bônus moradia:

Gráfico 03 – Bairros e cidades onde as famílias foram reassentadas com bônus moradia .



Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

Observamos que dentre as famílias entrevistadas pela equipe técnica do Programa Integrado Socioambiental no ano de 2011, a maioria está residindo na zona sul e extremo sul de Porto Alegre. Os demais, em menor número, concentram-se em outras áreas da cidade, como no bairro Teresópolis, Partenon, Centro e as cidades de Viamão e Alvorada que possuem uma família residente. Em relação às comunidades de origem, as informações retratam que das 30 famílias entrevistadas, 18 eram moradoras da Vila Icaraí II, 06 da Vila Foz Cavalhada, 03 da Vila Nossa Senhora das Graças, 02 da Vila Icaraí I e 01 da Vila Hípica.

Em relação ao tipo de construção que envolve a casa adquirida, 20 famílias (69%) relataram que residem em casas alvenaria e 10 famílias (33%) adquiriram casas mistas,

compostas por alvenaria e madeira. Cabe apontar que é indicação do Banco Interamericano de Desenvolvimento que não sejam permitidas as aquisições de casas somente de madeira, normatização esta utilizada pelo respectivo financiador em todo o Brasil. Somente 03 das 30 famílias estão utilizando o imóvel adquirido para fins comerciais, além de para fins de moradia, tais como mercearias, bares, lavagem de carro, comércios que já possuíam comércios na comunidade de origem. O gráfico que segue mostra o número de membros por família:

Gráfico 04: Número de membros que compõe as famílias reassentadas.



Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

Observamos que a grande maioria, ou seja, 21 das 30 famílias, são compostas por no máximo quatro membros familiares. Ainda em relação à composição familiar, 11 famílias (36%) possuem dois menores de idade, 07 delas (24%) possuem 01 membro menor de idade, assim como 07 não possuem menores de idade na composição familiar.

Esse é um perfil geral das famílias que foram atendidas e entrevistadas pela equipe técnica social no Programa Integrado Socioambiental no ano de 2011. Nos aproximando do universo acessado na pesquisa de campo, vamos apresentar as 10 mulheres que foram visitadas e entrevistadas em suas casas. É a partir de suas falas nas entrevistas que, na seqüência do texto, serão trabalhadas as categorias temáticas, quais sejam, política de habitação, espaço de moradia e participação popular. Das dez famílias que foram

entrevistadas nesta pesquisa, oito são moradoras de Porto Alegre, duas de Viamão e uma de Alvorada. Em Porto Alegre estão residindo nos seguintes bairros: Bairro Restinga (01 família), Bairro Belém Velho (02), Bairro Aberta dos Morros (01), Bairro Lami (01), Bairro Cristal (01) e Bairro Nonoai (01). Traçamos um breve perfil das mulheres e das famílias entrevistadas:

Quadro 04: Perfil das famílias entrevistadas.

Entrevistada	Idade	Cidade de Nascimento	Profissão	Renda familiar – R\$	Composição familiar	Tempo - vila	Tempo - nova casa
Rose	41a	Porto Alegre	Doméstica	1.090,00	07 filhos Companheiro Genro	08 ^a	02a
Aparecida	56a	Porto Alegre	Do lar	800,00	02 netos Companheiro Vô (afetivo)	10 ^a	1a4m
Cláudia	26a	Porto Alegre	Do lar	Sem renda	02 filhas	10 ^a	2a
Maria	37a	Porto Alegre	Restaurante	1.000,00	04 filhos	5 ^a	2a
Jussara	35a	Porto Alegre	Atendente em floricultura	1.200,00	12 filhos (09 afetivos) Companheiro	9 ^a	2a6m
Terezinha	46a	Palmitinho RS	Do lar	1.090,00	04 filhos Companheiro Neto	10 ^a	7m
Marta	47a	Porto Alegre	Do lar	890,00	04 filhos 06 netos Companheiro	5 ^a	3a
Andréia	33a	Pelotas RS	Manicure	1.000,00	02 filhas Companheiro	10 ^a	1a4m
Rosana	47a	Livramento	Do lar	164,00	07 netos	06 ^a	11m
Ana	66a	Viamão	Aposentada	1.090,00	Irmã Sobrinho	12 ^a	1a

Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós reassentamento.

Podemos observar nos dados do quadro 04, que todas as pessoas entrevistadas foram mulheres, e destas, a quase totalidade (9 de 10) residem com filhos ou filhas e netos (04); 60% residem com companheiros. Fica demonstrado ainda que existe muitas situações caracterizadas pelo convívio em família afetiva, ou seja, a não existência de vínculo biológico (02). Outro dado interessante a destacar é que as entrevistadas são, em sua maioria, naturais da cidade de Porto Alegre (60%) e residiram nas comunidades de origem num tempo médio de 8 anos e 5 meses. Ainda em relação à composição familiar, podemos perceber nas entrevistas que após a remoção houve mudança na composição familiar de 60% das entrevistadas, estas mudanças estão relacionadas ao aumento de moradores em 05 famílias (companheiro novo, cuidado de mais filhos e netos, irmã e sobrinho – porque antes pagavam aluguel).

Diante dos dados aqui apresentados, buscamos traçar brevemente as condições de vida das famílias atendidas pelo Programa Integrado Socioambiental, especialmente tratamos do deslocamento do seu local de moradia a partir da remoção. Analisando tanto os resultados da análise documental, quanto àqueles encontrados nas entrevistas com as mulheres selecionadas, sob o enfoque misto, podemos afirmar que é possível notar que muitas das famílias que recebem bônus moradia se mudam para cidades litorâneas, região metropolitana ou bairros periféricos da cidade de Porto Alegre. Esses dados gerais serão pensados na seqüência a partir da avaliação das famílias reassentadas e das lideranças comunitárias acerca da alternativa de reassentamento bônus moradia na Política de Habitação de Interesse Social e da participação popular dos mesmos no reassentamento do Programa Integrado Socioambiental.

4.2 O bônus moradia enquanto alternativa de reassentamento na Política de Habitação de Interesse Social

Depois de apresentarmos as condições gerais das famílias que fizeram parte da pesquisa e da análise documental neste estudo, buscamos adentrar no tema da Política Habitacional para em seu interior localizarmos e analisarmos a proposta do bônus moradia. Para isso, inicialmente faremos uma breve retomada do contexto de formação das políticas

públicas na relação entre Estado e Sociedade, retomando conceitos importantes. Os conceitos de Sociedade Civil e Estado aparecem com diferentes concepções na literatura. De uma maneira geral podemos observar que se tratam de categorias complexas e que são transversalizados pelos momentos históricos distintos nos quais são criadas. Essas categorias são fundamentais para a análise do conceito de esfera pública e nela o de política pública.

Segundo Pereira (2009) autores que concordam com a definição de Estado o definem composto de quatro elementos: o conjunto de instituições e prerrogativas, entre elas o poder coercitivo; o território; a máquina burocrática de administração; o conjunto de condutas e comportamentos gerais. Em relação à Sociedade Civil, a autora utiliza a explanação de Gramsci, contudo, coloca que parte dos autores entende a Sociedade Civil como uma terceira esfera da sociedade, que estaria, portanto separada da primeira esfera que seria o Estado, e da segunda esfera que seria o Mercado. Gramsci introduz a categoria de Estado Ampliado. Para o autor o Estado Ampliado comporta a Sociedade Política e a Sociedade Civil, conceitos distintos, mas não organicamente separados e separáveis (LIGUORE, 2003).

A categoria Sociedade Civil tem sua origem a partir da burguesia, como expressão do interesse da mesma, enquanto classe, de limitar o poder do Estado. Com as mudanças históricas em curso, a partir do ano de 1848 a posição da burguesia na sociedade muda, essa passa a ter maior poder, inclusive assumindo o poder do Estado. Ela passa a querer impedir o acesso do proletariado àquilo que a mesma havia alcançado no campo das liberdades políticas. Como decorrência histórica, a classe proletária se organiza em torno da ampliação de seus direitos de cidadania, tais como o direito ao voto e à associação. A Sociedade Civil deixa de ser o espaço de uma única classe (a burguesia) e passa a ser espaço também de outras classe sociais (ACANDA, 2006).

Com o liberalismo a partir do século XIX ocorre um verdadeiro processo de redimensionamento do Estado, enfatiza-se a importância das responsabilidades e atribuições do poder político no campo econômico. Ocorre um movimento contrário ao interesse da burguesia com o crescimento da Sociedade Civil, exigindo do Estado ação de mediação às lutas populares. Nesse ínterim, o Estado “recompõe a sua hegemonia por meio de um processo de politização da Sociedade Civil, com o deslocamento da política para espaços considerados privados” (ACANDA, 2006, p. 170). Assim, o Estado passa a cooptar as associações e instituições para serem convertidas em zonas privilegiadas de seu interesse.

Essa recomposição da hegemonia fez os limites entre o público e o privado, os papéis políticos e sociais, deixarem de constituir fronteiras, passando a ser zonas de interseção entre estado e as organizações sociais. Surgiram formas modernas de dominação, fundamentadas no que pode ser denominado expansão molecular do Estado. (ACANDA, 2006, p. 171).

Observa-se que nos últimos 150 anos houve uma expansão sem precedentes da Sociedade Civil, dada, segundo Acanda (2006), por dois processos contraditórios: “por um lado o esforço contínuo de vários grupos sociais explorados e preteridos, e por outro, pelos interesses da aristocracia de desfigurar esses espaços de expressão para impedir a constituições de sujeitos sociais que ameacem os seus privilégios” (ACANDA, 2006, p. 182). Atualmente, a Sociedade Civil é um espaço onde existem diferentes ideologias, e de grupos sociais com interesses diversificados a torna um espaço heterogêneo e campo de relação de forças. A habilidade do grupo que mantém o poder não reside em tentar impedir as manifestações dessa diversidade e sim em cooptá-las para o seu projeto global de construção da trama social.

A nossa análise parte desse espaço onde se dá o conflito entre diferentes interesses na sociedade, no qual se torna público esse conflito. Neste sentido, é importante trazer alguns dados sobre a institucionalização da política de habitação nos últimos anos no Brasil. No ano de 2000, o direito à habitação é regularizado no campo legal mediante a Emenda Constitucional nº 26, enquanto direito social. No ano seguinte, depois de treze anos de tramitação, foi criado o Estatuto da Cidade, que é a principal legislação nacional de regulação do espaço urbano. No dia primeiro de janeiro do ano de 2003, no Governo Lula, a partir de reivindicações dos movimentos sociais envolvidos com a Reforma Urbana, é criado o Ministério das Cidades. Este possui como finalidade “combater as desigualdades sociais, transformando as cidades em espaços mais humanizados, ampliando o acesso da população à moradia, ao saneamento e ao transporte” (BRASIL, 2010b)³⁰.

Em 2004 é criado o Conselho das Cidades (ConCidades), que foi responsável pela aprovação, no mesmo ano, da Política Nacional de Habitação e da regulamentação da Lei nº 11.124 no ano de 2005, lei que institui o Sistema Nacional de Habitação, o Fundo Nacional de Habitação e o Conselho Gestor deste Fundo. Esses instrumentos viabilizam a execução da

³⁰ O Ministério das Cidades está subdividido em cinco secretarias: Secretaria Nacional de Habitação, Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental, Secretaria Nacional de Transporte e Mobilidade, Secretaria Nacional de Programas Urbanos e Secretaria Executiva. Essa subdivisão considera, portanto, que a Política de Habitação deve estar articulada a Política de Desenvolvimento Urbano.

Política Nacional de Habitação, que possui como princípios: (i) o direito à moradia, enquanto um direito humano, individual e coletivo; (ii) a moradia digna como vetor de inclusão social; (iii) a função social da propriedade urbana buscando implementar instrumentos de reforma urbana; (iv) a questão habitacional como política de Estado; e (v) a gestão democrática com participação dos diferentes segmentos da sociedade. Para isso possui como objetivos gerais:

- universalizar o acesso à moradia digna em um prazo a ser definido no Plano Nacional de Habitação, levando-se em conta a disponibilidade de recursos existentes no sistema, a capacidade operacional do setor produtivo e da construção, e dos agentes envolvidos na implementação da PNH;
- promover a urbanização, regularização e inserção dos assentamentos precários à cidade;
- fortalecer o papel do Estado na gestão da Política e na regulação dos agentes privados;
- tornar a questão habitacional uma prioridade nacional, integrando, articulando e mobilizando os diferentes níveis de governo e fontes, objetivando potencializar a capacidade de investimentos com vistas a viabilizar recursos para sustentabilidade da PNH;
- democratizar o acesso à terra urbanizada e ao mercado secundário de imóveis;
- ampliar a produtividade e melhorar a qualidade na produção habitacional; e
- incentivar a geração de empregos e renda dinamizando a economia, apoiando-se na capacidade que a indústria da construção apresenta em mobilizar mão-de-obra, utilizar insumos nacionais sem a necessidade de importação de materiais e equipamentos e contribuir com parcela significativa do Produto Interno Bruto (PIB) (BRASIL, 2004).

O principal instrumento da Política é o Sistema Nacional de Habitação que estabelece as “bases do desenho institucional que se propõe participativo e democrático; prevê a integração entre os três níveis de governo e com os agentes públicos e privados envolvidos com a questão; e define as regras que asseguram a articulação financeira, de recursos onerosos e não onerosos”. (BRASIL, 2004). Outro aspecto importante na execução da Política de Habitação no país foi a elaboração do Plano Nacional de Habitação no ano de 2008, a partir do Conselho das Cidades. Nele constam estratégias para equacionar as necessidades habitacionais do Brasil até o ano de 2023. Complementa esses marcos legais a Lei nº 11.977 de 07 de julho de 2009 que regulamenta o Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV), e a regularização fundiária no país. O Programa Minha Casa Minha Vida se constitui de um dos principais Programas Governamentais na área da habitação de interesse social, juntamente com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

Na pesquisa de campo as famílias entrevistadas foram questionadas em relação a sua avaliação do processo de remoção e reassentamento com bônus moradia, assim como as lideranças comunitárias que participaram da reunião do grupo focal. Acreditamos ser muito importante escutar os sujeitos alvo da política de habitação, sobre o que pensam e como avaliam a sua situação com essa mudança, que não envolve somente um endereço, mas mudanças relacionadas à vida familiar, ao pertencimento, ao vínculo, ao acesso aos serviços públicos, entre outras questões.

Houve uma diferença significativa entre as falas das dez entrevistadas e das lideranças comunitárias no que diz respeito aos aspectos positivos e negativos em relação ao reassentamento, situação que abordaremos na seqüência. De uma maneira geral podemos observar que as famílias reassentadas apontaram muito mais aspectos positivos do que negativos, já as lideranças comunitárias tiveram suas falas concentradas em aspectos negativos. Interessa-nos inicialmente apontar os pontos de convergência e divergência entre as falas destes em relação à avaliação que realizam do reassentamento com bônus moradia. Entre as falas das lideranças e das dez famílias entrevistadas, podemos ver, em primeiro lugar, como ponto em comum o entendimento de que o bônus moradia não deveria ser disponibilizado para todas as famílias cadastradas no Programa. Isto porque algumas não possuem condições financeiras para manter o imóvel, acabando por endividar-se por não conseguir realizar o pagamento das contas da casa (antes eram ligações irregulares e, portanto, não pagas). Rose, por exemplo, relata que esse fato aconteceu com a sua família. Hoje ela pensa que algumas famílias não deveriam ser reassentadas com bônus moradia ou a Prefeitura deveria realizar acordo com a fornecedora de energia elétrica e de água:

...eu acho que eles deveriam estudar as famílias. Porque tu larga a gente num lugar, tem conta de água pra pagar, o consumo é muito grande, muito grande... . Esse projeto que eles fizeram é pra família que não tem filho. Não é pra nós. No meu caso que tenho sete filhos, não é pra família assim. Ou então eles tinham que estudar fazer uma parceria com a CEEE, o DMAE (Rose).

Cinco lideranças comunitárias também apontaram que consideram que existem famílias que após o reassentamento ficaram em situação econômica bastante complicada, porque não possuem condições de realizar a manutenção do imóvel adquirido. Em contrapartida a essa situação, a liderança comunitária Judite refere que as lideranças comunitárias previam que esta situação fosse ocorrer e, inclusive afirma que sugeriram que

pudessem definir as famílias que poderiam ou não adquirir imóveis com bônus moradia. Justificam isso dizendo que sabem qual a condição financeira das famílias, contudo, tiveram tal alternativa negada com base no Plano de Reassentamento Involuntário de Famílias e Atividades Econômicas que determina que as famílias são responsáveis pela sua opção de reassentamento.

Acreditamos que essa questão apontada pelas lideranças comunitárias é uma questão importante para analisar essa opção de reassentamento, por se preocuparem com as famílias, consideram que possuem condições de definir famílias que possuem condições para adquirir o bônus moradia e famílias que não possuem, mediante o seu conhecimento das mesmas. Um questionamento aqui se faz fundamental: é necessário selecionar famílias conforme renda ou indicação de lideranças, ou é necessário trabalhar num acompanhamento de famílias capaz de orientar de forma clara as questões relacionadas ao bônus moradia? Se analisarmos o histórico do Programa Integrado Socioambiental percebemos não ter ocorrido um acompanhamento social em todo processo, já que nem sempre se contou com equipe de trabalho social no reassentamento do Programa. Consideramos que o processo de informação e orientação é fundamental nas políticas públicas, para que as famílias inseridas nas mesmas possam ter consciência e participação ativa na construção daquilo que diz respeito a sua vida cotidiana.

O segundo ponto de convergência entre as falas das entrevistadas e do grupo focal diz respeito à qualidade das casas. Ambos acreditam que as avaliações dos imóveis que as famílias pretendem que sejam adquiridos, realizadas por técnico competente, não tem conseguido abranger a complexidade desse processo e algumas famílias adquirem imóveis que futuramente apresentam problemas. Essa situação se fez presente na fala de lideranças comunitárias e de três entrevistadas, dentre estas nas falas de Jussara e Ana:

Porque quando avaliaram a minha casa ela estava cheia de móveis, então, aparentemente, era uma casa boa. Quando eu cheguei aqui mesmo é que eu vi que estava tudo... O esgoto, os fios estão todos velhos, as tomadas pegaram fogo, eu até tirei foto de todas as tomadas. Eu tive que trocar poste de luz, que estava velho. Tu imaginas eu com um monte de criança e tendo que comprar poste de luz (Jussara).

...Por causa que chove tem goteira e alaga a casa. Não tem condições, o meu dinheiro já foi todo. Foi tudo (Ana).

A avaliação das casas atualmente é realizada por engenheiro civil ou por arquiteto da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Durante os primeiros anos do reassentamento com

bônus moradia a avaliação era realizada por empresa contratada para esse fim. Tal situação nos permite pensar que existe um maior acompanhamento do trabalho realizado nesse segundo momento, já que existe uma maior proximidade entre técnicos da Prefeitura (equipe social e equipe de engenharia). Contudo, acreditamos que existam outras questões que perpassam a aquisição das casas, porque existem famílias ainda hoje que indicam imóveis sem visitá-los, somente pela descrição do corretor, sendo necessário que a equipe que atende a família não permita a aquisição de imóvel dessa forma. Essa questão caracteriza um processo simbólico que diz respeito ao significado dado a casa adquirida pela família e, nos casos das falas anteriores, também ao fato de que as avaliações não dão conta dos processos subjetivos que envolvem a vida das famílias e sua relação com a casa adquirida³¹.

Além de apontarem para um acompanhamento negativo quando da avaliação das casas, ainda sugerem que o atendimento social pós-reassentamento, previsto mediante visitas domiciliares ou mesmo ações de Geração de Trabalho e Renda, não tem atendido todas as famílias reassentadas. Isto tem gerado, junto às famílias, um sentimento de abandono pelo poder público:

Mas aí infelizmente largam as famílias e deu, “babau”, tu te viras. Tu quiseste, tu te viras. Mas eu quis por quê? Porque eu queria... Como eles dizem na televisão: Moradia pros pobres, pra família ser mais feliz, mas eles largam simplesmente ali e não sabem (Rose).

Outro elemento negativo, destacado por uma entrevistada e por uma liderança, é que o tempo do andamento do processo para aquisição do imóvel com bônus moradia é muito longo, o que tem como consequência, em alguns casos, a desistência do vendedor em vender para o morador da comunidade. Se por um lado existem aspectos negativos, existem referências a aspectos positivos do bônus moradia. Um deles é que ele possibilita a aquisição de moradias melhores do que as que as famílias que residem nas comunidades possuíam. Esta característica foi tema da fala de três lideranças comunitárias e de duas entrevistadas, como afirmou Claudia, “...a idéia do bônus foi a melhor coisa que a gente teve, porque dá pra gente

³¹ Os técnicos sociais e a equipe de engenharia que trabalham diretamente com o reassentamento do Programa discutem freqüentemente as questões ligadas à avaliação, e realizaram documento que buscou embasar a solicitação de aumento do valor do bônus moradia, baseado, entre outras questões, na visível piora das condições dos imóveis no valor correspondente com o passar dos anos. A equipe de engenharia fez documento que possui diretrizes para a aquisição de imóveis com bônus moradia, utilizado principalmente para avaliações no litoral, interior do Rio Grande do Sul, e outros estados. Isso porque nestes casos a avaliação é contratada pelas partes, não sendo realizada pela Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

escolher uma moradia melhor, e futuramente os nossos filhos ficarem ali. Eles vão ter uma moradia melhor no futuro”.

Além da aquisição de moradias consideradas melhores, identificam que o bônus moradia possibilita a aquisição de casas próprias. A questão da propriedade foi bastante recorrente em diferentes momentos e apareceu nas falas de cinco entrevistadas, ou seja, da metade das famílias. Dentre estas a fala de Andréia que refere que o reassentamento com bônus moradia foi *“ótimo. Como é que eu vou te dizer... eu acho que a oportunidade que as pessoas estão tendo a oportunidade de comprar as suas próprias casas”*. Da mesma forma, a questão da propriedade apareceu também no grupo focal, relacionada à garantia de uma casa localizada em área regularizada, como afirmou Judite *“... porque as pessoas vão poder comprar as suas casas, vão deixar de ser vileiro para ser proprietário e hoje eu to muito ciente em dizer que eles tão bem”*. A fala de Judite além de dizer respeito a questão da propriedade, diz respeito ao status da famílias, que deixa de ser “vileiro”, caracterizando a dignidade da família ao mudar seu status em relação à casa e a propriedade.

Em estudo realizado por Araújo (2005), em conjunto habitacional na cidade de Fortaleza/CE, a propriedade da casa também aparece como dado significativo. Segundo a autora, os moradores do Conjunto São Miguel ressaltam a importância de serem “donos da casa” o que a leva a considerar que a “casa própria” é um lugar de domínio do morador. Reconstrói um significado de “poder” sobre a vida, um domínio e auto-domínio” (ARAÚJO, 2005, 135). Da mesma forma, para os reassentados do bônus moradia, a casa própria aparece como elemento positivo, além de ser uma oportunidade de melhorar a qualidade de suas casas e possibilitar aos seus filhos uma herança no futuro.

Como podemos ver nos pontos convergentes das falas de lideranças e moradoras pesquisadas, coexistem pontos positivos e negativos na avaliação, como contradições inerentes ao processo de aquisição de uma nova moradia. Embora reconheçam positivamente a liberdade de escolha pessoal dos moradores, percebem negativamente o acompanhamento do Estado, seja no momento anterior ao reassentamento, quanto no acompanhamento posterior. Contudo, predominam nas falas das famílias entrevistadas aspectos positivos (as 10 entrevistadas afirmaram existir aspectos positivos) que apareceram em 33. Os aspectos negativos apareceram na falas de 50% dos entrevistados, e ocorreram com a frequência de 21 vezes. Essa realidade é diferente no grupo focal, ao analisarmos a frequência dos aspectos positivos e negativos em relação ao reassentamento com bônus moradia, percebemos que 28

falas trouxeram aspectos negativos e somente o número de 05 falas se referiram aos aspectos positivos.

Especificamente em relação às famílias acessadas na pesquisa, o processo de remoção e reassentamento têm trazido algumas conseqüências negativas, tais como o desemprego decorrente de mudança de endereço (02 entrevistadas), o rompimento com a rede de atendimento sem conseguir inserção de forma imediata na rede do bairro novo (01 entrevistada), a venda informal da casa por não existir condições de manter o pagamento das contas (01 entrevistada), piora nas condições de saúde das pessoas que integram as famílias (02 entrevistadas)³², uma ligada ao aumento da ansiedade por não conseguir realizar todos os consertos que considera que a casa necessita, e outra porque a casa adquirida é úmida e possui um filho que é asmático, tendo prejudicado a saúde do mesmo. Essa questão nos permite analisar que mesmo que as avaliações dos imóveis possam apontar questões como essas em relação às casas para que seja dada visibilidade as mesmas, existem aspectos que advém de situações singulares nas famílias, que devem ser pensadas com estas durante o processo de aquisição dos imóveis. Essa questão aponta ainda para, além da necessidade constante de orientação, a necessidade de monitoramento e avaliações *ex-ante* e *ex-post* junto às famílias.

Cinco das dez famílias entrevistadas não apontaram nenhum ponto negativo na aquisição de imóvel por meio de bônus moradia. Quando perguntadas diretamente sobre o assunto, responderam que na sua avaliação dos resultados da aquisição do imóvel para a sua família só conseguem indicar os pontos positivos. Estes pontos estão diretamente ligados as condições do espaço de moradia, assunto tratado na seqüência deste trabalho.

Tratando do outro grupo pesquisado, as lideranças comunitárias, em reunião realizada com as mesmas, as principais considerações em relação a avaliação do bônus moradia na Política de Habitação, no que condiz aos aspectos positivos, apontam que o bônus moradia é uma boa opção de reassentamento quando as famílias encontram imóveis com o valor correspondente no bairro de origem ou em bairro próximo ao da comunidade de origem, para que o território e as redes de atendimento da família possam ser os mesmos (trata-se de um ponto positivo, contudo também indica uma fragilidade do Programa). Além disso, acreditam que o bônus moradia possibilita a escolha da casa a ser adquirida e não determina tipologias

³² Duas pessoas entrevistadas afirmaram haver melhoria das condições de saúde de pessoas da sua família, estas ligadas em um dos casos a melhoria da condição de saúde do filho de Rose, que possui problemas psicomotores e em decorrência do aumento e das condições do espaço da casa passou a andar. E no outro caso à prolongação do tempo de vida de Terezinha, que havia recebido previsão médica de tempo de vida de três meses antes da remoção e no momento da entrevista já estava residindo na casa nova há sete meses.

fixas ou a indicação de vizinhos sem consulta à comunidade, fato ocorrido em alguns conjuntos habitacionais:

...nós achava bagacerismo fazer aqueles predinhos como tem no Vila Nova, e era bem pior ainda, era por numero, tu não tinha direito a escolha, por exemplo, se o teu corredor era do um ao dez tu não podia trocar lá para o 12, e se o nove era teu vizinho que tu não gostava, tu tinha que ficar do lado do nove, porque era assim o reassentamento. E a gente não concordava, a gente sempre queria que as pessoas tivessem a liberdade de escolha (Judite).

As lideranças comunitárias, no que concerne aos pontos positivos identificados no Programa referem que o bônus moradia é resultado da luta das lideranças, portanto, foi incorporado ao Programa por desejo e luta dos mesmos, assim como a habitação enquanto parte constituinte do Programa:

Lá em 1999 já se discutia Socioambiental, o Roberto era o nosso representante no Plano Direto, e a gente aqui na região não sabia e tavam discutindo lá, pra trazer o shopping pra cá. E o que é que era o Socioambiental, ele não tratava das moradias, o shopping se comprometia a construir avenidas, alargar a Diário e canalizar o valão, porque o Programa só tratava do meio ambiente e o Roberto trouxe essa discussão e a gente começou a se agilizar, e a gente conseguiu fazer com que se tratasse de moradia. Eu lembro numa reunião do Roberto muito brabo perguntando pro cara do shopping, que disse assim, que a Foz Cavahada, que ele não tinha interesse nas comunidades, que as comunidades podiam ficar, que a contrapartida que ele tinha para dar pra a Prefeitura era canalizar o valão e disse isso, em plena assembleia. E aí o que é que a gente disse “e quando tiver tudo esses empreendimentos os pobres não vão poder sair pra fora, pros pobres vão botar uma cortina de ceda em roda?”. Então essa foi uma luta nossa, das lideranças, que tinham garra, que lutavam sem ressentimento sabe, uns com os outros, e a gente conseguiu fazer esse Programa (Judite).

Em contrapartida, as lideranças comunitárias apontaram aspectos que consideram negativos. Observamos que os aspectos negativos não dizem respeito ao bônus moradia enquanto uma alternativa de reassentamento em si, mas ao processo de implementação do mesmo. Neste sentido, três falas indicaram como negativa a comunicação entre a Prefeitura e lideranças no que diz respeito às combinações entre as mesmas, que são modificadas sem a consulta à comunidade. Soma-se a isso, o fato de que a alternativa de reassentamento em unidade habitação não tem ocorrido ao mesmo tempo em que o reassentamento com bônus

moradia, conforme previsto no Plano de Reassentamento Involuntário de Famílias e Atividades Econômicas (o assunto foi mencionado por quatro lideranças comunitárias)

O Programa caminhava em três modos, três escolhas que a comunidade tinha e as três caminhavam juntas, e isso não aconteceu, que era ir pra Vila Nova, permanecer na região ou comprar com bônus. Hoje tem uma só... (Judite).

Eu chego no escritório e pergunto “vocês tem idéia de quando va começar a construir alguma coisa ali”, o que é que eles vão ter que me dizer “nós não temos nem idéia”, eles vão dizer pra mim não começa o ano que vem, e se o ano não construir (Judite).

Socorro, também liderança comunitária, demonstrou em suas fala este questionamento:

Porque na real, eles querem mais é ver a gente longe. A gente não tem duas opções, a gente tem uma só. Então assim ó, a gente sabe como liderança a gente sabe, que na comunidade o pessoal diz assim ó “ah, isso aí não vão construir casa nenhuma”, então o que é que é muitas vezes o desespero pelo fato de não vê ninguém se mexendo, ninguém construindo casa nenhuma, tem a oferta dos bônus de 40 mil, “vamos pegar os 40 mil e comprar num outro lugar”. Muitas pessoas não tem condições, são carrinheiros, são carroceiros, compram num outro lugar, não tem condições de manter água, luz, IPTU, e acabam perdendo e voltando pra vila de novo, o que foi o enxerto que ta ali na Nossa Senhora das Graças, de gente que já volto... (Socorro).

Na fala de Socorro e também de Judite, fica claro que existe uma oferta desigual entre as alternativas de moradia. Para além disso, deixam saber que sentem dúvidas quanto à construção das casas enquanto elas não estão materializadas. Essas dúvidas se relacionam ainda com o receio de um deslocamento que não desejam, porque não favorece suas alternativas de trabalho e condição financeira. . Esse fato esta inteiramente ligado à outra queixa das lideranças comunitárias da demora para início das obras para construção de unidades habitacionais na região Cristal.

Outro aspecto negativo mencionado por quatro lideranças comunitárias sugere que o valor do bônus moradia encontra-se defasado no mercado imobiliário e não foi reajustado conforme previsto em Lei Municipal, o que tem feito com que muitas famílias adquiram imóveis distantes da comunidade de origem Sugerem ainda (em duas falas) que estão sendo repassadas às famílias a responsabilidade de realizar o pagamento das avaliações de imóvel e

das mudanças quando pretendem adquirir imóveis nas cidades fora de Porto Alegre ou da região metropolitana.

Ainda segundo as lideranças comunitárias, o bônus moradia enquanto alternativa de reassentamento tem sido alvo de ações do mercado imobiliário, ou seja, sofre com o significativo aumento dos imóveis na cidade de Porto Alegre. Ao mesmo tempo em que sofre a influencia geral da expropriação imobiliária, quatro lideranças comunitárias apontam ainda as questões de mercado nessa aquisição, impostas principalmente pela ação dos corretores. Dentre as falas podemos destacar:

... não é ruim, é muito ruim. Até porque sabe quanto ta o metro quadrado no Cristal, isso em maio? 7.000 reais o metro quadrado. Então tu imagina hoje o quanto valorizou, aí o que querem com esse bônus aí, tão pensando que as pessoas são bicho, é complicado hein...(Helena).

mas o que aconteceu, quando ela fala que muitos saíram e compraram casa velha...eu sei de muitos que compraram casas velhas só maquiadas pelo bendito corretor, nós tivemos um grande problema com isso. Todo mundo sabe, a bendita volta que o corretor deu pras famílias. (...) Tu tava junto comigo na Fátima, quando nos fomos lá e todas as assistentes sociais viram a situação dela e o que ela disse pra mim: “hoje eu me arrependo de não ter aceitado de tu dizer que eu tinha que ficar perto e não ter pagado os dois mil”. Mas, a corretora prometeu serviço pra ela, pra filha dela, pro marido dela, e mais dois mil de volta. Só que depois que entregou a chave pra ela, nem buscar ela foi (Judite).

A ação do mercado imobiliário e o reassentamento trazem à cena outros elementos considerados negativos, como o rompimento com situações empregatícias e de inserção na rede de atendimento, pela distância dos imóveis adquiridos (02 lideranças mencionaram), a venda informal dos imóveis adquiridos antes do tempo permitido por lei e o retorno a situação de moradia irregular (muitas vezes na comunidade de origem, ou no seu entorno – mencionado por uma 1 liderança, e o aumento da violência nas comunidades que estão sendo removidas, pela demora de remoção total e pelos espaços vazios e carcaças de casas que vão sendo tomadas por pessoas envolvidas com o tráfico de drogas (segundo 03 lideranças).

Lá na comunidade o que é que ocorre hoje, ontem eu falei com duas pessoas, vizinhos, que aquelas casas que estão inabitadas estão invadindo, então, lá na casa da Deise, que é a cunhada da Nane, roubaram duas bicicletas, um tênis, a casa tem grade. E em mais três pessoas, na Samanta, da Beth ali na entrada também, e na Neusa também entraram. Então agora virou cidade sem lei aquela área ali pra nós. Tá muito complicado (Helena).

Duas das lideranças comunitárias presentes no grupo focal mencionaram que as famílias adquirem imóveis sem possuir desejo, muitas vezes em locais mais afastados, que não seriam a sua primeira opção, pelo medo do isolamento nas comunidades no momento em que estão sendo removidas:

Olha só uma coisa, se ela é minha vizinha, e tu é vizinha dela. Eu pego o bônus e vou embora, ela pega o bônus e vai embora, o que ela (que fica) vai fazer? Vai se desesperar, vai pegar o bônus e também vai embora. O bônus é quarenta, mas tu oferecer trinta e ela achar uma casinha ela vai embora também correndo, no pavor de ficar sozinha numa comunidade que ta ficando assombrada (Helena).

Essa fala da liderança comunitária relaciona o que é desejo das famílias, e as condições reais de vida para que isso aconteça. Faz menção, portanto, a uma limitação real que diz respeito a vida de todo ser humano (e não somente dos sujeitos alvo dessa pesquisa), que é a diferença entre o ideal e o real de onde se deseja viver, no que se deseja trabalhar, o quanto se deseja receber por este trabalho, entre outras coisas. As situações de moradia não inserem-se nesse contexto, são transpassadas por questões concretas como o valor do bônus moradia, as desigualdades entre os bairros da cidade, o mercado imobiliário, entre outras coisas, não permitindo que muitas vezes o desejo dessas famílias seja inteiramente contemplado. O processo de orientação às famílias deve dar conta desses aspectos, para que as famílias optem por um imóvel que atenda as necessidades da mesma, dentro das limitações reais existentes.

O tempo para que a remoção e o reassentamento aconteçam também apareceu em outro sentido na fala das lideranças. Não apenas as pessoas ficam com receio quando sozinhas, mas a demora acarreta também a separação das comunidades (01 liderança) e é gerador de descrença das mesmas nas lideranças comunitárias, assim como no Programa (mencionado por 4 lideranças).

Além de buscarmos mapear aspectos identificados como positivos e negativos nas opiniões de lideranças comunitárias e entrevistadas, é interessante pensar a opção das entrevistadas (e suas famílias) pelo bônus moradia, em detrimento da escolha por unidade habitacional em loteamento. Neste cenário temos que considerar que algumas famílias teriam uma defasagem de tempo para adquirir imóvel por meio de unidade habitacional, já que não existe nenhuma construção em andamento. Ainda assim, é importante observar que a questão

do tempo de construção não foi apontada como motivo pelas as famílias (foram apenas consideradas nas falas das lideranças comunitárias). Nas falas das entrevistadas, por sua vez, apareceram outros elementos. Três entrevistadas acreditam que os loteamentos populares mantêm aspectos da dinâmica da comunidade dos quais gostaria de se afastar, tais como tráfico de drogas, o barulho e o que consideram desordem (03 entrevistadas):

Por causa da vila, né, porque eles colocaram todas as pessoas juntas, os usuários de drogas junto com os carroceiros, aquela bagunça que era a vila, aquela bagunça que era, então eu disse: “Não, eu quero ir pra um lugar, para um bairro em que eu possa criar meus filhos em uma vida digna, melhor, que eu possa dar outra vida pra eles” (Cláudia).

Duas entrevistadas referiram que o motivo que as levou a escolher o bônus moradia foi o fato de que nos loteamentos “*Eles misturaram, simplesmente misturam todo mundo e eu não queria isso*” (Rose), ou seja, não queriam residir em um local onde não conhecessem as pessoas ou que houvesse a possibilidade de violência e confronto entre grupos rivais. Duas das mulheres entrevistadas acreditam que as unidades habitacionais são muito pequenas. Entre as dez mulheres entrevistadas, quatro delas dizem que não optaram por unidades habitacionais porque as casas estão dispostas de forma germinada:

Ah, porque disseram que seriam aquelas casas conjuntas e eu não sabia se ia pegar uma família que... e muito pequenas, também. Eu achei que essas casinhas são boas só para casal que não tenha filhos. Pra que tem filho, que nem eu, e mais o vô deficiente, não dava. Por isso eu optei pelo bônus (Aparecida).

Além do tamanho da casa, quando pensamos em sua estrutura, existem duas famílias que não escolheram a unidade habitacional em decorrência do formato da escada (caracol). Assim como, duas das entrevistadas não queriam unidades habitacionais por causa da ausência de pátio. Em consonância com os aspectos positivos indicados tanto pelas entrevistadas, como pelas lideranças, apareceu menção à escolha do bônus moradia porque a entrevistada queria “*uma casa que realmente fosse minha (sua)*”, assim como uma entrevistada relatou que optou pelo bônus moradia porque buscava liberdade: “*... e para mim foi bom eu escolher o lugar para morar, porque eu tenho liberdade. Porque eu escolhi um lugar em que eu tenho liberdade. A casa é separada, não é paredes e meia, eu tenho o meu pátio, um pátio grande. Espaço para eu poder andar, eu e as gurias*” (Teresinha).

A possibilidade de escolha do imóvel é transversal as falas das entrevistadas apresentadas na parte do texto que antecede essa análise, assim como de uma das lideranças comunitárias. Essa escolha aparece em dois aspectos: no sentido de poder escolher entre uma casa no mercado imobiliário ao invés de unidade habitacional; e nesse contexto ainda poder escolher, ainda que com limitações reais, a casa e o bairro onde se quer viver. A escolha é relativa, mas certamente muito mais ampliada do que os reassentamentos comumente realizados pelos órgãos públicos, caracterizados por unidades habitacionais padrão em loteamentos populares, alguns com critérios de escolha das unidades mediante sorteio.

Podemos concluir inicialmente que moradores e lideranças comunitárias têm opiniões diversas sobre o bônus moradia, de uma maneira geral, as famílias apontaram mais elementos positivos do que as lideranças. Tem relação com isto o cenário de atual descrédito das lideranças na comunidade, devido ao tempo de demora para a execução das unidades habitacionais para reassentamento na região. Já as famílias trazem suas opiniões de acordo com suas experiências cotidianas.

Ao tempo em que nos propomos a pensar uma proposta de reassentamento no interior da Política de Habitação de Interesse Social a questão da participação popular das famílias é questão central, já que as políticas hoje buscam garantir legalmente essa participação. Nesse sentido, perpassa a avaliação dessa proposta como está se dando a participação das famílias e também o que estas pensam sobre a participação.

4.3 A participação popular no reassentamento com bônus moradia

Intrinsecamente relacionada a essa análise do bônus moradia como uma proposta de reassentamento pela ótica das famílias envolvidas está a questão da participação popular, isso porque, é inevitável que as famílias de alguma forma participam do seu processo de reassentamento, seja esta individual ou coletiva. Essa participação pode ser condicionada pela estrutura do Programa, pela organização comunitária prévia, por interesses pessoais e políticos, dentre outras questões. A participação nem sempre está ligada a uma transformação da questão urbana, mas muitas vezes está ligado a participação em busca da melhoria de vida de sua família.

Partindo do pressuposto de que a resistência empregada por aqueles que vivenciam as suas expressões é parte constituinte da questão social (IAMAMOTO, 2008), acreditamos ser importante apontar alguns aspectos referentes aos movimentos sociais urbanos e a participação popular na área da habitação que, de um lado, influenciaram nos processos decisórios em torno da atual estrutura e reconhecimento legal do direito à habitação e a cidade e, de outro, influenciaram e influenciam cotidianamente na organização comunitária das famílias que, apesar da previsão legal, ainda não possuem acesso aos serviços urbanos e a moradia digna.

O Brasil é um país que registra desde o seu período de colonização diferentes formas de resistência de pessoas diante da exploração ou de condições indignas de sobrevivência. São exemplos conhecidos a resistência dos escravos por meio dos quilombos ou o movimento operário com as grandes greves de funcionários, entre outros. Desses diferentes meios de resistência, “vários transformaram-se em movimentos, lutas prolongadas ou até guerras. Outros se institucionalizaram e foram incorporadas ou absorvidas pela sociedade civil e política brasileira” (GOHN, 2003, p. 07). Esses movimentos são parte constituinte da sociedade brasileira em diferentes momentos históricos e até hoje refletem a história da organização popular.

Os movimentos urbanos no pós-guerra, com o crescimento da população urbana e com o momento político pelo qual passava o Brasil, de fim do Estado Novo e início do governo de Vargas, eram impulsionadores da participação popular, contudo dentro dos moldes de restrição do governo. Somando-se a escassez de oferta de produtos para compra e a ausência de serviços públicos, passam a ocorrer diferentes manifestos nas cidades, como invasões de armazéns, mercados, entre outros, que refletem iniciativas nem sempre organizadas de “ações de protesto contra as condições de vida urbana” (BONDUKI, 1988, p. 96), já que a população neste momento ainda não se encontrava organizada em sindicatos e partidos. Foi com a luta contra os despejos e depois, com o aparecimento de pessoas sem-teto, que as mobilizações populares apresentam maior visibilidade. Cabe frisar que esses movimentos, até a década de 1930, não direcionam as suas manifestações ao Estado, mas principalmente aos donos das casas de aluguel, em decorrência dos altos valores por estes estabelecidos, sem qualquer regulação estatal. As demandas passam a ser remetidas ao Estado no governo de Vargas, momento em que o Estado passa a intervir na área da habitação.

Com o crescimento das favelas e dos loteamentos periféricos, que não possuíam infraestrutura urbana, surgem outros espaços de mobilização popular como o movimento dos favelados e o movimento dos moradores de loteamento urbanos, que tinham como motivo de luta “a precariedade urbana e a falta de equipamentos de infra-estrutura e transporte” (BONDUKI, 1988, p. 110). Esses movimentos demandavam do Estado à supressão dessas carências.

Na década de 1970 surgem e ressurgem no país, com maior intensidade, um grande número de movimentos sociais. Gohn (1991) identifica que estes podem ser categorizados em dois tipos: os movimentos populares de classe, que abarcam os movimentos sindicais, movimentos que nascem das camadas populares que demandam em nível local por moradia, bens de consumo coletivo, infra-estrutura urbana, saúde, educação, transportes, entre outros; e os movimentos sociais com problemáticas específicas, como o movimento feminista, o movimento ecológico, o movimento negro, e os movimentos em defesa dos direitos dos homossexuais. Os primeiros eram, nesta década, numericamente maiores e tinham maior possibilidade de promover transformações políticas (GOHN, 1991, p 09).

Apesar da repressão pela qual passavam as mobilizações populares na década de 1970, os moradores das cidades não deixaram de organizar-se em torno de suas demandas. Como as mobilizações no espaço de trabalho eram fortemente reprimidas, os espaços nos bairros e favelas eram o lócus para organização comunitária (BONDUKI e KOWARICK, 1988, p. 157). Os movimentos centravam suas demandas reivindicando a construção de sistemas de água e esgoto, de creches e transporte público. Como exemplo, na cidade de São Paulo pode-se citar o novo movimento de bairro, que era articulado com áreas da Igreja Católica, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e com os clubes de mães; e também o Movimento Contra o Custo de Vida.

Na década seguinte, novos fatos passam a compor a conjuntura das metrópoles “entre os quais se destacam as ocupações organizadas de terra, os saques e as outras manifestações dos desempregados, os quebra-quebra de ônibus, as ações espontâneas contra os atropelamentos, além dos movimentos de favelados e, obviamente, as greves” (BONDUKI, KOWARICK, 1988, p.161). Ainda, segundo Bonduki e Kowarick (1988), a luta pela terra aparece como a maior reivindicação dos trabalhadores pobres. É ainda nesta década que ganham força os movimentos sociais com problemáticas específicas e também outros

movimento sociais dos desempregados e das diretas já, que diferenciavam-se dos movimentos populares que existiam no país até aquele momento (GOHN, 1997, p. 28).

Contudo, ainda na década de 1980, apesar da organização em torno da luta pela aprovação e inclusão de temas na Constituição Federal de 1988, muitos movimentos sociais entram em crise e descrença. Conforme Gohn (1997) alguns aspectos são centrais para este acontecimento: as mudanças nas políticas públicas e nos atores que a compõe, o desgaste das práticas participativas em diferentes setores da vida social, o crescimento do associativismo institucional, o surgimento das centrais sindicais, o surgimento de entidades aglutinadoras dos movimentos sociais, principalmente na área da moradia, o surgimento e emancipação das Organizações não-governamentais (ONGs). A decorrência disso é que na década de 1990 o movimento social é “reconhecido como não realizado embora seja apontado não como um fracasso, mas sim como um projeto utópico, dentro do cenário político dos anos 70 e 80, quando o Estado era visto como um inimigo” (GOHN, 1997, p. 30).

O final da década de 1980 é palco de um marco histórico para o país com a aprovação da Constituição Federal, onde os movimentos sociais vêem atendidas algumas de suas demandas. No texto da Constituição Federal a gestão das políticas públicas deve ser realizada de forma democrática, com base nos princípios recém inaugurados de descentralização, municipalização e participação da população por meio do controle social.

A Constituição Federal define a participação popular nas políticas sociais por meio dos órgãos representativos, tais como os conselhos da Criança e do Adolescente, da Saúde, da Assistência Social, da Habitação, entre outros. Define ainda que neste processo a população participe do planejamento e deliberação de políticas, assim como de sua fiscalização, controle e supervisão, inclusive sobre os recursos orçamentários na execução das mesmas. Essa organização sob a forma de Conselhos “foi demanda básica da maioria dos movimentos sociais brasileiros nos anos 80. Nos anos 90, ela foi absorvida como estratégia política pela maioria dos planos e projetos governamentais, para viabilizar a questão da participação da população nos órgão e políticas estatais” (GOHN, 1997, p. 37).

Esse fato, associado ao número de administrações municipais assumidas pelo Partido dos Trabalhadores, traz outro perfil à participação social. Isso se dá principalmente em nível municipal, onde as lideranças populares eram chamadas a ser co-partícipes das políticas sociais e onde se instauram processos diferenciados de participação como o Orçamento Participativo.

[A Constituição Federal] redireciona a noção de participação social dos movimentos democráticos da década de 1980, por descentralização política, por participação nos processos decisórios da política, por mecanismos de controle social, transformando-os em espaços de consentimento, de legitimação de decisões dos governos, de responsabilização pela proteção (TEIXEIRA, 2007, p. 99).

De um modo geral, já na década de 90 do século XX, muito do que está previsto na Constituição Federal segue outro caminho. Ao invés da expansão das ações das políticas sociais o que se percebe é uma forte influência internacional nas definições das políticas do país. As palavras de ordem passam a ser as de diminuição dos gastos públicos na área social, assim como se percebe a desmobilização da sociedade em torno das temáticas de luta.

Em relação aos movimentos sociais, as ações reivindicatórias dão lugar às ações solidárias alternativas onde “parte das necessidades devem ser enfrentadas coletivamente, e não apenas demandadas” (GOHN, 2003, p. 35). E nesse sentido, surgem no país tendências que são centrais no pós anos 80: o crescimento das ONGs e as parcerias entre o poder público e a população na concretização das políticas públicas.

Trata-se das novas orientações voltadas para a desregulamentação do papel do Estado na economia e na sociedade como um todo, transferindo responsabilidades do Estado para as “comunidades” organizadas, com a intermediação das ONGs, em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não-estatal e, às vezes, com a iniciativa privada também (GOHN, 2003, p. 34).

Percebemos que esse espaço da participação social tem passado por diversas transformações nos últimos anos. A institucionalização da participação popular dentro das instâncias colegiadas certamente ampliou sua influência nas políticas públicas. É, ao mesmo tempo, uma estratégia política de aproximação e parceria com a população e com os movimentos (GOHN, 1997).

Em torno da aprovação e formulação da Constituição Federal de 1988, no que diz respeito às questões ligadas à habitação de interesse social, a mobilização popular estava representada por diferentes atores como associações, sindicatos, ONGs, entre outros, em conjunto com o Fórum Nacional da Reforma Urbana. Essa articulação possibilitou a aprovação da Emenda pela Reforma Urbana.

Na formulação da Constituição Federal de 1988, a mobilização popular em torno da aprovação da Emenda pela Reforma Urbana parte da articulação entre diferentes atores. Entre eles aparecem os próprios movimentos sociais, as associações, os sindicatos, ONGs, juntamente com o Fórum da Reforma Urbana. Posterior a esse momento histórico nasceram outros movimentos sociais no país que lutam pela moradia e pelo direito à cidade. Entre eles cabe destacar o Movimento Nacional da Luta pela Moradia (MNLN) no ano de 1990, a União Nacional por Moradia Popular (UNMP) no ano de 1994 e a Central de Movimentos Populares (CMP), no ano de 1993. Dentre as bandeiras de luta desses movimentos, uma das principais é a participação popular na política habitacional (PAZ e TABOADA, 2010, p. 17).

Sabemos ainda existir movimentos populares na área da habitação que apresentam como bandeira de luta o direito à moradia e a permanência das comunidades em áreas que já ocupam. Em nível local isso pôde ser observado na organização em torno da área do Morro Santa Tereza e também na mobilização do Movimento Nacional da Luta pela Moradia contra a indicação do município para sediar a Copa de 2014.

A questão habitacional envolve diferentes atores e diferentes interesses. Estes estão inseridos em canais de expansão da participação, ao mesmo tempo em que assistem a uma expansão do mercado imobiliário. Atualmente as instâncias de participação legitimadas institucionalmente para a participação popular na área da habitação estruturam-se da seguinte forma:

- Conselho das Cidades (Concidades): foi criado no ano de 2004 e trabalha com as deliberações da Conferência das Cidades. É um órgão colegiado, de natureza deliberativa e consultiva³³. Segundo apresenta o Ministério das Cidades, esse espaço constitui-se de “verdadeira instância de negociação em que os atores sociais participam do processo de tomada de decisões sobre as políticas executadas pelo Ministério das Cidades na área de habitação, saneamento ambiental, transporte e mobilidade urbana e planejamento territorial” (BRASIL, 2010a).
- Conselhos Estaduais das Cidades: órgão de natureza deliberativa e consultiva em nível estadual;

³³ Conforme a Política Nacional de Habitação, o Conselho das Cidades é órgão de natureza deliberativa e consultiva no que diz respeito aos seguintes aspectos: i) propor diretrizes, prioridades, estratégias, instrumentos e normas da Política; ii) subsidiar o Ministério das Cidades na elaboração da Política e do Plano Nacional de Habitação; iii) acompanhar e avaliar a implementação da Política Nacional de Habitação; iv) recomendar as providências necessárias ao cumprimento dos objetivos da política (BRASIL, 2004).

- Conselhos Municipais das Cidades: órgão deliberativo e consultivo em nível municipal. No caso de Porto Alegre é o Conselho Municipal de Acesso à Terra e à Habitação (COMATHAB). Existe também no município a Comissão de Urbanização, Transportes e Habitação (CUTHAB), que é uma comissão formada no interior da Câmara de Vereadores, e que pretende desenvolver um trabalho de intermediação entre a sociedade e o Departamento Municipal de Habitação (PORTO ALEGRE, 2010).

Esses são os espaços institucionalizados pelo Estado para que ocorra a participação da Sociedade Civil na tomada de decisões no que concerne à política de habitação. O modelo atual no Brasil, que prevê a participação popular prevê também a descentralização da execução das políticas públicas, tornando o município o principal executor das mesmas, e também as pessoas que vivem nos municípios responsáveis pelo acompanhamento destas.

No âmbito da cidade de Porto Alegre, e pensando a trajetória das pessoas que compõe o universo desta pesquisa, o Orçamento Participativo é um mecanismo de participação popular bastante mencionado. O Orçamento Participativo foi implantado em Porto Alegre no ano de 1989 (durante o governo do Partido dos Trabalhadores), momento em que nacionalmente a participação popular se institucionaliza dentro das políticas governamentais. Esse processo não ocorre de forma isolada dos movimentos políticos e sociais que vinham acontecendo no município naquele momento histórico (FEDOZZI, 2000, p. 59).

Com a mudança na administração municipal no ano de 2005, que deixou de ser do Partido dos Trabalhadores (PT), e passou a ser do Partido Popular Socialista (PPS), o Orçamento Participativo sofre algumas alterações³⁴. A atual estrutura do Orçamento Participativo dividiu a cidade em dezessete regiões, que contemplam todos os bairros, inclusive as ilhas (ver anexo 03). Entre as diferentes áreas temáticas que compõe o orçamento

³⁴ O governo municipal se envolve diretamente na coordenação do OP, através da Secretaria Pública de Governança Local (SMGL) [hoje Secretaria Municipal de Coordenação Política e Governança Local – SMCPGL], a quem é atribuída a coordenação do processo do Orçamento Participativo nas relações políticas com a comunidade, dos Centros Administrativos Regionais e do processo de descentralização. Também é órgão da Administração Pública Municipal diretamente envolvido no OP o Gabinete de Programação Orçamentária (GPO), responsável pela elaboração da proposta orçamentária, da Lei de Diretrizes Orçamentárias, do Plano Plurianual e do Plano de Investimento e Serviços, a partir das demandas da comunidade e das propostas das Secretarias Municipais (CHERON, 2006, p. 92).

participativo³⁵, uma delas se refere à habitação (“Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental”).

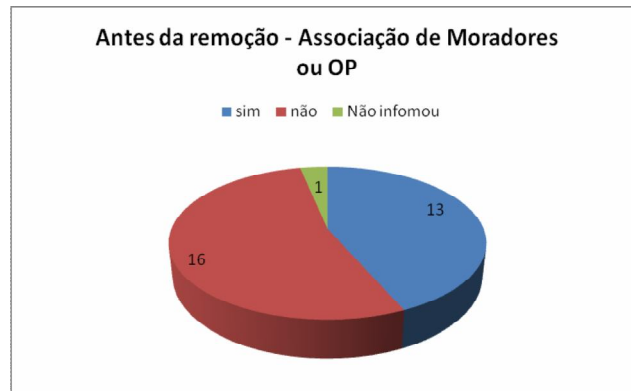
Tanto em nível municipal, quanto nas plenárias do bairro Cristal, a questão habitacional³⁶ tem sido uma das mais indicadas pela população. No bairro Cristal, como indicamos em outro momento (AHLERT, 2010), a habitação tem sido primeira prioridade no OP desde o ano de 2007 (ver anexo 04). Nesta mesma pesquisa foi possível verificar uma vinculação direta, identificada por lideranças comunitárias, entre o Programa Socioambiental e o Orçamento Participativo.

As famílias por nós entrevistadas na realização da pesquisa de campo foram perguntadas a respeito da sua participação em Associação de Moradores ou Orçamento Participativo quando residiam no bairro Cristal. Das dez famílias, duas informaram participar ativamente, duas informaram não participar, e seis informaram participar somente em alguns momentos, em decorrência de horário de trabalho ou de condições de saúde. Os dados levantados na análise documental o número de 30 famílias, a partir dos formulários aplicados pela equipe técnica social, apontam os seguintes dados:

³⁵ As áreas temáticas são: Circulação, Transporte e Mobilidade Urbana; Saúde e Assistência Social; Educação, Esporte e Lazer; Cultura; Desenvolvimento Econômico, Tributação e Turismo; Habitação, Organização da Cidade, Desenvolvimento Urbano e Ambiental.

³⁶ A habitação contempla: I) Regularização Fundiária e Urbanística: 1. PRF – Programa de Regularização Fundiária; 1.1 Levantamento fotográfico e cadastral; 1.2 Urbanização de Vilas; 1.3 Construção de Unidades Habitacionais nas Vilas do PRF; 2.Cooperativas Habitacionais de baixa renda, oriundas de ocupação; 3. Loteamentos Irregulares e Clandestinos.II) Produção Habitacional: 1. Programa de Reassentamento; 2. Compra da Área; 3. Produção de Lotes Urbanizados com módulos Sanitários; 4. Construção de Unidades Habitacionais. 5. Programa de Ajuda Mútua (mutirão). 6. Cooperativas Habitacionais Autogestionárias de Baixa Renda. (PORTO ALEGRE, 2010).

Gráfico 05: Participação das famílias em Associação de Moradores ou Orçamento Participativo em período anterior a remoção.



Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

Em nível de comparação, podemos observar que os dados colhidos com as dez famílias se distanciam dos dados apontados na análise documental com as 30 famílias. No primeiro caso mais famílias participavam, mesmo que esporadicamente (oito famílias, ou 80% dos entrevistados), do que nos dados gerais das visitas, onde 53% das famílias não participavam da organização comunitária antes da remoção. Foram ainda perguntadas as dez famílias que participaram das entrevistas se as mesmas participavam das reuniões chamadas pela equipe do Programa Integrado Socioambiental, das quais duas informam nunca haver participado, quatro informaram participar sempre e também quatro esporadicamente. Das famílias que informaram ter participado, três referiram estar presentes em reuniões desde o planejamento do Programa, uma somente no início, e duas somente no momento da sua família ser reassentada.

Essas informações referentes à participação das famílias nas reuniões tanto de associação de moradores, do Orçamento Participativo e das reuniões chamadas pela equipe do Programa Integrado Socioambiental demonstram a pouca participação das famílias. Esse é um fator que dificulta o acompanhamento do processo de aquisição do imóvel e também do Programa como um todo. Dificulta orientações mais efetivas para a aquisição das casas, a identificação de problemas e necessidades que poderiam ser evitados, minimizados ou equacionados. Por outro lado, na cultura e na história do país a não participação deve ser considerada, já que o país teve momentos históricos propulsores de uma ordem não democrática (como o escravismo, a ditadura e o colonialismo), resultado num espaço de

participação frágil, logo, é importante ter em conta que os processos de mobilização são fundamentais e devem ser priorizados nos Programas Sociais.

Observamos com a pesquisa que a participação comunitária das famílias muda muito após a remoção. Das dez famílias entrevistadas, nenhuma está participando de associação de moradores ou Orçamento Participativo no novo endereço. Destas, oito informaram que não sabem da existência de organização deste tipo no bairro, somente uma informou que foi convidada e pensa em participar. Segundo relato das entrevistadas, após a regularização da sua situação de moradia, sentem a sua demanda atendida e não participam mais.

Em relação aos dados da análise documental, os resultados são concordantes, 93% dos entrevistados não estão participando depois de seu reassentamento, 1 família não informou, e 1 família está participando de associação de moradores após a remoção. Os dados apontam para um número muito pequeno de famílias que se mantém participando de algum movimento de organização comunitária após a remoção. Esse fato pode se dar em decorrência do pouco tempo de moradia nos novos locais, sendo que o vínculo é construído necessário para que as pessoas possam se sentir partícipes desse novo espaço é construído com o tempo.

Apesar desse dado, um dado fundamental das entrevistas é que as dez famílias por nós entrevistadas foram unânimes em informar que consideram a participação comunitária muito importante:

Eu acho que a pessoa tem que participar pra melhorar pra gente, né?! Quanto mais participar, expor as tuas idéias, isso que é que tem que ser feito... (Aparecida)

Eu acho importante porque a gente fica por dentro do que está acontecendo no nosso estado, no nosso município (Claudia).

Muito importante, porque se a pessoa não vai à luta, uma andorinha só não faz verão. Quem tem que lutar é a comunidade. É a comunidade que tem que sentir que não está servindo, que aquilo não... Porque a comunidade não participa é porque está tudo bem. Tu tens que ir à luta para melhorar. Como é que o prefeito, lá, vai saber que tu estás morando mal se ninguém vai em uma reunião do orçamento? Tu vais dizer o que, quem é que vai falar por ti? Tem que participar, né (Terezinha).

Sim, a participação é uma maneira de tu estares interessado em mudar. E eu estava interessada em mudar e comecei a participar (Rosana).

O reconhecimento da importância da participação, contudo, parece associada a sua trajetória, ao passado, ao momento de luta pela moradia. Depois da mudança de bairro, a participação dos sujeitos diminui³⁷. Observamos que é parte da história dos movimentos sociais momentos de luta, seguidos de momentos de refluxo, em decorrência de demandas atendidas, ou mesmo porque os movimentos e a luta pela cidadania não são lineares.

Em relação a participação e organização comunitária, o grupo focal nos traz uma análise das lideranças sobre a sua participação na construção do reassentamento no Programa e as mudanças ocorridas com o decorrer do tempo devido a demora para início das obras. Deixam ainda saber sobre a alteração de algumas lideranças comunitárias, já que algumas optaram por sair das comunidades e serem reassentadas com bônus moradia. Nesse sentido, em diferentes momentos do grupo focal as lideranças remetiam à história do Programa, com intuito de afirmar a existência da participação comunitária para a inclusão da questão habitacional no interior do mesmo, que segundo estes, tratava inicialmente somente do saneamento. Destacam o quanto estes lutaram para a efetivação do bônus moradia enquanto alternativa de reassentamento sem custo para os moradores atingidos pelo reassentamento:

Então essa foi uma luta nossa, das lideranças, que tinham garra, que lutavam sem ressentimento sabe, uns com os outros, e a gente conseguiu fazer esse Programa (Judite).

Essas discussões se davam nas reuniões do Orçamento Participativo, e provavelmente por esta relação próxima no passado e diante de uma mudança em sua configuração municipal (a partir do término da gestão do Partido dos Trabalhadores, em 2003), há uma percepção, por parte das lideranças comunitárias de que existe um desmonte do Orçamento Participativo, inclusive de ausência de participação e compromisso do governo. Neste cenário algumas lideranças têm participado menos das reuniões e plenárias, o que cria um sentimento de enfraquecimento

...assim ó, eu acho que aqui é um momento legal. Porque eu lembro de que no Cristal está acontecendo muito problema, que nem tu, que não tá participando mais, e tu é qualificada pra isso, mas tudo bem. Tu é

³⁷ Como hipótese para uma investigação futura, podemos pensar que este fato também pode estar associado com a construção das redes de pertencimento no novo local de moradia, que também é um processo temporal.

importante participar, duas horas por segunda feira tu tirar, seria excelente (Antonio).

Existe, portanto, uma diminuição da participação social das famílias reassentadas, assim como das lideranças comunitárias nas reuniões do Orçamento Participativo, canal no qual foram discutidas questões de habitação popular, e onde segundo as lideranças comunitárias, estas lutaram por suas casas³⁸. As lideranças comunitárias falam da alteração de partido na Prefeitura Municipal (e, portando, de uma nova forma de encarar o Orçamento Participativo) como elemento importante para pensar esse movimento. Somado a isso, sentem um descrédito das antigas lideranças comunitárias. Este descrédito tem a ver com o Programa Socioambiental e o espaço que as lideranças ocupam na mediação entre o Estado (prefeitura) e o Programa, e os moradores das comunidades:

E sabe quem é que ta passando de louco e de mentiroso, e tão se digladiando dentro do Cristal? As próprias lideranças, porque hoje tem neguinho assim ó, um desconfiando um do outro, porque é partidário ou porque ta ganhando dinheiro. Entendeu? (...) Cansei de ouvir isso, que a gente era muito forte como liderança, hoje... Porque tu quer ver uma coisa, tu chega na comunidade e diz uma coisa na comunidade, e aí infelizmente eles chegam aqui no escritório e tem outra. Quem é o louco, quem é o mentiroso dessa historia? Somos nós. E é por isso que eu te digo, é muito bom fazer isso, mas vamos puxar o Socioambiental lá de trás, com quem realmente construiu esse programa, com todas as combinações que estão documentadas e não estão cumpridas. O que eu tenho pra dizer é isso (Judite).

Soma-se a este cenário o aparecimento de novas lideranças comunitárias:

Aconteceu toda essa desvalorização, pessoas que, e aí eu sempre fui muito contra os grupos que começaram a fazer, porque os grupos eles não tavam preparados para discutir com as comunidades. As lideranças antigas que saíram não passaram para os novos que chegaram o que tinha sido discutido dentro do Programa. Então vieram leigos (Judite).

Essa fala demonstra a dificuldade de algumas lideranças comunitárias em terem clareza quanto ao direito público à informação, e ao seu dever enquanto lideranças de repassar essas informações às famílias. Demonstra ainda uma dificuldade em ampliar a participação de

³⁸ Estes dados poderiam ser melhor contextualizados se fosse feita uma análise sobre a participação popular em Porto Alegre nos últimos anos. A fim de poder perceber se o movimento que acontece no bairro Cristal, se faz presente em outros locais da cidade.

diferentes famílias nos espaços decisórios. Perpassa também essa questão uma possível utilização dos espaços de participação e da posição de lideranças comunitárias para fins político partidários. Completa esta análise o fato de que sabemos que a história do Orçamento Participativo neste bairro é bastante rígida, inclusive este foi fechado à participação das mulheres como conselheiras no início dos anos 2000.

Estes dados deixam evidente ainda que a relação entre a Sociedade Civil e Estado é histórica, dinâmica e permeada por tensões que refletem os diversos interesses e fatores que compõe cada uma dessas instâncias. Essa relação tensa apareceu constantemente na fala das lideranças comunitárias. A participação popular é um processo social dinâmico. Esse fato pode ser observado nas falas das lideranças comunitárias entrevistadas que retratam o movimento que ocorre durante os anos na participação popular no interior do Programa Integrado Socioambiental. Fica claro que percebem que em alguns momentos a comunidade tem uma participação mais efetiva nos processos decisórios, como foi na construção do Programa, e que em outros momentos as definições são tomadas sem consulta a comunidade. Contudo, de uma forma geral as lideranças apesar de identificarem o momento atual como um momento de mais fragilidade em alguns aspectos, por outro referem compor esse espaço junto ao gestor e “saber” quando e como reivindicar.

5. O COTIDIANO DA CASA: o espaço de moradia, a família e o trabalho

Este capítulo trata de questões vivenciadas no cotidiano das famílias e das lideranças comunitárias, que abarcam o que na pesquisa foi uma das categorias explicativas da realidade, o espaço de moradia, e duas categorias empíricas, a família e o trabalho. Todas intimamente relacionadas neste cotidiano, aqui trabalhadas de forma separada para facilitar o entendimento. Kujawski (1988) ao analisar categorias típicas do cotidiano³⁹, sobre este realiza a seguinte explicação:

A experiência reiterada do cotidiano nos insere no mundo como um leito firme de um rio, no qual fluímos nossa vida individual. Esse leito do cotidiano constitui para a minha vida o recipiente para que ela não se extravase para fora de si, fornecendo-lhe o mínimo de estabilidade e direção para que eu saiba a que me ater na vastidão desconhecida e tormentosa do universo.(...) Sem pisar com certa segurança no solo do cotidiano, minha vida não teria base para se projetar e construir a si mesma; nem eu teria um sistema de referência fixo para assumir minha própria identidade pessoal (KUJAWSKI, 1988, p. 42 – 43)

Para pensar o cotidiano e sua relação com o reassentamento, e mais especificamente com o reassentamento com bônus moradia, partimos do conceito de espaço de moradia, já que contempla vários aspectos da vida humana ligados ao habitar, que vão desde as condições da casa, do ambiente em que ela se encontra assim como relações sociais – sejam familiares, de vizinhança ou com a cidade de uma maneira geral.

5.1 O espaço de moradia no processo de reassentamento

O espaço de moradia é uma categoria central quando possuímos como tema de pesquisa a habitação. Isso porque é o lugar no qual se objetivam questões concretas da vida cotidiana e questões subjetivas da vida dos sujeitos. Conforme nos aponta Araújo, é o “eixo” da vida dos homens, das relações entre estes e o mundo (ARAÚJO, 2005). O espaço de moradia, a ocupação e utilização do mesmo, estão condicionados ao momento histórico e às

³⁹ Para Kujawsky (1988) as categorias típicas do cotidiano são: habitação, trabalho, conversa, passeio e culinária.

condições que o perpassam, assim como à cultura de cada povo. O que há de comum entre estas variabilidades é a consideração de que a habitação é de importância fundamental, necessidade básica da vida humana. Como também a habitação é perpassada pelas formas de estruturação da sociedade, podemos apontar que na sociedade capitalista a moradia tem sido considerada uma mercadoria. Enquanto mercadoria segue as lógicas do mercado, o que gera contradição com a sua condição de direito social, já que torna-se inacessível a diversas famílias, moeda de troca para outras e exploração das famílias mais pobres por meio da cobrança de aluguéis. Nas comunidades irregulares as moradias, enquanto mercadoria, também tem sido alvo de traficantes de drogas que expulsaram pessoas de suas casas para vendê-las posteriormente.

Araújo (2005) analisa o espaço de moradia como um espaço de vida, onde se encontram questões macro e micro da vida humana, ou seja, se relacionam e se vivenciam questões da vida diária das famílias, como o convívio e os conflitos. No espaço de moradia é que se estabelecem relações com outras pessoas e com o mundo, e se constroem identidades individuais e coletivas. O espaço de moradia nesse estudo é o entorno, já indicado no título da mesma, essencial para a apropriação do sujeito da casa, e da casa do sujeito, num sentido de sentir-se pertencente à casa, a aquilo que a cerca. Essa é uma questão central ao considerarmos também a importância da existência de estrutura no local de moradia para que se efetive o direito à cidade, e não somente à moradia.

O conceito de território, por sua vez, é utilizado em diferentes áreas do conhecimento como, por exemplo, na Antropologia, na Biologia, na Ecologia, na Ciência Política e na Sociologia, e especialmente na Geografia. Nesta última foi um conceito reelaborado a partir das produções de Milton Santos e outros pensadores que construíram a chamada Geografia Crítica. Anterior a esse período, o conceito de território era pensado principalmente como “uma área de atuação do Estado, e por isso, suas divisões compreendiam apenas as instâncias de poder público federal, estadual e municipal” (FARIA e BORTOLOZZI, 2009, p. 37).

Dentre os diferentes conceitos de território, podemos considerar que existem aqueles que dão ênfase à alguns aspectos, sejam estes econômicos, políticos e culturais, ou ainda o entrelaçamento desses aspectos, para explicar a dinâmica de um espaço que está sempre em construção.

A definição de território para aqueles que defendem uma abordagem política será comumente confundida pelos limites do Estado-Nação. Os que dão

ênfase aos aspectos econômicos irão destacar a produção, o consumo e a atuação das grandes empresas. Àqueles que se preocupam com os aspectos culturais darão maior relevância as qualidades simbólicas e ideárias, e por fim, àqueles que enfatizam os aspectos físicos do território terão preocupações relacionadas com a utilização dos recursos e a questão ambiental (HAESBAERT, 2004, *apud.* FARIA, BORTOLOZZI, 2009, p. 36).

Dentre os principais autores destacam-se, ainda que de forma resumida, conforme Bordo et. all. (2004): i) Claude Raffestin (1993): autor que enfatiza o aspecto político administrativo, as idéias de nação e poder; ii) Rogério Haesbaert (2004): analisa o território em três vertentes: a) jurídico política; b) cultural(ista); c) econômica; iii) Marcelo Lopes de Souza (2001): ênfase nos aspectos políticos e culturais; iv) Marcos Aurélio Sarquet (2004): utiliza as três vertentes de Haesbaert, com especial destaque para as idéias de poder e de Estado-Nação e da natureza; v) Manoel Correia de Andrade (1995): abordagem política e econômica de ocupação do espaço; vi) Caio Prado Junior (1987): vertente econômica, porção territorial; vii) Milton Santos (2005): apresenta a proposta de um território usado, que é o conceito utilizado na realização dessa pesquisa:

O território não é apenas um conjunto de sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas. O território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. A identidade é o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é o fundamento do trabalho, o lugar da residência, das trocas materiais e espirituais e do exercício da vida. (SANTOS, 2005, p 10).

A partir dessa consideração “um salto qualitativo foi dado, tanto no que se refere às escalas quanto às funções que cada recorte territorial admite” (FARIA, BORTOLOZZI, 2009, p. 37). Nesse sentido, é necessário realizar uma análise que considere tanto as escalas territoriais locais, como o acesso aos serviços públicos, a moradia, a qualidade de vida, entre outros, e sua relação com as escalas globais, como as políticas públicas, a economia, entre outros, e com isso estabelecer a relação com os processos sociais como educação, saúde, renda (FARIA, BORTOLOZZI, 2009). Essa constatação permite ainda apontar a necessidade de considerar questões globais e do modelo de produção que vivemos, qual seja o modo de produção capitalista, nas análises locais de território.

Tomando essas considerações como definidoras desta categoria nesta pesquisa, e sendo o espaço urbano o campo para sua realização, há ainda a necessidade de pensar o

território em uma sociedade cada vez mais urbana. Como apontamos em outro momento deste texto, questão urbana torna-se uma das expressões da questão social. Nesse sentido, a gestão territorial tem sido uma indicação das políticas públicas no Brasil, principalmente a partir da Constituição Federal de 1988, a partir da indicação da descentralização das políticas sociais. Assim, os princípios da gestão territorial estão presente, por exemplo, nas Políticas de Saúde e Assistência Social, com vistas a possibilitar a o atendimento integrado com a rede de atendimento, e atender as particularidades de cada território.

Assim, acreditamos que esse conceito é uma das categorias de análise da realidade social nesta pesquisa, em decorrência de necessidade de pensar as famílias pertencentes ao Programa Integrado Socioambiental na sua totalidade, considerando o território onde residem no sentido realmente de local de constituição do cotidiano, o qual, em sua maioria ocupam há muitos anos. A partir disso, pensar uma mudança de território com a remoção e o reassentamento. Tem também a intenção de identificar como se dá a apropriação do novo território, e nesse sentido também das redes sociais e redes de atendimento. Conforme Santos (2005) “o território que vivemos é mais que um conjunto de objetos, mediante os quais trabalhamos, circulamos, moramos, mas também um dado simbólico” (SANTOS, 2005, p. 16).

Para Koga (2003) o território é a realidade da vida coletiva, onde efetivamente acontecem as políticas e onde encontramos a raiz dos números:

O território também representa o chão do exercício da cidadania, pois cidadania significa vida ativa no território, onde se concretizam as relações sociais, as relações de vizinhança e solidariedade, as relações de poder. É no território que as desigualdades sociais tornam-se evidentes entre os cidadãos, as condições de vida entre moradores de uma mesma cidade mostram-se diferenciadas, a presença/ausência dos serviços públicos se faz sentir e a qualidade destes mesmos serviços apresentam-se desiguais (KOGA, 2003, p. 33).

As informações acerca do espaço de moradia permeiam toda a entrevista e foram várias as contribuições trazidas pelas famílias. Relatam que o reassentamento com bônus permite a aquisição de um imóvel em área regularizada, ou seja, de uma casa que possui documentação (portanto, não localizada em área de risco), em uma rua oficial, que conta com serviços públicos e de consumo. Essas questões foram apontadas por quatro famílias entrevistadas. Elas destacam o deslocamento do que consideravam um “ambiente de vila”.

O espaço de moradia também apareceu nas falas sobre o aumento da segurança pública com a remoção (cinco famílias), sobre uma vizinhança mais tranqüila (duas famílias), o afastamento do tráfico de drogas (01 família). Como indicou Rose: *“Aqui, então, é muito tranqüilo, muito tranqüilo. Dá pra tu criares os teus filhos, soltar em uma praça, deixar andar de bicicleta; não tem aquele perigo. Fora isso, o resto é tudo tranqüilo”* (Rose).

Relacionada a estas questões, existe outro aspecto importante e recorrente no discurso de algumas participantes. Trata-se da satisfação com o novo espaço de moradia, por entender que é um lugar melhor para o crescimento dos filhos, já que possibilitou uma o afastamento de locais de venda de drogas e de cooptação de meninos para o trabalho no tráfico, acompanhado da melhoria nas notas escolares e da ampliação da casa para que todos os filhos possam possuir um quarto.

... Ah, eles (os meus filhos) gostam do local. Agora, ainda, ele não tem, mas a guria já tem o quarto dela, mas eu vou fazer logo... Também já tem o alicerce lá no fundo. Eu estou aumentei a casa. Daí eu vou fazer o quarto dele, direitinho, aos poucos. Melhorou bastante (Maria).

Pensando ainda nos filhos, destacam a possibilidade de deixar uma casa para os mesmos quando adultos, algo diferente da condição em que viviam antes. Se os filhos foram mencionados nas falas das mulheres entrevistadas, também as mudanças concretas nas condições de saneamento apareceram (01 família), assim como uma melhoria nos serviços de limpeza urbana (01 família) e o não sofrimento mais com as enchentes, frequentes na comunidade de onde vieram (03 famílias).

Tinham que me levar no carrinho de mão, às vezes, quando chovia. Tinham que me levar lá na faixa. Não tinha como ir no médico, perdia todas as consultas. Perdi muita consulta médica por causa da dificuldade de sair, o barro, o alagamento, o rim já condenado, o fígado não tem mais novo, também, e isso tudo lá dentro de casa (Teresinha).

Relacionada ao espaço de moradia, duas entrevistadas apontaram também melhora na condição de saúde. Um das entrevistadas possui uma situação particular e grave de saúde, tanto que teve a sua remoção antecipada em decorrência desses sérios problemas:

O que eu me livrei foi de incomodação, porque eu não podia ficar me incomodando. Aqui eu estou diminuindo os meus remédios. A ? (nome do

remédio) eu nem estou tomando, mais. Lá era um punhado de remédios e não adiantava. Lá eu tinha convulsão, eram duas ou três por dia (Teresinha).

Eu melhorei um monte, até fiz uns exames e me disseram: “Tu melhoraste. Tu melhoraste”. Eu estava assim, que já não tinha mais volta, e eu melhorei. O médico que eu falei em dezembro me disse: “Eu vou te dar três meses de vida e tu tens que tomar esse remédio”. Um remédio de mil e quinhentos! Mas da onde que eu vou tomar esse remédio de mil e quinhentos! E: “Se tu não tomares, tu não vais durar dois meses”. Foi na consulta em que eu fui da última vez, que eu estava, ainda, naquela casa. Depois eu voltei para as consultas e eu já tinha melhorado um monte (Teresinha).

Na fala de Teresinha podemos ver que ela relaciona a melhora de sua saúde à mudança de casa, na medida em que se distanciou da “incomodação” que tinha na casa anterior. Contudo, em relação à saúde também duas entrevistadas apontaram piora na sua situação de saúde, uma delas ligada as condições de umidade em que a nova casa apresenta - trazendo problemas de asma -, e a segunda afirmou que tem ficado emocionalmente abalada pelos problemas que sua casa tem apresentado, e sente-se deprimida.

A condição da casa em si também é características do espaço de moradia. Nesse sentido, três entrevistadas relatam melhoria na qualidade da casa, ao mesmo tempo em que também três delas relataram problemas estruturais e de manutenção na mesma. A possibilidade de ter pátio nas casas e poder criar animais domésticos foi apontada como uma mudança positiva na vida de uma das entrevistadas e de sua família:

E o que é que aconteceu: muita gente pinta a casa, dá uma reformadinha ali e aqui. A gente que é pobre, que não entende bulhufas nenhuma, o que é que faz? “Bah, aquela casa é perfeita”. Hoje a minha casa tem vazamento. Tem vazamento de cano lá pra baixo. Por isso e já nem moro lá pra baixo com o meu pequeno. Então é vazamento, um pino aqui, um pingão ali, entendeu?! Então essa reforma, nem pensar (Rose).

Interessante notar que Rose afirma que não conseguem conhecer as reais condições das casas que lhes estão sendo vendidas. No item anterior do texto, quando analisamos pontos positivos e negativos associados ao Programa Integrado Socioambiental, uma das críticas das lideranças comunitárias se referia a uma avaliação insuficiente dos técnicos em relação às casas a serem adquiridas.

Questões subjetivas também foram apontadas como melhoras decorrentes do espaço de moradia, tais como a aumento da auto-estima, a melhoria do relacionamento interpessoal entre os membros da família e o sentimento de estar sendo respeitado pela sociedade por possuir a sua casa própria. Aparecida ressaltou que “*Até acho que o relacionamento da gente modificou, as crianças modificaram. O Carlos se adaptou muito bem, inclusive na escola*”. Ainda sobre as mudanças do reassentamento, em termos subjetivos, Andréia disse que

Mudança? Acho que em primeiro lugar, a auto-estima. Muito melhor, muito melhor hoje, a auto-estima. Eu tenho mais vontade de me arrumar, de sair, sabe? Que às vezes lá dava um desânimo, tu te arrumavas, tipo: quer botar um salto. Até tu saíres, lá na ponta, tu não tinhas mais salto (Andréia).

Em estudo realizado por NALIN (2007) junto aos moradores dos loteamentos Pôr-do-Sol e Progresso que integram o Programa Integrado Entrada da Cidade, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre o aumento da auto-estima também foi apontado como uma das mudanças no pós-reassentamento. Neste estudo, uma das moradoras entrevistadas refere da possibilidade de depois da mudança usar sapatos de salto alto para trabalhar, o que antes não podia em decorrência do barro existente no local de moradia. Essas questões apontadas por moradores de diferentes áreas da cidade e que dizem respeito à aspectos subjetivos estão inteiramente relacionadas a aspectos objetivos, e neste caso, retratam a desigualdades existente entre habitar espaços regularizados e espaços não regularizados numa mesma cidade.

Estes aspectos subjetivos, relacionados com a família (categoria empírica, tratada na seqüência do texto) e com sua própria identidade, mostram que existem conseqüências do processo de remoção e reassentamento que não podem ser completamente previstas de antemão e estão ligadas às experiências particulares dos sujeitos.

Outra temática que buscamos abordar e que se relaciona a alternativa do bônus moradia enquanto proposta de reassentamento é a questão da escolha do local de moradia. Por muitos anos a tendência dos loteamentos populares era ocupar áreas mais periféricas nas cidades e muitos movimentos populares se organizaram no sentido de demandar que as unidades habitacionais fossem construídas em regiões centrais e áreas que fossem de interesse da comunidade. Contudo, o que se apresentou durante muitos anos, é que na prática as famílias não possuíam gestão sobre o local de seu reassentamento.

A proposta do bônus moradia traz a possibilidade da família buscar imóvel no mercado imobiliário e indicá-lo para aquisição, desde que atenda aos critérios definidos legalmente. Ao questionar as famílias sobre o porquê escolheram a casa e o bairro que escolheram para morar, possuíamos o objetivo de entender como se dava essa escolha. Diferente do que um movimento de liberdade de escolha absoluto, as respostas das famílias demonstraram que, na realidade, as aquisições estão condicionadas ao valor do bônus moradia e nem sempre ao desejo das famílias (situação que foi referida por quatro das entrevistadas), questão por nós abordada anteriormente neste estudo, e que estão relacionadas as possibilidades reais de aquisição de imóveis para as pessoas de uma maneira geral.

O valor do bônus fez com que algumas entrevistadas não conseguissem adquirir imóveis em locais próximos ao que viviam. Andréia conseguiu adquirir um imóvel no próprio bairro Cristal, mas, considera que foi muita sorte encontrar imóvel tão próximo pelo valor correspondente ao bônus. Já Jussara, que adquiriu imóvel no bairro Lami, gostaria de ter sido reassentada no bairro Restinga. Ela relatou que indicou imóvel no bairro Restinga, contudo a demora do encaminhamento do processo dentro da Prefeitura fez com que o vendedor vendesse o imóvel para um terceiro. Ela relata ainda que como tinha a necessidade de se mudar, indicou para a equipe técnico-social do Programa Socioambiental o imóvel onde reside hoje, contudo arrependeu-se dessa aquisição.

Outras entrevistas relacionam as escolhas das casas por outros motivos, como por ter gostado da casa ao visitá-la (03 famílias) ou do bairro em que a mesma se localiza, principalmente pelas questões de segurança pública (02 famílias). Outros já conheciam o bairro (03 famílias) e ainda possuem familiares que residem próximos, por isso indicaram imóvel naquele local (02 famílias). Em relação a isso citamos a fala da Teresinha:

Eu já tinha a minha guria, que morava aqui. Eu não conhecia, fiquei conhecendo pela minha guria. Ela mora perto do posto, na rua perto do posto, ali. Faz anos que ela mora ali. (...)É, eu fico, assim, mais perto dela. Fico perto da minha mãe de criação, também, a minha mãe adotiva. Ela mora aqui. Vem aqui me dar remédio, vem ajudar, traz os meus netos. Ela é mãe de criação minha e das minhas filhas. Ela ajudou a me criar quando eu tive as gurias, que eu era menor, quando eu tive o guri. E agora está cuidando dos meus netos (Teresinha).

As explicações para aquisição das casas nem sempre se referem a questões concretas, como relata a Rosana:

Como eu sou da igreja, eu fui na igreja e tinha um jovem que chegou e disse que chegou e entregou, disse que a minha casa era uma casa branquinha, que a porta era no meio e que tinha duas janelas, uma do lado da outra, tinha uma árvore na frente e estava escrito: Vende. Quando eu cheguei aqui, era ela mesma. Eu cheguei aqui e não procurei mais casas. Disse que era essa aqui, essa aqui era minha (Rosana).

Como podemos ver, existem limitações impostas especialmente pelo valor do bônus moradia, no que se relaciona à possibilidade de escolha do bairro onde se localiza a nova casa, assim como a influência do tempo do processo burocrático. As entrevistadas têm clareza sobre alguns critérios que regem suas escolhas (sejam eles muito práticos ou mais subjetivos), mas também reconhecem que podem ser enganados sobre as condições da nova moradia. A questão da escolha da casa perpassa também as falas das lideranças comunitárias, que tem receio da ação dos corretores de imóveis. Elas acreditam que os mesmos buscam influenciar a compra, inclusive prometendo recurso financeiro, realização de mudança, entre outros elementos.

Outros aspectos que buscamos analisar junto às famílias estão relacionados à inserção no território por meio do acesso aos serviços públicos disponíveis no bairro, considerando que o sentimento de pertencimento nos novos espaços de moradia também está relacionado a essa possibilidade de inserção. O quadro que segue buscou unir esses dados para caracterizar o acesso das dez famílias entrevistadas aos serviços.

Quadro 05: Acesso aos serviços públicos

	Unidade de Saúde ou ESF	Escola	Creche	Assistência Social	Conselho Tutelar	Limpeza de rua	Cole Lixo
Família 1	Não	Sim	N. U.	Sim	N.I.	Sim	Sim
Família 2	Sim	Sim	N.U.	Sim	N.I.	Sim	Sim
Família 3	Sim	Sim	Não	Sim	N.I.	Sim	Sim
Família 4	Sim	Parcial	N.U.	N.U.	Sim	Sim	Sim
Família 5	Sim	Sim	N.U.	N.U.	N.I.	Sim	Sim
Família 6	Sim	Sim	Sim	N.U.	Sim	Sim	Sim
Família 7	Sim	Sim	N.I.	Sim	N.I.	Sim	Sim
Família 8	Sim	Sim	N.U.	N.I.	N.I.	Sim	Sim
Família 9	Sim	Sim	Não	Sim	N.I.	Sim	Sim
Família 10	Sim	N.U.	N.U.	N.U.	N.U.	Sim	Sim

N.U.: não utiliza; N.I.: não informou

Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

Podemos observar que quanto à estrutura o quadro apresentado demonstra que a maioria das famílias tem tido acesso à rede de atendimento no novo endereço de moradia. Contudo, observarmos na análise dos discursos que este acesso se dá com alguns obstáculos, com especial destaque para as áreas de educação (vagas para transferência), inclusive educação infantil (número de vagas de creches não atende a toda população dos bairros), saúde e transporte público. Expandindo nosso olhar, a análise documental permitiu visualizar como se dá o acesso aos serviços públicos para as trinta famílias visitadas em suas casas pela equipe técnico-social do Programa Integrado Socioambiental:

Gráfico 06: Acesso das famílias aos serviços públicos após o reassentamento.



Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

Em relação ao atendimento de saúde, nas entrevistas com as dez mulheres existe o relato de que os locais possuem Unidades de Saúde ou Equipes de Saúde da Família, contudo, há dificuldade de acesso pelo número de fichas para atendimento e também ausência de consultas com especialistas. Em comparação ao antigo endereço de moradia, as famílias referem que este possuía proximidade com hospital Vila Nova, com o Pronto Atendimento 24 horas no bairro Cruzeiro e com o Programa de Saúde da Família que existe na região das comunidades, principalmente em decorrência do vínculo já estabelecido com os profissionais desta equipe.

Com certeza. Lá tinha creche, tinha colégio perto. O posto de saúde tinha o Postão, que era rápido. Tinha um posto bem acessível, a gente conversava com as enfermeiras, chegava ali com uma emergência e elas atendiam. Aqui tu podes chegar morrendo e eles não atendem, mandam pra emergência. E outra, ônibus era vinte e quatro horas, na porta de casa. Aqui eu tenho que sair às dez e meia para chegar ao meio dia no centro; aí tu imaginas: se é um caso de urgência: morre. Imagina se eu estou no centro e acontece alguma coisa aqui? (Jussara).

Posto de saúde, o único problema que eu tenho é que o nosso, aqui do lado... Lá a gente ia uma vez, consultava, ia cedo pegar a ficha e já deixava marcado, aqui não. Toda a vez que tu vais consultar, tu tens que pegar a ficha. E é difícil conseguir uma ficha (Claudia).

Essa questão de acesso ao atendimento nos serviços de saúde não diz respeito a um bairro em específico, já que sabemos que existem problemas de acesso aos serviços de saúde em todo o município, portanto essa questão não é resultado somente do processo de remoção, mas do Sistema Único de Saúde como um todo. Já as falas que indicam a ausência de hospital devem ser analisadas levando em consideração que os hospitais são serviços especializados de saúde e, portanto, territorialmente atendem a diferentes bairros, apresentando inserção diferente no território do que as unidades de saúde.

Na análise documental, as trinta famílias envolvidas na mesma, apontam o transporte público como serviço ausente mais recorrente nos novos locais de moradia:

Gráfico 07: Serviços públicos que as famílias não estão acessando após o reassentamento.



Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

Referente ao transporte público fica claro na fala das moradoras entrevistadas, a distância dos novos locais de moradia do centro da cidade, e dos horários reduzidos e até certa hora da noite em alguns bairros mais afastados. Isso porque essas famílias, quando residiam no bairro Cristal possuíam acesso a diversas linhas de ônibus que ligam, principalmente, o centro aos bairros da zona sul da cidade.

Em relação ao acesso às vagas nas instituições de ensino, o processo tem sido complicado para algumas famílias, que em sua maioria se mudam no período letivo, o que demanda a necessidade de transferência de escola dos estudantes da família. Atualmente, quando as Prefeituras executam loteamentos habitacionais necessitam garantir vagas em escolas próximas, ou mesmo construir novas escolas e creches nos loteamentos. Esse processo é diferente quando da remoção com bônus moradia, já que tem ficado a cargo das famílias buscar as vagas e providenciar a transferência dos estudantes. Observamos que entre as famílias entrevistadas, oito possuem familiares em idade escolar e destas duas tiveram problemas com a inserção na nova escola, sendo, portanto, a minoria das famílias. Essas duas entrevistadas informaram que a dificuldade de inserção acabou por gerar o rompimento de estudo de pelo menos um dos filhos, tendo como consequência o rompimento do recebimento do repasse financeiro do Programa Bolsa Famílias, no caso de uma delas. Mesmo que as situações de exclusão das escolas sejam poucas, essa é uma questão importantíssima quando pensamos ações de remoções, já que, ao considerarmos o reassentamento ação do serviço público, a inserção na rede educacional deveria ser prerrogativa. Essa é uma questão que avançou nos reassentamentos de loteamentos populares, já que os mesmos necessitam possuir inclusive escolas em seu interior para dar conta da demanda existente. Na análise documental os dados apontam que existem apenas 04 famílias em que apenas alguns membros em idade escolar não conseguiram vaga em escola após a remoção, caracterizando também como a minoria das famílias.

As moradoras entrevistadas foram unânimes em afirmar que as questões ligadas à limpeza do espaço de moradia e coleta de lixo melhoraram após a remoção, assim como a segurança urbana (tratada na seqüência deste texto). Não foram poucos os relatos que fizeram menção a essas questões:

Lá era um lixaredo, né?! Lá era um lixaredo fora do comum. Lá todo mundo jogava no valão. Quando chovia o valão levava até o final do valão e inundava a casa dos outros (Rose).

A coleta de lixo, que era bem difícil ali. Com o lixo ali tinha rato. Rato dentro de casa era um mascote, né?! Mas Gato tinha medo de rato (Aparecida).

Podemos concluir que, em relação ao espaço de moradia, as interlocutoras da pesquisa (seja as entrevistadas, seja as famílias acessadas nas visitas domiciliares) destacam como elementos positivos nos novos locais de moradia questões de segurança pública, melhoria de infra-estrutura (ruas e casas), possibilidade de escolha da casa, melhoria nas condições de limpeza urbana. Destacam, por sua vez, como elementos negativos, uma restrição no uso do transporte público, uma dificuldade de inserção na rede de serviços, como nas transferências nas escolas e o agendamento de consultas médicas. Isso não quer dizer que os bairros para os quais as famílias estão mudando não possuam uma rede ampla de serviços, mas, ela não parece dar conta das necessidades dos moradores da região. Esse fato nos remete a pensar sobre as mudanças ocorridas com os locais informais de moradia nos últimos anos nas grandes cidades. Em outros tempos, vários dos loteamentos e áreas informais ocupadas pelos moradores pobres das cidades não possuíam rede de serviços públicos para acompanhamento das famílias.

Algumas dessas dificuldades não são necessariamente resultado do processo de remoção, mas, de uma rede de serviços que é insuficiente na cidade. Essa percepção também pode estar relacionada ao fato de que, em geral, observamos que as comunidades de origem – o bairro Cristal – é bem atendido pela rede de educação, creches comunitárias, Programa de Saúde da Família, Centro de Referência de Assistência Social, transporte (como já mencionado), áreas de lazer (principalmente campos de futebol).

Nas falas dos sujeitos, percebemos que essas questões de acesso aos serviços públicos e de uma forma geral aquilo que envolve o espaço de moradia não é perpassado por uma questão individual, mas por uma questão familiar. Ou seja, como a família está no novo espaço de moradia, como estava no anterior e como o chefe de família entrevistado buscou o acesso na rede de atendimento para os demais membros familiares. Essas questões nos apontam uma questão central na pesquisa, que são as menções feitas pelos entrevistados em relação à sua família no processo de reassentamento.

5.2 A família no espaço de moradia

Todas essas questões que perpassam o espaço de moradia, inclusive a inserção no território e na rede de serviços públicos, retrata que as falas dos entrevistados não dizem respeito a sua inserção individual nesse espaço, mas a inserção de sua família. O conceito de família é explanado por diferentes áreas do conhecimento, como por exemplo, as ciências sociais e a história. No Serviço Social e nas Políticas Sociais tem sido categoria central de análise e de planejamento das políticas. Para a historiadora francesa Françoise Heritiér (1989), para que se estude o conceito de família é necessário um primeiro estranhamento. Isto porque, segundo a autora, existe um consenso de que todos sabem o que é uma família e como ela deve se configurar. Além disso, a autora acredita que se pressupõe que a família seja universal, ou seja, se pressupõe que todos, em qualquer espaço e tempo, possuem uma família⁴⁰.

Estes pressupostos da noção de família, contudo, não costumam sobreviver a uma análise de família enquanto uma categoria socialmente construída. Para Heritier, diante da variabilidade das configurações de família, encontradas em diferentes partes do mundo, é possível concluir que a mesma “... não é – nas suas modalidades particulares – um fato natural, mas bem pelo contrário, um fenômeno altamente artificial, construído, um fenômeno cultural portanto” (HERITIER, 1989, 86).

O caráter de historicidade da concepção de família também é apontado pelo historiador Phillipe Ariés (1981). Ao estudar o desenvolvimento da noção de infância em diferentes formas de registro (como pinturas, textos, etc.), o autor demonstra como se chega à noção moderna de infância e criança na Europa. Ariés percebe que as crianças, que tendiam a ser entendidas como adultos pequenos e não como detentoras de direitos especiais ou de cuidados especiais, passam a se constituir como um público diferenciado. A noção moderna de infância passa por uma nova compreensão de família e deve ao desenvolvimento das ciências (como a psicologia), à priorização da privacidade e do convívio residencial do núcleo familiar (e não mais da família extensa).

⁴⁰ “Todos sabem, ou julgam saber, o que é a família. Ela inscreve-se tão fortemente na nossa prática cotidiana que surge implicitamente a cada um de nós como um fato *natural* e, por extensão, como um fato *universal*.” (Heritiér, 1989, p. 81).

A construção social da infância passa, portanto, pela construção moderna da idéia de família. Segundo Pierre Bourdieu (1997), apesar de a família ser uma categoria história e cultural, o ocidente lhe rendeu muita importância e criou uma concepção do que seria uma família moderna:

... a unidade doméstica é concebida como um agente ativo, dotado de vontade, capaz de pensamento, de sentimento e de ação e apoiado em um conjunto de pressupostos cognitivos e de prescrições normativas que dizem respeito à verdadeira maneira de viver as relações domésticas: universo no qual estão suspensas as leis corriqueiras do mundo econômico, a família é o lugar da confiança e da doação (Bourdieu, 1997, p. 126).

Bourdieu afirma que, diante do caráter de construção social e cultural que constitui a noção de família, existe um grande investimento na crença de que existe uma família que seria “normal” diante de outros arranjos e modelos de família. Por causa de sua força, cria-se a noção de que existe uma família mais perfeita do que outras, que é constituída como uma família nuclear – ou seja, formada por pai, mãe e filhos. Esta família, tida no senso comum como “estruturada” se contraporia às outras, “desestruturadas” e, portanto, distantes do privilégio da normalidade.

Sabemos que às famílias pobres é que recaem, na grande maioria dos casos, os adjetivos como “famílias desestruturadas”. Questionando estas categorizações *a priori*, alguns pesquisadores tem se dedicado ao estudo das famílias de grupos populares demonstrando suas lógicas de funcionamento e suas formas de viver. Mais do que questionar a existência de uma noção moderna de família dominante, estas pesquisas buscam apontar para uma multiplicidade de formas de viver a idéia de família.

Claudia Fonseca (2002; 2004) pesquisou famílias de Porto Alegre durante as últimas décadas. Nestas pesquisas a autora destaca a importância das relações familiares neste espaço, mas, mostra que podiam se configurar de formas diferenciadas da noção de família nuclear, sem se configurar como famílias ‘problemáticas’. Neste sentido, a autora mostra que, antes do que como núcleos, as famílias tendiam a se organizar em forma de redes extensas. As famílias, portanto, costumavam incluir (mesmo na mesma casa ou pátio) membros da família consanguínea, como irmãos, pais, avós. A autora percebe que os laços de sangue eram considerados muito importantes e constituíam privilégio mesmo sobre os laços de afinidade (algo que poderia ser verificado numa lealdade maior aos laços de sangue do que às relações

de casamento). Sendo, portanto, importante para os profissionais que trabalham na área social afirmar a diversidade nos contextos familiares.

A autora ainda destaca o que percebia como uma divisão de papéis entre homens e mulheres no casal, demonstrando que as mulheres costumavam ter para si o espaço do doméstico. Contudo, a autora mostra que, diferente do que se entendia como um doméstico de subjugação e dominação absoluta, era um espaço importante onde eram travadas as atividades cotidianas nos locais de moradia. A autora destaca que os homens eram vistos como os naturais provedores da casa, mas, que essa idéia persistia mais como ideal, já que havia muitas dificuldades dos homens cumprirem este papel diante do desemprego e das atividades de baixa remuneração.

Apropriamo-nos da idéia de que a família é uma categorial cultural e socialmente construída – e que, portanto, possui diferentes arranjos em diferentes espaços – permite olhar para as famílias das pessoas entrevistadas nesta pesquisa com um olhar analítico. Este olhar busca se afastar de pressupostos que serviriam antes para julgar moralmente estas famílias (como costuma fazer o senso comum com as famílias pobres) e abre a possibilidade de que as famílias possam apresentar diferentes configurações.

Muitas das falas das entrevistadas, ligadas à questão da família estão relacionadas à criação dos filhos e trazem a preocupação com a possibilidade de aquisição de uma casa localizada em bairro tranqüilo para o crescimento dos mesmos e para uma vida digna. Essa é uma questão que aparece nas falas de sete entrevistadas, dentre elas as de Jussara e Rose:

... eu quero ir pra um lugar, para um bairro em que eu possa criar meus filhos em uma vida digna, melhor, que eu possa dar outra vida para eles. Um colégio, que eu sempre procurei dar para eles um colégio direitinho, estão no Inter, eles fazem curso, então tem várias coisas que eu estou tentando melhorar para eles (Jussara).

Coisas boas: que meus filhos não estão em um ambiente tipo “vila”, já diz tudo, né?! Quer dizer, “vila” é maloqueiro, é preto, é isso e aquilo, não! Bairro é cada um na sua, cada um vive a sua vida, numa boa. Tu entras e saís tranqüilo, sem medo de um tiroteio aqui. Porque bairro tu és obrigado a pagar as tuas contas, só. Porque o resto, tudo tranqüilo. Aqui, então, é muito tranqüilo, muito tranqüilo. Dá pra tu criares os teus filhos, soltar em uma praça, deixar andar de bicicleta; não tem aquele perigo. Fora isso, o resto é tudo tranqüilo (Rose).

A possibilidade de poder proporcionar aos filhos um espaço de moradia mais tranquilo do que a comunidade de origem está também ligado a escolha pela aquisição de imóvel com bônus moradia e não em loteamento popular. Por acreditarem que nos loteamentos populares existe a manutenção de situações relacionadas ao tráfico de drogas e o que consideram uma “*bagunça*” (desordem), duas entrevistadas colocam que não desejavam esse futuro para os filhos, portanto, optaram pela aquisição de imóvel com bônus moradia. Nessas falas fica explícita a relação intrínseca entre a família e o espaço de moradia, o habitar. O lugar ocupado pela família na sociedade está ligado a questões objetivas e questões simbólicas. Existe ainda nas falas que se referem a criação dos filhos fora vila uma questão simbólica ligada àquele espaço de moradia, no sentido de um direito daquela mãe de poder escolher onde, na cidade, quer criar seu filho. A possibilidade de envolvimento com tráfico de drogas é preocupação das mães que possuem filhos adolescentes, conforme podemos verificar na fala de Rose:

Eu tenho filho adolescente e lá iriam se misturar também. Eu não queria eles envolvidos com drogas. Era isso, eles não selecionavam assim: “Ah, essa família da Rose pode morar com essa família da Jussara, que são tudo pequeno e pode se criar junto, eles misturavam...” (Rose).

A busca de imóvel que possa atender as necessidades da família também aparece em questões peculiares de cada família, com ênfase em questões como os filhos possuírem quartos separados – o que em muitas casas das vilas não é possível (e também não seria nos loteamentos populares). Ressaltam ainda a existência de pátio nas casas para realização de atividades de lazer (três entrevistadas) e criação de animais domésticos (01 entrevistada). Conforme podemos observar na fala de Cláudia:

Lá eu não tinha pátio, as crianças não podiam brincar, era só dentro de casa (...) As crianças eu solto, tem um pátio pra estender roupa, está uma maravilha (Cláudia).

As falas demonstram ainda que existe uma preocupação dessas mães e avós em garantir uma casa para o futuro de seus filhos e netos:

... a idéia do bônus foi a melhor coisa que a gente teve, porque dá pra gente escolher uma moradia melhor, e futuramente os nossos filhos ficarem ali. Eles vão ter uma moradia melhor no futuro (Cláudia).

Eu quero deixar isso aqui para os meus filhos, botar no nome deles, porque é uma coisinha que... Eu vou dizer, eu até já tive... Já tive, na praia, uma casa boa, mas estava muito perigoso na praia, era uma baita de uma casa, de sete peças, uma casa no sul, mas estava muito perigoso e eu botei fora a casa. E depois começamos a penar, penar, penar... Até que agora conseguimos um local bom e por isso eu quero deixar pra eles. Essa aqui é pra eles (Maria).

Esta constante recorrência aos cuidados dos filhos e a preocupação com seu futuro, questiona algumas afirmações do senso comum de que as famílias pobres não pensam em seus filhos ou em seu futuro e que, desta forma, não valorizam a casa que adquirem. De certa forma, a preocupação com os filhos e com a casa é recorrente na bibliografia sobre grupos populares, já que aparecem como traços identitários importantes das mulheres (Fonseca, 2004). A casa ainda aparece como o local que permite cuidar da família, seja seus membros biológicos, seja aqueles considerados como familiares, como o caso de seu João na casa de Aparecida.

Outra questão significativa que aparece tanto nas falas das entrevistadas, quanto nos dados gerais de pagamento do bônus moradia é a manutenção da proximidade familiar após o reassentamento, seja na aquisição de imóvel com bônus conjunto, seja na busca de casas nas mesmas ruas e bairros – o que ressalta a importância da família extensa. A dinâmica presente nas comunidades de origem das famílias demonstra que em muitas situações os familiares são vizinhos e até mesmo dividem pátio e relações de cuidado entre os núcleos familiares. Conforme dados do Programa Integrado Socioambiental, das famílias removidas com bônus moradia, 38% optaram pela aquisição de imóvel com bônus conjunto, o que aponta para a opção das famílias de manterem-se residindo próximas⁴¹. Das dez famílias entrevistadas, quatro delas adquiriram imóveis com familiares, ou seja, por meio de bônus conjunto.

Podemos observar que a re-aproximação familiar foi uma consequência da aquisição da casa com bônus moradia em duas situações. Uma delas na situação de Ana, quando relata que a irmã e o sobrinho passaram a residir com ela que morava sozinha antes do reassentamento. A segunda situação aconteceu na vida de Teresinha, quando conta que a mudança de cidade no reassentamento possibilitou uma re-aproximação com uma filha biológica com a qual não possuía proximidade, e com a sua mãe de criação. Conforme sua fala:

⁴¹ Em algumas situações observamos que a opção pelo bônus conjunto está ligada também a um número maior de venda de casas no valor de dois bônus moradia, do que de um.

Eu já tinha a minha gurria, que morava aqui. Eu não conhecia, fiquei conhecendo pela minha gurria. Ela mora perto do posto. Faz anos que ela mora ali... Assim, fico mais perto dela. Fico perto da minha mãe de criação, também, a minha mãe adotiva. Ela vem aqui me dar remédio, vem ajudar, traz os meus netos. Ela é mãe de criação minha e das minhas filhas. Ela ajudou a me criar quando eu tive as gurias, que eu era menor, quando eu tive o guri. E agora está cuidando dos meus netos (Teresinha).

A configuração familiar, mostra Fonseca (2002, 2004), sofre alterações com o tempo, com a composição ou separação entre casais, com o cuidado com outros membros familiares e com a circulação de crianças, como fica evidente nos dados da pesquisa. Os filhos e netos de criação, que aparecem em algumas das famílias pesquisadas, apontam para uma característica das dinâmicas familiares nos grupos populares. Para Fonseca, a circulação de crianças acontece quando aos filhos que são criados, em momentos de sua vida, em casas que não eram dos seus genitores biológicos. Pesquisando em registros históricos em Porto Alegre, a autora nota que essa é “... uma prática familiar, velha de muitas gerações, em que crianças transitam entre as casas de avós, madrinhas, vizinhas, e “pais verdadeiros”. Dessa forma as crianças podem ter diversas mães sem nunca passar por um tribunal” (Fonseca, 2002, p.09).

Optamos por escolher família como uma categoria empírica porque foi recorrente nas entrevistas com as mulheres pesquisadas. A casa funciona como moeda na relação travada com o Estado e como fundamental na participação popular destas mulheres, a família aparece nesse cenário, porque, é o que dá sentido a casa no momento atual e nos planos no futuro. Com base nos dados coletados, percebemos que outra questão central na análise das famílias e das lideranças comunitárias em relação ao cotidiano de vida das famílias é a questão do trabalho e da renda e as conseqüências desencadeadas pela mudança das famílias em relação à isso.

5.3 Trabalho e Renda

Em conjunto com a categoria empírica família, identificamos nas falas que a questão do trabalho e da renda das famílias também é bastante corriqueira. Nesse sentido, o trabalho entendido enquanto aspecto central e estruturante da vida humana. É indiscutível tanta nas

análises teóricas quando na vida cotidiana a importância do trabalho enquanto eixo estruturador da vida do homem, enquanto espaço privilegiado para a reprodução das relações sociais. É indiscutível também as mudanças no mundo do trabalho na sociedade neoliberal, tanto em questões operacionais ligadas ao modo de produção, quanto na vida subjetiva dos sujeitos. O desemprego estrutural e redução dos salários e direitos sociais tem gerado uma nova estruturação do trabalho no mundo a insegurança do trabalhador, e a perda de direitos sociais antes estabelecidos e hoje comumente inexistentes nas relação de trabalho. Essas questões são perpassadas pela desvalorização da vida humana, tratada enquanto mercadoria geradora de mais valia.

Ganha especial propulsão a informalidade no trabalho. Em relação a esse conceito podemos apontar que

No Brasil, o entendimento popular de "trabalho formal" ou "informal" deriva da ordem jurídica. São informais os empregados que não possuem carteira de trabalho assinada. Até as recentes mudanças introduzidas no governo FHC, o contrato por tempo indeterminado previsto na CLT era praticamente a única opção disponível para as empresas do setor privado. No Brasil, as mudanças legais recém-criadas tiveram impactos limitados, seja por serem bastante inspiradas no padrão CLT, seja por sua aplicação ainda reduzida. De todo modo, os padrões contratuais da "informalidade" são muito mais diversos, e, apesar disso, pouco discutidos, salvo em estudos sobre categorias ou segmentos informais específicos. Ao formal (no sentido de legal) contrapõem-se diversos tipos de contratos "informais", sejam os claramente ilegais (ou criminosos, como, por exemplo, o trabalho escravo), sejam trabalhos familiares ou diversos outros tipos de contratos, cujo estatuto legal está frequentemente em disputa, por exemplo, cooperativas ou contratos de terceirizados (Noronha, 2003, p. 112).

Os acontecimentos no mundo do trabalho tem sido expressões da questão social evidentes na sociedade, o que tem gerado, no campo das políticas públicas novas discussões em termos de inclusão produtiva, economia solidária e geração de trabalho e renda. Na Política Nacional de Habitação, nas definições a cerca do Trabalho Técnico Social junto as famílias atendidas, foram definidos três eixos de atuação: i) Mobilização e Organização Comunitária; ii) Geração de Trabalho e Renda; iii) Educação Sanitária e Ambiental. Tem se observado em nível nacional não basta a melhoria da casa, mas é necessário pensar esses três eixos de atuação.

Questões ligadas ao trabalho e da renda aparecem em diferentes âmbitos nas falas das entrevistadas e das lideranças comunitárias, tais como: na inserção e manutenção no mercado

de trabalho, na relação das famílias com a informalidade de trabalho, nos rompimentos com a situação empregatícia após a remoção, e com a situação econômica das famílias, principalmente no que diz respeito ao pagamento das contas para manutenção do imóvel adquirido e para realizar reforços e mudanças na casa adquirida.

Buscando apontar bases para a análise dessas questões, alguns dados quantitativos colhidos na análise documental podem ser apontados. Dentre estes os relacionados a situação de emprego do titular do cadastro, que caracteriza-se da seguinte forma:

Gráfico 08: Situação de emprego do titular do domicílio após o reassentamento.



Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

O gráfico demonstra que apenas dez das trinta famílias possuem seu titular inserido no mercado de trabalho formal, contudo número de titulares inseridos no mercado informal e de titulares desempregados constitui a maioria (17 das 30 famílias). Ainda existem outros três titulares que estão aposentados. Sabemos que nos últimos anos no país a mudança de empregados formais para empregados informais é bastante significativa. As consequências desse fato podem ser percebidas na fragilização dos vínculos empregatícios e no desmonte dos direitos trabalhistas, na insegurança do trabalho e nos baixos salários. Outra consequência que emerge no mundo do trabalho, sendo respaldo da estruturação de toda a sociedade, é a inserção das famílias em atividades com menor qualificação formal, como é o caso dos empregos em que estão inseridas as famílias pesquisadas:

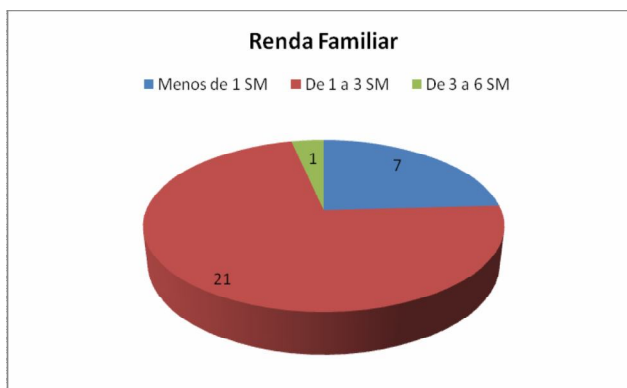
Gráfico 09: Emprego do titular do cadastro após o reassentamento.



Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

Na maioria dessas famílias, ou seja, treze delas são duas pessoas que contribuem para a composição da renda familiar, em dez famílias somente um adulto está inserido no mercado de trabalho, cinco famílias possuem três pessoas inseridas no mercado e duas famílias não possuem nesse momento pessoas empregadas. Sabemos que apesar do relato de algumas famílias a não vinculação ao mercado de trabalho, é corriqueira a realização de trabalho pontuais e informais dentro das famílias, tais como recolhimento de material reciclável, faxinas, entre outras atividades. Estes dados da situação de trabalho dos titulares de cadastro tem relação com os dados a seguir, que dizem respeito a renda das famílias entrevistadas:

Gráfico 10: Renda familiar em salários mínimos.



Fonte: Análise documental – formulário institucional de acompanhamento de famílias pós-reassentamento.

A renda de quinze dessas famílias após a remoção não tiveram alteração significativa, tendo permanecido semelhante. Nove famílias relataram melhora na condição de renda e seis famílias informaram piora na renda familiar após a remoção. Essas informações referentes a renda familiar sofrem algumas variações, já que a renda das pessoas que estão inseridas no mercado informal de trabalho é variável e por vezes incerta. Com base nessa renda, as famílias foram questionadas em relação ao pagamento das contas para manutenção do imóvel adquirido. Conforme informações das mesmas, do total de 30 famílias 15 informaram não possuir dificuldades para realizar o pagamento das contas, e 15 informaram estar com dificuldades financeiras de fazê-lo.

Consideramos que esses dados referentes a renda e ao pagamento das contas de energia elétrica, água e IPTU são de extrema importância para pensarmos o bônus moradia enquanto alternativa de reassentamento de famílias de baixa renda. Ao mesmo tempo em que observamos a importância da possibilidade de escolha das famílias em relação à opção de reassentamento, existe um dado concreto de que muitas famílias têm dificuldade, e algumas não tem conseguido fazê-lo. Cabe explicitar que as unidades habitacionais construídas em loteamentos contam com taxas mínimas de energia elétrica e água, e com valores mais reduzidos de IPTU. Essa questão tem sido corrente nas reuniões com lideranças comunitárias e tratadas individualmente com cada família que indica imóvel pela equipe técnica social, inclusive com o apontamento do valor do IPTU da casa que a família pretende adquirir, contudo, essa situação não tem sido suficiente para reflexão das famílias. Cabe sinalizarmos ainda que a legislação que institui o bônus moradia não estipula qualquer critério ligado à renda, como critério de recebimento.

Na realização da pesquisa de campo também foram levantadas com as famílias informações relacionadas a situação de renda e de emprego dos familiares. Os dados são claros ao apontar que a questão financeira e de trabalho é central na vida das famílias e tem influencia direta na reprodução das relações sociais na sociedade. A situação de trabalho dos titulares das famílias entrevistadas está distribuída da seguinte forma: cinco estão desempregadas, uma está aposentada, uma trabalha como empregada doméstica no mercado informal, outra como manicure, também no mercado informal, uma trabalha em restaurante no mercado formal e a última como atendente em floricultura no mercado formal. Destas seis contam com auxílio do companheiro para manutenção da vida familiar. Dessa forma a renda familiar e renda per capita das dez famílias entrevistadas são as seguintes:

Quadro 06 – Renda familiar e renda per capita das famílias entrevistadas.

Família	Renda familiar em R\$	Renda per capita em R\$
Rose	1.090,00	136,25
Andréia	1.000,00	250,00
Aparecida	800,00	160,00
Cláudia	0,00	0,00
Maria	1.000,00	200,00
Jussara	1.200,00	85,71
Teresinha	1.090,00	155,71
Marta	890,00	68,46
Rosana	164,00	20,50
Ana	1.090,00	363,33

Fonte: Levantamento de dados realizado pela autora - Pesquisa de Campo.

A renda per capita da maioria das famílias as caracteriza como famílias de baixa renda. Alguns inclusive encontram-se abaixo da linha da miséria, contando com o auxílio de familiares e de terceiros para manutenção da vida diária. Pensamos ainda que existe uma necessidade de considerar nessas falas a existência de rendas irregulares, provenientes da realização de trabalhos pontuais desenvolvidos por membros das famílias, como por exemplo faxinas que não são fixas, trabalhos em jogos de futebol, recolhimento de material reciclável, entre outros.

Na análise da relação entre as famílias entrevistadas e o trabalho, verificamos que apareceu nas falas tanto das lideranças comunitárias quanto das famílias entrevistadas o rompimento de relações empregatícias como consequência do reassentamento. Fato decorrente da distância do novo endereço, do aumento dos custos de deslocamento para o empregador e da perda de clientela para aqueles que desenvolviam alguma prestação de serviço na comunidade. Em relação a uma possível mudança na renda familiar após a remoção, cinco famílias informaram que a renda permaneceu a mesma, não tendo alterado a situação de empregabilidade dos adultos da casa. Três entrevistados relataram que a renda piorou após a remoção, o que está ligado a perda de emprego e de benefícios sociais de repasse de renda municipal (a família foi reassentada em outro município, o que rompeu com

o recebimento de benefícios municipais). E duas famílias relataram que houve melhora na situação de renda da família, nestas houve uma alteração na condição de empregabilidade dos integrantes.

Em relação às famílias que tiveram piora na sua situação de trabalho e renda, podemos destacar as falas de Jussara, Cláudia e Andréia:

O lugar que eu tinha eu trabalhava com salgados, e eu ganhava bem com salgados, e aqui eu não ganhava nada. A gente passou, praticamente, fome, quando veio pra cá. Aqui eu fazia os salgados, mas não vendia, foi um prejuízo. Aí eu tive que arrumar um serviço longe. Na primeira vez não deu certo, na segunda também não, porque era muito longe e quando acontecia alguma coisa eu tinha que sair correndo pra ir pra casa. Eu sempre trabalhei em casa, com os meus filhos, estava sempre junto deles, agora estou sempre longe deles(...). Eu ganhava em torno de mil reais, mil e quinhentos por mês, lá na vila, vendendo salgados e de repente, eu cheguei aqui e não ganhava nada. Eu sobrevivi com a ajuda de amigos. Um e outro ajudando, dando rancho e ajudando a pagar as contas. A única coisa que me ajudava era o Bolsa Família, que eu pegava pra comprar as coisas para dentro de casa. Foi bem difícil (Jussara).

Eu estava trabalhando quando estava lá. Eu tive que pedir demissão porque... por causa da mudança. Porque o homem não queria, é um trajeto complicado, é contramão. Aí eu pedi demissão e a gente resolver fazer um acordo em que ambas as partes não saíam perdendo. Daí eu peguei o seguro, mantive a casa com o seguro, paguei algumas dívidas que eu tinha e acabou (Claudia).

Trabalhava em casa. Perdi muita clientela mesmo. Não me lamento, graças a Deus, não dá pra dizer que a gente está passando fome, então está ótimo. Mas diminuiu bastante (Andréia).

Essa também foi uma questão que apareceu no grupo focal sob dois aspectos, o de rompimento com as situações de trabalho, e o da necessidade de capacitação e qualificação profissional, assunto tratado na seqüência. No relato da liderança comunitária ainda em relação ao primeiro aspecto, aparece a preocupação das lideranças comunitárias em relação a situação de trabalho das famílias:

E hoje é muito triste tu ver as pessoas sair chorando da região, e ontem eu vim te contar daquela mulher que ficou um tempão procurando serviço, agora arrumou um serviço ali na creche, no Incentivo a Vida, e tem o filhinho ali na creche. Ela vai ter que ir embora pra Viamão porque não acha uma casa aqui, e porque tá invadido lá no lado da casa dela pelos guri [tráfico de drogas], que encheram em baixo da casa dela [guardando drogas], e a policia vai entrar dentro da casa dela. E ela disse “e eu tenho

um filho, o guri é pequenininho e uma hora vai dar um tiroteio aí, vou ter que ir pra Viamão”. Só que tem um detalhe, o Incentivo a Vida já disse que não pode dar duas passagens, porque é convênio e convênio não dá dinheiro pra passagem, não tem como dar duas passagens pra ela. Então isso é muito triste, porque tu vê as pessoas saindo da região sem vontade, e a maior parte é aquelas pessoas que tinha colocado “preferência na região” [unidade habitacional a ser construída na região como opção de reassentamento](Judite).

As mudanças positivas na renda e no trabalho informadas por duas famílias estão ligadas ao rompimento com o trabalho anterior e a inserção em um novo. Maria relata que durante anos trabalhou na Empresa Termolar, localizada ao lado da comunidade onde residia. Com a distância do novo local de moradia e o valor do deslocamento procurou outro emprego e hoje trabalha no mercado formal tendo a sua renda dobrado em valor. Relata que apesar da separação do companheiro, a renda familiar se manteve a mesma em decorrência do aumento de seu salário. Já a família de Marta teve uma mudança no vínculo empregatício de seus homens adultos e com isso, aumento da renda familiar. Marta relata: *lá a gente trabalhava na reciclagem, aqui a gente não trabalha na reciclagem. O nego está trabalhando de carteira assinada.* Marta referiu na entrevista que com a localização da casa em outro bairro e num morro, a família não possuía mais condições de trabalhar “puxando o carrinho” onde recolhe os materiais para reciclagem, tendo que buscar outras alternativas de renda. Atualmente o companheiro e o genro estão inseridos no mercado formal. Em relação a consideração da mesma de que a situação atual é melhor do que a anterior Marta afirma que: *“Latinha era assim, ó: de janeiro a março, a gente não saía de cento e cinquenta a duzentos. Aí depois, de março até dezembro era em torno de seiscentos, setecentos. Dava pra tirar um pouco mais... Sim, porque voltava toda a cidade a se movimentar. Mas esses três meses do ano...Era menos. Bem menos”* (Marta).

Outra questão freqüentemente apontada tanto por lideranças comunitárias quanto pelas famílias entrevistadas e na análise documental, é a questão do pagamento das contas para manutenção dos imóveis adquiridos. Possivelmente essa questão é tão freqüente por dois motivos: primeiro, a maioria das famílias nas comunidades atingidas não possui ligações regulares de energia elétrica e nem de água, e também não possui seu imóvel cadastrado na Secretaria da Fazenda para fins de pagamento de IPTU, já que a grande maioria das áreas é irregular; segundo, porque a renda das famílias é baixa para atender a necessidade de todos e passar a incorporar três novas contas a realidade mensal das famílias.

Do total de dez famílias que foram entrevistadas, sete referiram dificuldades econômicas para realizar o pagamento das contas para manutenção do imóvel, destas três recebem auxílio de familiares ou terceiros para fazê-lo. São quatro famílias que possuem contas atrasadas, principalmente de IPTU e de energia elétrica, e destas, duas relatam que por não conseguir realizar o pagamento tiveram a necessidade de fazer ligações irregulares, após desligamento da fornecedora do serviço. Sabemos que antes da remoção somente duas famílias realizavam o pagamento de contas de água ou de luz. Essa questão é uma das diferenças entre casas adquiridas com bônus moradia e unidades habitacionais construídas em loteamentos populares. Nas últimas as ligações regulares podem ser de taxa mínima, e o valor do IPTU é menor do que em casas matriculadas.⁴² As entrevistadas analisaram essa situação da seguinte forma:

... tu sais de uma vila onde tu não pagas nada, ou que tu pagasse uma parte, e está dentro do teu orçamento, pra ir pra um lugar em que tu vais pagar água e luz... É um exagero o preço da água e da luz! A pessoa acaba se desesperando, vendendo, e é onde se forma a vila. Eles [Governo] não enxergam? É “Ah, vamos dar a casa pros pobres”, mas o que adianta? (Rose).

Ah, sim, é dificuldade financeira. Eu acredito até que é normal, até tu te adaptares. Lá o que é que a gente pagava? Telefone. Aqui é água, luz, IPTU, telefone, internet (...) com a mudança de casa veio a mudança de consumo (Andréia).

Outras famílias referem que estão dividindo as contas para realizar o pagamento, quando se tratam de bônus conjunto: “A gente consegue dividir... Eu pago o meu IPTU, a minha luz, a minha água. A mãe paga a parte dela...(Marta). Na fala anterior de Andréia aparece uma outra questão em relação ao consumo, já que esta percebe que o consumo em geral da família aumentou após a mudança, não somente com as contas, mas com a mudança na estrutura da família, que ao morar em uma casa melhor, também quer melhorar o seu padrão de vida, adquirindo móveis novos (que muitas vezes perderam com as enchentes na comunidade), por exemplo.

⁴² Nessa fala de Rose aparece a categoria “dar”, em relação a uma doação que a Prefeitura estaria fazendo dessa casa à família. Essa questão abre um amplo leque de discussões a respeito do “dar” e do “conquistar” aquele imóvel ou unidade habitacional enquanto uma luta da população. Araújo (2005) identifica que essas duas categorias também aparecem nas falas dos seus entrevistados na cidade de Fortaleza/CE. No caso do Programa Integrado Socioambiental, muitas famílias usam o termo “comprar”, entendendo o bônus moradia enquanto uma indenização à família onde, ao invés de receber o dinheiro, a família compra com esse dinheiro seu novo imóvel.

A terceira questão no âmbito do trabalho e renda que apareceu na fala de uma entrevistada e das lideranças comunitárias é a capacitação e qualificação profissional das famílias. Esta questão está ligada a um dos eixos do trabalho técnico social na Habitação de Interesse Social descritos no início deste tópico, que é o eixo de Geração de Trabalho e Renda. A entrevista refere ao tema como um descumprimento do Programa em não realizá-lo, já que esta entrevistada teve rompimento no trabalho que gerava a sua renda após a remoção. Observamos que em muitas situações as pessoas, assim como foi o caso da entrevistada Cláudia fazem acordos com o contratante para receber o seguro desemprego quando estão para sair do trabalho. Essa é uma situação que procede de orientação junto às famílias, já que muitas vezes é perpassada por um pensamento imediatista de receber por alguns meses. Nessa fala, assim como nas falas das famílias de venda das casas adquiridas e conquistadas por estes, existe uma perspectiva reduzida de futuro no pensamento e nas ações dessas famílias, possivelmente desencadeadas pelas necessidades de pensar a sobrevivência diária em alguns casos.

No grupo focal essa foi uma questão bastante discutida entre os participantes, porque aproxima a questão da dificuldade financeira das famílias à um desejo de melhora da condição de trabalho e, segundo as lideranças comunitárias, uma reflexão das famílias em relação a sua situação e a possibilidade de adquirir imóvel com bônus:

... as pessoas se iludem que elas vão ganhar um bônus de 40 mil e vão morar em Beverly Hills, pelo amor de deus. Tu pega o bônus, mas o que tu tem dentro de casa é a mesma coisa, se tu tava desempregado, o bônus não vem com vale emprego. Se teus filhos não estudavam, ele não vem com bolsa escola, se o teu filho era craqueiro, ele vai continuar craqueiro, é ou não é. Então as pessoas se iludem que elas vão pegar o bônus, sair da vila e mudar de vida totalmente. Agora, poderia acontecer sim, o que nos batalhamos desde o começo, porque esse projeto era maravilhoso, eu participei muito, nem sei porque participei tanto disso, não sei porque...(Antonio).

A fala do líder comunitário Antonio demonstra uma expectativa das famílias no momento de aquisição do imóvel com bônus moradia que está além das possibilidades reais do processo de reassentamento. E continua, introduzindo a questão da Geração de Trabalho e Renda, numa clara relação entre a capacitação para o trabalho e a capacitação para a vida no novo espaço de moradia que se apresenta:

Antes de pegar o bônus tem que qualificação, tu tem que sair qualificado daqui, não com a cabeça de que tu não ganhou na mega sena, se não vai dar certo. Tua casa vai ser assim, tu vai pagar isso, tu vai pagar aquilo, o que a gente sempre brigou, não brigou, brigou no bom sentido, a gente sempre discutiu (...) Assim, o bônus pode ser uma alternativa, se tu qualificar as pessoas, mas elas virem sem ilusão, conscientes de que tu vai ter a tua casa, mas tu é a mesma pessoa, tu pode melhor um pouco a tua alto estima, e daqui a pouco pode melhorar um pouco de vida (Antonio).

A questão do trabalho é questão central na vida das pessoas, indiferente da situação empregatícia de cada família. Ao analisarmos a fala dos diferentes atores envolvidos na pesquisa, sejam estas famílias ou lideranças comunitárias, não podemos deixar de considerar que muitas vezes o reassentamento tem influência direta sobre uma alteração na situação de trabalho das famílias. No caso das famílias entrevistadas na pesquisa, apareceram mais problemas decorrentes da mudança, do que aspectos positivos, apesar destes demonstrarem autonomia e organização das famílias. Essa questão do trabalho é considerada importante nos termos da Política de Habitação, já que foi instituída enquanto eixo fundamental de ação nos programas de reassentamento, contudo ainda é um eixo frágil, caracterizado pela fragmentação, já que para sua efetivação necessita a interlocução com outras políticas, o que em geral não tem acontecido. Em tempos de desemprego estrutural, flexibilização e precarização do trabalho, em muitos casos, as qualificações profissionais não tem apresentado resultados efetivos nas mudanças de situação empregatícia e de inserção profissional.

6. CASAS E SEUS ENTORNOS: considerações finais sobre o reassentamento com bônus moradia

*Os ventos de agora carregam para longe do bairro Cristal habitantes que devem reencontrar seu lugar no corpo da cidade. Às vezes ganham, às vezes pedem articulação, referências, identidade. Para saber, há que se escutar as novelas particulares, na fresta da janela da vida. A cidade (que pena!). Algumas vezes não escuta.
(Janaina Bechler e Jefferson Pinheiro - Guardar na Memória: imagens do Cristal)*

O concreto e o simbólico entre a casa e o seu entorno são os assuntos tratados nessa dissertação que versou sobre a Habitação de Interesse Social e as ações governamentais relativas a esta Política. Buscamos analisar a alternativa de reassentamento bônus moradia, única na cidade de Porto Alegre, implementada no Programa Integrado Socioambiental da Prefeitura Municipal. O bônus moradia tem sido uma das alternativas utilizadas nos reassentamentos geridos pela Política Operacional do Banco Interamericano de Desenvolvimento, em diferentes cidades no Brasil, com características específicas em cada uma delas permeadas pelas diferenças regionais e culturais. Investigar e trabalhar com ações de reassentamento de famílias costumeiramente não são consideradas tarefas fáceis, visto que o habitar é “essencial à vida humana, para possuir-se a si mesma, instalar-se nesse alvéolo absorvente que é a casa” (KUJAWSKI, 1988, p. 43). Trata-se, portanto, de analisar e trabalhar com a casa, a estrutura de bairro, a rede de atendimento em sua concretude, mas, trata-se também do simbólico, do subjetivo, da proteção ou violência familiar, da identidade de pessoas e de famílias que naquele espaço habitam.

A realidade social tem demonstrado, em todo mundo, um número grande de pessoas que não possuem moradia, que ocupam áreas impróprias para a saúde, casas sem estrutura com risco de desabamento, sem acesso a banheiro ou ainda espaços divididos entre famílias. Este cenário é resultado da urbanização acelerada e não acompanhada por ações governamentais, somada a políticas que não buscam a transformação social, já que, ditadas pelos organismos internacionais e países desenvolvidos – políticas que pregam a redução de gastos nas áreas sociais. Tem como consequência o processo de banalização da vida humana que, conforme por Iamamoto (2008) abarca todas as áreas da vida social, transformando processos sociais e necessidades básicas em mercadoria, num movimento de superação da

dignidade do homem. É preciso entender que o cotidiano de vida das famílias que compõe a classe que vive do trabalho é onde, de forma mais cruel, esses fatores tem impactado.

Diante desse contexto social em que estão inseridos os sujeitos, a questão social se apresenta sob duas perspectivas: a primeira enquanto expressão do não acesso a moradias dignas, à propriedade e a existência de desigualdade nas cidades; e na segunda perspectiva sob a forma de reivindicações populacionais, movimentos sociais e resistência cotidiana, que transformados em demandas públicas exigem respostas governamentais por meio de políticas ou ainda, emanam processos alternativos de busca por moradia no interior das comunidades.

São essas questões que tornam a temática da Habitação de Interesse Social assunto extremamente importante para o campo do Serviço Social na atualidade. As produções nessa área ainda são bastante reduzidas, apesar do acesso à moradia digna ser um fator que transpassa a todas as políticas públicas, além de ser essencial na formação de um sujeito crítico na sociedade, portanto fundamental no desenvolvimento da autonomia das famílias. Como foi colocado por diferentes famílias entrevistadas, o acesso à moradia digna é fator de respeito na sociedade, de aumento da auto-estima e de melhora no relacionamento entre os membros familiares. Não foram poucas as vezes que ouvimos de moradores da comunidade que a casa em estado precário era fator desencadeante de um processo de tristeza e desmotivação nas famílias (Diário de Campo, 2011). Diante disso, esse estudo teve como finalidade, por um lado, contribuir para o aprofundamento das discussões no campo do Serviço Social; e por outro lado, fomentar o acompanhamento consciente e crítico das famílias nos programas de reassentamento.

Quando colocamos a importância de pensar essa temática na atualidade nos baseamos, além da realidade social já descrita, nas mudanças legais no Brasil provenientes da Constituição Federal, mas que ocorreram com maior intensidade no pós anos 2000, com a Emenda Constitucional que define a habitação como direito social. Posterior a esse fato, foi criado o Estatuto das Cidades, a Política Nacional de Habitação, entre outros documentos fundamentais para definir a habitação enquanto direito social e a sua ampliação para o direito à cidade. Como decorrência disso, houve aumento do investimento de recursos na área da habitação nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores. Nesse ínterim, essas novas determinações na área têm apontado como exigência o trabalho social nas ações de habitação que caracteriza, entre outras coisas, três questões: o reconhecimento da importância do trabalho social junto às famílias com destinação de recursos públicos (mesmo que ainda

considerado reduzido); a possibilidade de articulação de trabalho entre os eixos de mobilização comunitária, educação ambiental e geração de trabalho e renda, o que possibilita pensar uma superação de práticas fragmentadas e assistencialistas (ainda que o eixo de geração de trabalho e renda ainda esteja muito frágil em diversos programas, existem experiências bem sucedidas nessa área); e, por último, a extensão do trabalho social a outros profissionais, como pedagogos, arquitetos, engenheiros e advogados, na composição de equipes multiprofissionais para o trabalho social junto às famílias em situação de vulnerabilidade social, numa perspectiva de totalidade de ações.

Outra questão que consideramos importante é a necessidade de pensar a habitação para além da construção de unidades habitacionais em loteamentos populares. Aqui não estamos considerando que essa é uma iniciativa que deve ser desacreditada, já que essa forma de reassentamento tem sido capaz de trazer melhorias à vida de muitas famílias e inclusive tem sido repensada e reestruturada em muitos municípios – em aspectos como a localização de loteamentos (proximidade com o local de origem) e a ampliação do acesso à rede de serviços sociais, por exemplo. Em contrapartida, a alternativa de reassentamento com bônus moradia no município de Porto Alegre, por ser uma alternativa nova, ainda é carente de monitoramento e avaliação *ex-post* - apesar de já ter sido alternativa de reassentamento de 423 famílias integrantes do Programa Integrado Socioambiental – e por isso estudos como este são necessários. Consideramos importante pensar novas alternativas de reassentamento, dentre estas os processos de regularização fundiária, que acabam por emergir como um contraposto à padronização de reassentamento no país.

Acreditamos que a pesquisa com as famílias já reassentadas e com as lideranças comunitárias possibilitou ouvir os sujeitos alvo desse Programa, já que buscou avaliar como estes analisam o reassentamento com bônus moradia. Nesse sentido, tem sido recorrente, nas políticas, indicações sobre a participação da população, sendo esta, na Política de Habitação de Interesse Social um dos eixos do trabalho social. Contudo, tanto na realização deste estudo quanto na nossa inserção enquanto assistente social do Programa, percebemos que muitas vezes os espaços de participação popular existem, todavia, as demandas e sugestões das famílias nem sempre são devidamente encaminhadas. No caso do bônus moradia, as lideranças comunitárias relataram em pesquisa por nós realizada anteriormente (Ahlert, 2010) que sentem-se partícipes desse processo de construção. Questão não observada, por exemplo, em relação à discussão do tamanho das unidades habitacionais, temática que é constante em

muitas reuniões, já que este aspecto não atende as necessidades das famílias. Ou seja, acreditamos que existe uma tendência à padronização de algumas questões na Política de Habitação, que precisam ser aprimoradas apropriando-se de avaliações *ex-post* junto às famílias com vistas a qualificação desses processos e redução dos níveis de abandono das moradias.

Com isso destacamos a importância de os programas estarem realizando avaliação *ex-post* com os sujeitos alvo dos mesmos; e a necessidade de que os espaços de participação não sejam simples formalidades, mas espaços reais de construção coletiva. Percebemos que esse espaço da participação social tem passado por diversas transformações nos últimos anos. A institucionalização da participação popular dentro das instâncias colegiadas certamente ampliou sua influência nas políticas públicas. É, ao mesmo tempo, uma estratégia política de aproximação e parceria com a população e com os movimentos (GOHN, 1997). Nesse sentido observamos que os espaços de participação social, não garantem, por si só, que a participação comunitária aconteça, podendo se tornar assim o que é chamado por Souza (2004) de um processo de grupalização e não de participação popular. Segundo Souza (2004) a grupalização é a reunião de um grupo de pessoas sem implicar que exista consciência crítica ou força social na articulação da população, e complementa: “a grupalização geralmente assume características formais e se apresenta através de estruturas organizadas, obedecendo muito mais a critérios artificiais de organização formal que a necessidade sentida pela população” (SOUZA, 2004, p. 93).

Em relação à participação das famílias no reassentamento com bônus moradia, observamos que apesar de uma caracterização de participação de poucas delas, ou ainda de forma esporádica, afirmam que a participação popular é importante no Programa. Mesmo fazendo esta consideração sobre a importância da participação das famílias no Programa, o que podemos perceber a partir da pesquisa de campo é que a participação das famílias é reduzida, sendo muitas vezes individual e não coletiva. Neste sentido, ocorre com maior intensidade em momentos específicos, da remoção de cada família (no caso, de sua família) e não em canais institucionalizados para esta participação. Isto porque, as reuniões do Orçamento Participativo, que são semanais, tem apresentado baixa frequência das famílias. Evidentemente, perceber estas variações da participação popular não pode deixar de considerar a história do país, da cidade de Porto Alegre (da crença na eficácia do Orçamento Participativo) e o processo dinâmico que conforma os movimentos e as lutas sociais. Contudo

é importante ressaltar este aspecto para que o estímulo a participação seja privilegiado no trabalho social realizado em processos dessa natureza.

Ao investigarmos junto com as famílias como elas analisam o bônus moradia gostaríamos de retomar algumas questões que apareceram no estudo. Dentre estas, é fator de extrema importância propiciado pelo Programa Integrado Socioambiental, a possibilidade de oferta de duas alternativas de reassentamento (bônus moradia e unidades habitacionais), podendo cada família realizar a escolha entre as mesmas. Contudo, o descompasso entre os prazos de pagamento de bônus moradia e de construção de unidades habitacionais acaba por prejudicar essa alternativa, já que há dois anos o Programa trabalha somente com bônus moradia. Acreditávamos que essa questão, de certa forma, rompia com a escolha efetiva das famílias, contudo, nas falas dos sujeitos, a opção pelos bônus moradia não está ligada a não oferta de unidades habitacionais, mas à estrutura do bairro e da casa. Já nas falas das lideranças comunitárias essa questão torna-se recorrente, até porque a demanda por unidades habitacionais na região é luta histórica das mesmas.

Outra questão que transpassa as falas dos sujeitos é a diferença entre o real e o ideal no processo de aquisição da casa. Muitas vezes está presente em seu discurso, entre outras questões, que gostariam de ter uma casa diferente, que não tivesse problemas, que as contas fossem menores, ou que gostariam que a casa adquirida estivesse localizada no bairro onde residiam antes. Essas questões se chocam com aspectos restritivos, ligados ao valor do bônus moradia, à aquisição de uma casa regularizada e às escolhas que estão fazendo no momento de reassentamento. Nesse sentido, nos parece importante pensar sobre o trabalho social pré-reassentamento, que está sendo realizado com as famílias. Este deve dar conta de uma orientação consciente e crítica que abarque essa diferença entre o real e o ideal no processo, possibilitando assim autonomia das famílias na escolha, tendo conhecimento das consequências que essa escolha traz. Ou seja, o trabalho social pré-reassentamento deve oportunizar que as famílias sejam capazes de analisar o que é melhor a curto e longo prazo – como, por exemplo, morar em uma casa de tamanho menor em loteamento popular no bairro em que moram atualmente ou adquirir uma casa mais distante e com tamanho maior, mas que também possui contas mais altas para manutenção do imóvel.

Ainda em relação ao trabalho social pré-reassentamento, podemos perceber com base no estudo realizado, que uma avaliação *ex-ante* ou um diagnóstico junto as famílias permitiria uma maior atenção as suas particularidades, condições e necessidades, como casas acessíveis

para idosos e deficientes, ou casas que não apresentem condições que piorem situações de saúde de membros das famílias, por exemplo.

Cabe sinalizarmos que o pagamento de contas para manutenção do imóvel adquirido apareceu com frequência nas falas das famílias e das lideranças comunitárias, assim como os dados quantitativos apontam que muitas estão tendo dificuldade ou não estão realizando o pagamento das mesmas. Essa questão pode gerar uma discussão sobre a possibilidade de articulação junto às companhias fornecedoras de água e luz para, por exemplo, criar um subsídio para pagamento. Em relação ao pagamento de IPTU, existe Lei Municipal do ano de 2010 que isenta as famílias de realizar o pagamento durante cinco anos, contudo, essa ainda não está normatizada, embora seja uma conquista. Assim, observamos a importância de pensar junto as famílias questões orçamentárias, e planejar, por parte do órgão municipal, formas de custear o pagamento de taxas como, por exemplo, o subsídio cruzado de taxas na cidade, possibilitando a permanência das famílias no novo local de moradia.

De uma maneira geral podemos constatar que as famílias entrevistadas referem aspectos positivos ao bônus moradia principalmente no que diz respeito à estrutura da casa e dos bairros onde as casas são adquiridas, assim como da possibilidade de proporcionar à sua família um local de moradia mais seguro, pensando inclusive numa melhoria de vida para o futuro dos filhos, por meio do acesso à propriedade. Parte dos aspectos negativos como, por exemplo, o número reduzido de linhas e horários de transporte público poderia ser equacionado se as políticas governamentais estivessem sendo implementadas de forma integral. Sabemos, com base em diversos estudos acadêmicos, da dificuldade de efetivar a integralidade nas políticas públicas.

Já as lideranças comunitárias, em relação ao bônus moradia, conseguiram apontar questões importantes como a necessidade de trabalhar a realidade com as famílias que desejam adquirir imóvel, contudo, observamos que as falas são transpassadas não por questões referentes a essa alternativa de reassentamento em si, mas pela relação das lideranças com a Prefeitura de um modo geral. Existe um discurso de que historicamente as lideranças foram ouvidas por meio do Orçamento Participativo na construção do reassentamento do Programa, mas que as combinações feitas entre governo e liderança há anos atrás, não estariam sendo cumpridas. Ressalta-se que, ao longo desse processo ocorreram mudanças no governo municipal.

A partir deste estudo, ainda podemos afirmar que, de um modo geral, as famílias tem conseguido inserção na rede de atendimento do novo espaço de moradia. Existem problemas em casos específicos, relativos à inserção na rede educacional e transporte público. Muitas famílias sinalizam problemas no atendimento na rede de saúde, ligados, não a uma inexistência da rede, mas, ao fato de que alguns perderam atendimento da Estratégia de Saúde da Família com a qual possuíam vínculo em seu local de origem. Podemos perceber que algumas dessas dificuldades estão relacionadas a um contexto mais amplo, vinculado a capacidade (insuficiente) de atendimento no Sistema Único de Saúde da cidade de Porto Alegre. Por outro lado, sabemos que o estabelecimento de nossos vínculos no novo local de origem exige algum tempo para se efetivar, o que pode ser facilitado pelo acompanhamento social.

A pesquisa de campo demonstrou ainda a importância de duas categorias empíricas, família, trabalho e renda. Sobre família, observamos relatos de melhoria nas relações entre os membros da mesma, devido à mudança de condições de vida. Em relação a esta categoria percebemos ainda a recorrência da mesma como elemento central da escolha da casa e também como herança, ou seja, como garantia futura de propriedade. Em relação ao trabalho e renda a pesquisa mostrou um rompimento com as relações de trabalho devido à mudança de endereço e à distância das ocupações anteriores. Para as lideranças comunitárias este rompimento é motivo de crítica ao Programa já que desencadeia problemas na manutenção da nova casa. O pagamento das contas da nova casa apareceu tanto nas falas das famílias como das lideranças comunitárias. A análise voltada ao trabalho remete a questão dos empregos num contexto mais amplo, já que o desemprego estrutural e o trabalho informal são marcas desta sociedade. Consideramos importante pensar a questão do trabalho nos programas de habitação, e neste caso em estudo, sugerimos a possibilidade de pensar formas de manutenção de atividades desenvolvidas no antigo local de moradia com articulação a rede comercial e de serviços desse novo local, ou oferta de ônibus que possibilitem acesso ao antigo local de moradia. Cabe pensar ainda, que trabalhos informais como venda de salgados, faxinas, construção civil, precisam de um tempo para que novas articulações sejam estabelecidas no novo local de moradia, com vistas ao restabelecimento destas. O que poderia nos fazer sugerir ainda uma bolsa provisória para as famílias até o seu restabelecimento, para assim evitar a desocupação das casas por questões financeiras.

O método dialético crítico que embasou este estudo perpassa a pesquisa de campo, por exemplo, nas falas e relatos dos interlocutores da pesquisa. Assim, a categoria historicidade está presente em diversas falas que se referem a momentos históricos, à construção do Programa na consolidação do bônus moradia, às áreas de reassentamento na região, entre outros temas. Aparece ainda em relação às mudanças em combinações que haviam sido feitas com as lideranças em diferentes momentos e que, segundo estas, foram modificadas posteriormente. Já a categoria totalidade, surge nas falas das lideranças comunitárias no que se refere a pensar a cidade como um todo e não o bairro de forma isolada. Estes interlocutores refletem sobre a cidade num contexto mais amplo, pensam a habitação maior do que a casa, contemplando tudo que necessitam para que a qualidade de vida da família melhore (ou seja, pensam emprego, renda, qualificação, rede de vizinhança, rede de serviços). Contudo, esta visão amplifica faz com que as lideranças se posicionem como dotadas de maior capacidade de decisão do que as famílias.

Ainda pensando em relação às categorias do método podemos observar que a contradição está presente, constantemente, na análise do bônus moradia. As lideranças, ao mesmo tempo em que apresentam questões que caracterizam como problemas, apontam questões positivas. Ressaltam, nesse sentido, que o bônus moradia foi uma escolha das lideranças. A contradição também está presentes nos discursos das lideranças quando trazem questões claramente ligadas à relação de força entre as partes envolvidas no Programa.

Por sua vez, a categoria mediação pode ser percebida na ação das lideranças comunitárias. Estas estão muito envolvidas nas questões que lhes dizem respeito em relação a toda organização comunitária no bairro. Diante disso podemos perceber que as lideranças não conseguiram afastar-se dessas questões para realizar uma análise “de fora”, que pudesse realmente pensar a aplicação do bônus moradia. Outra análise realizada pelos sujeitos envolvidos, e que nos permite pensar a questão da mediação, é a constatação de que a situação de moradia tem relação com o mercado imobiliário e com a ação de corretores. Assim como, quando referem que existem definições que não cabem aos técnicos do Programa, que são definições políticas mais amplas. Esta é uma das principais reclamações das lideranças, ou seja, criticam o afastamento dos governantes das discussões e reuniões comunitárias, dentre estas as do próprio Orçamento Participativo.

Essa análise com base no método dialético-crítico nos permite perceber a atualidade que o mesmo possui na análise dos fenômenos da realidade social, capaz de fazer

compreender de forma mediata a relação entre a sociedade civil e o Estado, os determinantes universais e singulares e suas influências nas políticas públicas e também no cotidiano de vida das famílias usuárias.

Assim, diante da difícil questão que é o acesso à terra e à propriedade na sociedade capitalista, seja esta urbana ou rural, as ações na área da habitação popular não receberam a devida atenção historicamente. O Brasil é um país marcado em sua história pela desigualdade no acesso à terra e à propriedade e quando pensamos nesse âmbito, podemos certamente considerar de extrema importância reassentar famílias em imóveis regularizados dos quais os sujeitos serão proprietários. Os resultados da pesquisa nos permitiram identificar a necessidade de pensar a importância o atendimento às famílias na etapa pré-reassentamento, para que tenham acesso às informações necessárias para uma escolha consciente do novo espaço de moradia.

Estas são recomendações importantes para a continuidade de obras e programas de habitação de interesse social. Cada contexto e momento histórico apresenta desafios novos para pensar estas políticas que precisam ser equacionados. Atualmente, no Bairro Cristal, dois elementos tem impactado na forma com que o Programa Socioambiental é percebido pelos sujeitos. Trata-se das obras da Copa do Mundo e também de um movimento realizado por outros moradores da região (que não contemplados nas remoções). Em relação à Copa do Mundo (Diário de Campo, 2011) as lideranças comunitárias indicam um atendimento prioritário às áreas de remoção para a Copa, em detrimento do atendimento a programas antigos, como é o caso do Programa Integrado Socioambiental⁴³. Como afirmado anteriormente, ainda existe um movimento de proprietários de casas no bairro Cristal e Cruzeiro que estão se opondo a desapropriação de áreas nesses bairros para reassentamento. Isto tem levado as lideranças comunitárias a reafirmar o fato de que as comunidades são vizinhas dessas áreas regularizadas há muitos anos e possuem garantia legal de reassentamento próximo as suas comunidades de origem.

Este contexto atual, assim como os resultados desta pesquisa, demonstram a complexidade de pensar o papel do Estado no que se relaciona ao acesso igualitário à cidade. Ainda destaca como a terra e a propriedade são objetos fundamentais da luta de classes na

⁴³ Como disse Judite: “Hoje tem uma só, e essa tá muito mal, essa tá com as pernas quebradas, e eu disse isso, essa semana pro Prefeito, que eu tô me entristecendo, que eu vejo falarem em Copa, em Copa, em Copa e tão se esquecendo do Programa mais antigo da cidade que é o Socioambiental, que foi criado em 1999, que já se discutia Socioambiental, lá quando se discutia, quando começou a discutir o Socioambiental”.

sociedade capitalista. Estas relações de poder falam sobre concepções da disposição dos sujeitos na cidade, cabe à equipe de trabalho social perceber as diferentes vozes envolvidas nestes processos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACANDA, Jorge Luis. **Sociedade Civil e Hegemonia**. Tradução Lisa Stuart. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006.

AHLERT, Betina. **Sobre vozes e construções**: a participação popular e a Política de Habitação em Porto Alegre/RS. Monografia apresentada ao curso de Especialização em Serviço Social: Direitos Sociais e Competências Profissionais da Universidade Nacional de Brasília. Porto Alegre, 2010.

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Boitempo, 1999.

ARAÚJO, Maria Selma de Castro. **Os donos da casa**: das Políticas de Habitação aos significados da Moradia. Dissertação de Mestrado apresentada ao curso de Políticas Públicas e Sociedade da Universidade Estadual do Ceará. Fortaleza, 2005.

ARIÉS, Phillipe. **A história social da criança e da família**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo**. Lisboa: 70, 1977.

BEHRING, Elaine. **Brasil em contra-reforma**: desestruturação do Estado e perda de direitos. São Paulo, 2003.

BONDUKI, Nabil. KOWARICK, Lucio. Espaço Urbano e Espaço Político: do populismo a redemocratização. In: KOWARICK, Lucio. **As lutas sociais e a cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro, Paz e Terra: 1988.

BONDUKI, Nabil. Crise da Habitação e luta pela moradia no pós-guerra. In: KOWARICK, Lucio. **As Lutas Sociais e a Cidade**: São Paulo, passado e presente. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1988.

_____. **Origens da Habitação Social no Brasil**: arquitetura moderna, Lei do Inquilinato e Difusão da Casa Própria. 4 ed. São Paulo: Estação Liberdade, 2004.

BOURDIEU, Pierre. **O espírito da família**. In: Razões práticas. Sobre a teoria da ação. Papirus, 1997.

BORGES, Antonádia. **Tempo de Brasília**. Etnografando lugares-evento da política. Rio de Janeiro: Relumê Dumará, 2003.

BRASIL. **Política Nacional de Habitação**. Brasília, 2004.

_____. Constituição (1988). **Emenda Constitucional nº 26** de 14 de fevereiro de 2000. Disponível em < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 05 de jun. de 2010a.

_____. Ministério das Cidades. **Conselhos das Cidades**. Disponível em: <<http://www.cidades.gov.br/conselho-das-cidades>>. Acesso em 03 de set. de 2010b.

CORREIA, Maria Valéria Costa. **Controle Social**. In: Dicionário de Educação Profissional em Saúde. Disponível em <http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/controle_social_-_rec.pdf>. Acesso em: 27 de Nov. de 2010.

CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: método qualitativo, quantitativo e misto**. Porto Alegre: Artmed, 2010.

DAVIS, Mike. **Planeta Favela**. São Paulo: Boitempo, 2006.

D'AVILLA, Naida Menezes. **DEM HAB com ou sem tijolos, a história das políticas habitacionais em Porto Alegre**. Porto Alegre: PMPA, 2000.

FARIA, Rivaldo Mauro de. BROTOLOZZI, Arlêide. **Espaço, território e saúde: contribuições de Milton Santos para o tema da geografia da saúde no Brasil**. R.RA'GA. Curitiba: Editora UFPR, 2009.

FONSECA, Cláudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

_____. **Família, Fofoca e honra: etnografia de relações de gênero e violência em grupos populares**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2004.

GIL, Antônio Carlos. **Método e Técnicas de Pesquisa Social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **Movimentos Sociais e a Luta pela Moradia**. São Paulo: Loyola, 1991.

_____. **História dos movimentos sociais e das lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Os sem-terra, ONGs e cidadania: a sociedade civil brasileira na era da globalização**. São Paulo: Cortez, 1997.

GÓIS, Edivaldo Junior. **Movimento Higienista na história da vida privada no Brasil: do homogêneo ao heterogêneo**. Disponível em <[tp://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs_revistas/conscientiae_saude/csaude_v1/cnsv1_edivaldogois.pdf](http://portal.uninove.br/marketing/cope/pdfs_revistas/conscientiae_saude/csaude_v1/cnsv1_edivaldogois.pdf)>. Acesso em 07/092010.

GOMES, Maria de Fátima Cabral Marques. PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho (Org.) **Política de Habitação Popular e Trabalho Social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

HERITIÉR, Françoise. **Família**. In: Enciclopédia Einaudi. Parentesco. 1989.

HOLANDA, Sergio Buarque de. **Raízes do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

IAMAMOTO, Marilda Vilela. **Serviço Social e Contemporaneidade**. São Paulo: Cortez, 1998.

_____. **A Questão Social no Capitalismo.** Revista Temporalys 3. Brasília: ABEPSS, 2004.

_____. **Serviço Social em tempos de capital fetiche:** capital financeiro, trabalho e questão social. 2 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

INSTITUTO DE PESQUISA AVANÇADA. **Pobreza, Desigualdade e Políticas Públicas.** Brasília, [S.I]: 2010.

KIND, Luciana. **Notas para o trabalho com a técnica de grupos focais.** Psicologia em Revista, v. 10, n. 15. Belo Horizonte, 2004.

KOGA, Dirce. **Medidas e Cidades:** entre território de vida e território vividos. São Paulo: Cortez, 2003.

KONDER, Leandro. **O que é a dialética.** 25 edição. São Paulo: Editora Brasiliense. 1997.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto.** 6 ed. São Paulo, SP: Paz e Terra, 1976.

KUJAWSKI, Gilberto de Mello. **A crise do século XX.** São Paulo: Ática, 1988.

LEFEBVRE, Henri. **Lógica Formal Lógica Dialética.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1999.

LIGUORI, Guido. **Estado e Sociedade Civil:** entender Gramsci para entender a realidade. In: COUTINHO, Carlos Nelson. **Ler Gramsci, entender a realidade.** Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

MARCONI, Marina de Andrade. LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do Trabalho Científico.** São Paulo: Atlas, 2001.

MARICATO, Hermínia. **Metrópole na periferia do capitalismo:** ilegalidade, desigualdade, e violência. São Paulo: Hucitec, 1996

_____. **Brasil Cidades:** alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes, 2001.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento:** pesquisa qualitativa em saúde. São Paulo: Hucitec, 1992.

_____. (Org). **Pesquisa social:** método e criatividade. Petrópolis: Vozes, 1994.

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos:** III Manuscrito (1844). Disponível em <http://www.marxists.org/portugues/marx/1844/manuscritos/cap05.htm>. Acesso em 03 de dez de 2011.

MONGIN, Oliver. **A condição urbana:** as cidades na era da globalização. São Paulo: Estação

Liberdade, 2009.

MORAES, R. **Uma tempestade de luz**: a compreensão possibilitada pela análise textual discursiva. Porto Alegre.

NALIN, Nilene Maria. **Os significados da moradia**: um recorte a partir dos processos de reassentamento em Porto Alegre. 2007. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: 2007.

OBSERVAPOA. **Perfil dos Bairros de Porto Alegre**. Disponível em www.observapoa.com.br. Acesso em 03 de Nov. de 2011.

NETO, Otávio Cruz. MOREIRA, Marcelo Rasga. SUCENA, Luiz Fernando Mazzei. **Grupos Focais e Pesquisa Social Qualitativa**: o debate orientado como técnica de investigação. Trabalho apresentado no XIII Encontro Brasileiro de Estudos Populacionais. Ouro Preto, 2002.

NETTO, José Paulo. **A ordem social contemporânea é o desafio central**. 33ª- Conferência Mundial de Escolas de Serviço Social. Chile, 2006 (mimeo)

NORONHA, Eduardo G.. **"Informal", ilegal, injusto: percepções do mercado de trabalho no Brasil**. *Rev. bras. Ci. Soc.*[online]. 2003, vol.18, n.53.

PAZ, Rosângela Dias Oliveira da. TABOADA, Kleyd Junqueira. **Política Nacional de Habitação, Intersetorialidade e Integração de Políticas Públicas**. Brasília: Ministério das Cidades, 2010.

PEREIRA, Potyara Amazoneida Pereira. **Necessidades Humanas**: Subsídios a crítica dos Mínimos Sociais. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Política Social**: Temas & Questões. 2 edição. São Paulo: Cortez, 2009.

PORTO ALEGRE. **Plano de Reassentamento Involuntário de Famílias e Atividades Econômicas**. Porto Alegre, 2007.

_____. **Lei n. 10443** – Institui o bônus moradia. Porto Alegre, 2008.

_____. Departamento Municipal de Habitação. **Plano Municipal de Habitação de Interesse Social**. Porto Alegre, 2009

_____. **Orçamento Participativo**. Disponível em <[HTTP://www.portoalegre.rs.gov.br/orcamentoparticipativo](http://www.portoalegre.rs.gov.br/orcamentoparticipativo)>. Acesso em 13 de agos. de 2010.

PRATES, Jane Cruz. **O enfoque misto, quanti-qualitativo ou multimetodológico e método em Marx**. Exposição UFRGS, II Simpósio de Saúde do Trabalhador. Porto Alegre, 2011.

SANTOS, Milton. **A Urbanização Brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1994.

_____. **Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro, 2001.

_____. **O retorno ao território**. OSAL: Observatório Latino Americano. Buenos Aires, 2005. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/qar/libros/osal16/D16Santos.pdf>>. Acesso em 20 de out. de 2010.

SETÚBAL, Aglair Alencar. **Análise de Conteúdo**: suas implicações nos estudos das comunicações. In: **Pesquisa Qualitativa**: um instigante desafio. São Paulo: Veras Editora, 1999.

SILVA, Maria Ozanira da Silva. **Política Habitacional Brasileira**: verso e reverso. São Paulo: Cortez, 1989,

SOUZA, Maria Luiza de. **Desenvolvimento de Comunidade e Participação**. São Paulo: Cortez, 2004.

TEIXEIRA, Solange Maria. **Descentralização e participação social: o novo desenho das políticas sociais**. *Rev. katálysis*, Dez 2007, vol.10, n.2, p.154-163.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo. **Introdução à Pesquisa em Ciências Sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

Apendices

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Casas e seus entornos: o reassentamento com bônus moradia na cidade de Porto Alegre/RS.

Justificativa

Este estudo tem o objetivo Analisar como vem se dando o reassentamento com bônus moradia no Programa Integrado Socioambiental, e sua relação com a Política Municipal de Habitação, buscando subsidiar as discussões sobre as propostas de reassentamento na Política de Habitação de Interesse Social.

Procedimentos

A coleta de dados será feita através de grupo focal e entrevistas estruturadas com questões abertas.

Desconfortos

É importante ressaltar que riscos existem, embora sejam pequenos e referem-se ao uso inadequado de informações referentes a ações profissionais.

Benefícios

Entre os benefícios, destacam-se: possibilidade de participar de um estudo que possa contribuir na qualificação das ações na Política de Habitação de Interesse Social e a socialização de experiências, entre outros.

Garantias

- Da garantia de requerer a qualquer pergunta ou dúvida acerca de qualquer questão referente ao estudo;
- Da liberdade de retirar meu consentimento a qualquer momento, e deixar de participar do estudo, sem que me traga qualquer prejuízo;
- Da segurança de que não serei identificado (a) e que se manterá caráter confidencial das informações relacionadas a minha privacidade, podendo eu inclusive, escolher um nome fictício como identificação;
- Que serão mantidos os preceitos éticos e legais durante e após o término do estudo;
- Do compromisso de acesso às informações em todas as etapas do trabalho, bem como dos resultados deste;
- De permitir o uso de gravador, com garantia de sigilo e anonimato.

Eu,, RG nºfui informada dos objetivos da pesquisa acima de maneira clara e detalhada. Recebi informações a respeito do estudo e esclareci minhas dúvidas. Sei que em qualquer momento poderei solicitar novas informações e modificar minha decisão se assim eu o desejar. A Mestranda Betina Ahlert, orientada pela Dr^a Idília Fernandes, certificou-me de que todos os dados desta pesquisa serão confidenciais e terei liberdade de retirar meu consentimento de participação a qualquer momento.

Fui informado (a) que não existem danos à minha integridade física e emocional provocados pela pesquisa. Quaisquer dúvidas em relação à pesquisa, podem ser esclarecidas pelas pesquisadoras pelo telefone 51 938465 81 ou pela entidade responsável – Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS pelo telefone 51 3320 3345, e-mail cep@puccrs.br.

Porto Alegre, __ de _____ de 2011.

Entrevistado(a)

Pesquisadora mestranda

Pesquisadora responsável Prof^a Dr^a _____ Orientadora - CRESS

APÊNCIDE 02: Roteiro das entrevistas semi-estruturadas

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

INSTRUMENTO DE PESQUISA

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Casas e seus entornos: o reassentamento com bônus moradia na cidade de Porto Alegre/RS.

MESTRANDA: Betina Ahlert

DATA:

ORIENTADORA: Profa. Dra. Idília Fernandes

Nº. DO INSTRUMENTO:

Dados de Identificação da família: _____

Nome do titular: _____

Profissão: _____

Nome do 2º. titular: _____

Profissão: _____

Número de filhos: _____

Número total de pessoas na família: _____

Antigo endereço de moradia: _____

Tempo em que residiu na antiga moradia: _____

Atual endereço de moradia: _____

Tempo em que está residindo na atual moradia: _____

Renda familiar: _____

1. Como você avalia o reassentamento com bônus moradia?
2. Por que você optou pelo reassentamento com bônus moradia e não pelo reassentamento em conjunto habitacional?

3. Quais foram as mudanças que aconteceram na vida da sua família após o reassentamento?
4. Que aspectos você analisa como positivos e quais analisa como negativos no bônus moradia?
5. Você possui alguma dificuldade para realizar a manutenção da casa adquirida com bônus moradia?
6. A renda de sua família modificou após o reassentamento?
7. No antigo endereço você participava da Associação de Moradores ou Orçamento Participativo, ou algum outro espaço instituído de participação popular? Com que frequência?
8. No endereço atual você participa da Associação de Moradores ou Orçamento Participativo, ou algum outro espaço instituído de participação popular? Com que frequência?
9. Durante o processo de reassentamento você participava das reuniões chamadas pela Prefeitura?
10. Se sim, essa participação se deu somente no momento do reassentamento de sua família, ou durante outros períodos do Programa?
11. Você acredita que a sua participação é importante nos Programas da Prefeitura?
12. Por que você escolheu essa casa e este bairro para morar?
13. Quais serviços da rede de atendimento social você tem acesso no atual local de moradia?
14. Existe algum serviço público que você não conseguiu acessar após o reassentamento?
15. No antigo endereço você possuía acesso a esses serviços?

APÊNCIDE 03: Roteiro para realização do Grupo Focal

PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE SERVIÇO SOCIAL
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL

INSTRUMENTO DE PESQUISA

TÍTULO DA DISSERTAÇÃO: Casas e seus entornos: o reassentamento com bônus moradia na cidade de Porto Alegre/RS.

MESTRANDA: Betina Ahlert

DATA:

ORIENTADORA: Profa. Dra. Idília Fernandes

Encontro n. 01

Tema: Avaliação do reassentamento com bônus moradia.

Roteiro de debate:

1. Qual a sua concepção sobre o bônus moradia?
2. As lideranças comunitárias participaram da construção das propostas de reassentamento do Programa Integrado Socioambiental?
3. Você considera que as famílias da sua comunidade que foram reassentadas com bônus moradia estão satisfeitas com essa forma de reassentamento?
4. O que você avalia como ideal em termos de habitação popular para as famílias da sua comunidade?

Encontro n. 02

Tema: Participação Popular

Roteiro do debate:

1. Como você analisa a constituição dos espaços de participação popular no Programa Integrado Socioambiental?
2. Você considera que as famílias têm participado dos espaços de participação junto as Associações de Moradores, Orçamento Participativo e Programa Integrado Socioambiental?
3. Você considera que o gestor tem possibilitado espaços de participação popular conforme previsto na Política de Habitação?
4. Quais os limites e as possibilidades da participação popular no Programa Integrado Socioambiental?

Encontro n. 03

Tema: Território

Roteiro para o debate:

1. Você considera que as famílias estão se sentindo pertencentes ao novo espaço de moradia?
2. Você considera que as famílias reassentadas com bônus moradia estão conseguindo se inserir nos serviços de atendimento no novo local de moradia?
3. Você considera que a qualidade de vida das famílias teve melhora no novo território?
4. As famílias estão conseguindo realmente optar pelo local de moradia com a proposta do reassentamento com bônus moradia?

Anexos



Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

OF.CEP-510/11

Porto Alegre, 05 de abril de 2011.

Senhora Pesquisadora,

O Comitê de Ética em Pesquisa da PUCRS apreciou e aprovou seu protocolo de pesquisa registro CEP 11/05369 intitulado **"Casas e seus entornos: o reassentamento com bônus moradia na cidade de Porto Alegre /RS"**.

Salientamos que seu estudo pode ser iniciado a partir desta data.

Os relatórios parciais e final deverão ser encaminhados a este CEP.

Atenciosamente,

Prof. Dr. Rodolfo Herberto Schneider
Coordenador do CEP-PUCRS

Ilma. Sra.
Profa. Idília Fernandes
FSS
Nesta Universidade

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 – 3º andar – CEP: 90610-000
Sala 314 – Fone Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prppg/cep



RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DE PESQUISA

Senhor(a) Pesquisador(a):

É dever do CEP acompanhar e zelar pela realização da pesquisa da forma como foi aprovada, solicitando relatórios aos pesquisadores. De acordo com o item VII.13.d., da Resolução CNS 196/96, tais relatórios deverão ser anuais (parciais ou finais, em função da duração da pesquisa). Nos trabalhos sobre "Fármacos, medicamentos, vacinas e testes diagnósticos novos ou não registrados no país" (área temática especial número 03), os relatórios deverão ser semestrais (Resolução CNS 251/97, item V.1.c). Portanto, solicitamos a Vossa Senhoria encaminhar ao CEP, relatório de sua pesquisa conforme situação da pesquisa acima discriminada.

Título do Projeto: "Casas e seus entornos: o reassentamento com bônus moradia na cidade de Porto Alegre /RS"	
Pesquisador: Profa. Idilia Fernandes	
Aprovação: 05/04/2011	Aprovação CONEP: data:
Relatórios Entregues: Relatório(s) do pesquisador responsável previsto(s) para: Data: 05/04/2012 data:	
Relatório 1: data:	Relatório 3: data:
Relatório 2: data:	Relatório 4: data:
Tipo de Pesquisa: SIM NÃO	
Residente: <input type="checkbox"/>	Projeto multicêntrico: <input type="checkbox"/> Fase: <input type="checkbox"/>
Doutorado: <input type="checkbox"/>	Nacional: <input type="checkbox"/> Mestrado: <input type="checkbox"/>
Internacional: <input type="checkbox"/>	Trabalho conclusão: <input type="checkbox"/>
1. Situação atual do projeto Não iniciado <input type="checkbox"/> retirado data: Em execução: <input type="checkbox"/> Data início: Data término: Interrompido temporariamente data: Encerrado data:	2. Nº de pessoas pesquisadas: Pessoas Previstas: Pessoas incluídas: Pessoas em outras Instituições: 3. Nº de participantes excluídos: 4. Eventos adversos graves: No centro: <input type="checkbox"/> em outros centros: <input type="checkbox"/>
5. Recursos financeiros necessários: Ainda não disponíveis <input type="checkbox"/> Já disponíveis <input type="checkbox"/> Insuficientes <input type="checkbox"/>	
6. Resultado total (local)	
7. Observações:	
8. Parecer CEP:	

Obs: Confira e atualize os dados acima, referentes ao seu Projeto de Pesquisa, e encaminhe nesta mesma folha para o CEP.

Ass. Pesquisador

PUCRS

Campus Central
Av. Ipiranga, 6690 - 3º andar - CEP: 90610-000
Sala 314 - Fone Fax: (51) 3320-3345
E-mail: cep@pucrs.br
www.pucrs.br/prppg/cep

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER

Cadastro do Projeto CEP/PUCRS
11/05369

Título:
CASAS E SEUS ENTORNOS: O REASSENTAMENTO COM BÔNUS MORADIA
NA CIDADE DE PORTO ALEGRE/RS

Pesquisador Responsável:
Idília Fernandes (orientadora) e Betina Ahlert (mestranda)

Aspectos Científicos e Metodológicos

O objetivo geral do projeto é analisar como vem se dando o reassentamento com bônus moradia no Programa Integrado Socioambiental, e sua relação com a Política Municipal de Habitação, buscando subsidiar as discussões sobre as propostas de reassentamento na Política de Habitação de Interesse Social. Este estudo tem seu foco nas famílias que vivem nas margens do Arroio Cavalhada e Lago Guaíba, que foram reassentadas.

A pesquisa será do tipo qualitativa.

Metodologia a ser empregada: entrevistas semi-estruturadas serão realizadas com famílias que já foram beneficiadas com o reassentamento por meio de bônus moradia, e que estão residindo no município de Porto Alegre. As famílias serão escolhidas por meio de amostra intencional. A amostra intencional terá por base a possibilidade de acesso às famílias, diferentes bairros e regiões da cidade, e diferentes comunidades que já tiveram famílias removidas.

A realização do grupo focal terá como amostra as lideranças comunitárias que integram a Comissão de Moradores do Programa Socioambiental, com vistas a avaliar como as lideranças comunitárias analisam o processo de reassentamento com bônus moradia e a participação das famílias no reassentamento.

As entrevistas semi-estruturadas são compostas por perguntas ou temas que servem como guia da entrevista.

A pesquisa qualitativa contará ainda com uma análise documental e terá como base a pesquisa nos processos administrativos das famílias.

Aspectos Éticos

Documentos aprovados:

Carta de apresentação do projeto, carta do chefe de serviço (Coordenadora do programa Integrado Socioambiental - Prefeitura de Porto Alegre),

Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul
Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER

currículo vitae dos pesquisadores, termo de consentimento livre e esclarecido, aprovação da comissão científica.

Pendências

Folha de rosto e metodologia da pesquisa:

Na folha de rosto consta 16 sujeitos de pesquisa e na metodologia do projeto constam 10 famílias a serem entrevistadas e não está especificado quantos líderes comunitários participarão da pesquisa. Logo, a metodologia deve ser reescrita para esclarecer o universo da amostra e a folha de rosto deve conter o número de sujeitos de acordo com o que aparecer na metodologia.

Atualizar o cronograma.

Recomendação
Aprovar

Considerações Gerais

As pendências e recomendações solicitadas foram atendidas e anexadas ao protocolo, logo a recomendação é de aprovação do projeto.

Data do Parecer 04/04/2011

Questionário para avaliação social pós reassentamento
Dados da família

Nome do entrevistado: _____

Nome do cadastrado no PISA: _____

Endereço antigo: _____

Endereço atual: _____

1. Composição familiar:

1.1 Quantas pessoas compõem a família?

uma duas três mais de três Quantas? _____

1.2 Destes quantos são menores de idade?

nenhum um dois três mais de três. Quantos? _____

1.3 As crianças e adolescentes estão matriculados na escola?

sim não

Qual o nome da escola? _____

1.4 As crianças e adolescentes realizam outra atividade no turno inverso ao da escola?

sim não Qual? _____

Onde? _____

2. Sobre a renda familiar:

2.1 Quantas pessoas contribuem na renda familiar?

uma pessoa duas pessoas três pessoas mais de três pessoas Quantas: _____

2.2 Com base no salário mínimo federal (R\$ 622,00) a renda familiar é de:

1 salário 2 salários 3 salários 4 salários acima de 4. Quantos? _____

2.3 Qual a ocupação profissional dos membros da família que contribuem na renda?

formal. Qual? _____

informal. Qual? _____

2.3 A família recebe repasse financeiro de algum programa social?

não sim

Bolsa- Família NASF BPC PETI outro Qual? _____

2.4 O reassentamento influenciou economicamente na renda familiar?

sim não

Como? _____

3. Sobre o imóvel:

3.1 Tipo de imóvel:

casa apartamento imóvel Pref. Porto Alegre

3.2 Quantidade de imóveis no terreno:

1 2 3 mais de três Quantos? _____

3.3 Quanto à construção:

alvenaria madeira mista

3.4 O imóvel está sendo utilizado para fins comerciais?

sim não

4. Sobre a rede de atendimento:

4.1 Serviços públicos disponíveis na nova localidade de moradia:

Áreas de lazer Assistência Social Conselho Tutelar Coleta seletiva de lixo
 Creches comunitárias (públicas) Escola de ensino fundamental
 Escola de ensino médio Hospital Posto de Saúde
 SASE (Serviço de Atendimento Sócio Educativo)
 Serviço de limpeza urbana (DMLU)
 Segurança Pública (Brigada Militar, Polícia Civil, Guarda Municipal)
 Transporte coletivo público
Outros? Quais? _____

4.2 Em momento anterior ao reassentamento a família tinha acesso a esses serviços?

sim não

4.3 A família permanece fazendo uso de algum serviço no antigo bairro de moradia?

sim não Qual? _____

4.4 A família está necessitando atualmente de algum serviço e ainda não obteve acesso na nova localidade de moradia?

sim não Qual? _____

4.5 Na localidade de moradia a família participa da Associação de moradores ou FROP (Fórum Regional do Orçamento Participativo)?

sim não

Se não, por quê? _____

4.6 E na antiga localidade de moradia?

sim não

ANEXO - 03

Regiões do Orçamento Participativo:

Região 1: Humaitá/Navegantes. Bairros: Anchieta, Farrapos, Humaitá, Navegantes e São Geraldo;

Região 2 – Noroeste. Bairros: Boa Vista, Cristo Redentor, Higienópolis, Jardim Itú, Jardim Lindóia, Jardim São Pedro, Passo D'Arreia, Santa Maria Goretti, São João, São Sebastião, Vila Floresta e Vila Ipiranga;

Região 3 – Leste. Bairros: Bom Jesus, Chácara das Pedras, Jardim Carvalho, Jardim do Salso, Jardim Sabará, Morro Santana, Três Figueiras, Vila Jardim;

Região 4 – Lomba do Pinheiro. Bairros: Agronomia e Lomba do Pinheiro;

Região 5 – Norte. Bairro: Sarandi;

Região 6 – Nordeste. Bairro: Mario Quintana;

Região 7 – Partenon; Bairro: Cel. Aparício Borges, Partenon, Santo Antônio, São José, Vila João Pessoa.

Região 8 – Restinga. Bairro: Restinga;

Região 9 – Glória. Bairros: Belém Velho, Cascata e Glória;

Região 10 – Cruzeiro. Bairros: Medianeira e Santa Tereza;

Região 11 – Cristal. Bairro: Cristal;

Região 12 – Centro-Sul. Bairros: Camaquã, Campo Novo, Cavahada, Nonoi, Teresópolis, Vila Nova;

Região 13 – Extremo-Sul. Bairros: Belém Novo, Chapéu do Sol, Lageado, Lami, Ponta Grossa;

Região 14 – Eixo Baltazar. Bairros: Passo das Pedras, Rubem Berta;

Região 15 – Sul. Bairros: Espírito Santo, Guarujá, Hípica, Ipanema, Pedra Redonda, Serraria, Tristeza, Vila Assunção, Vila Conceição; Região 16 – Centro. Bairros: Auxiliadora, Azenha,

Bela Vista, Bom Fim, Centro, Cidade Baixa, Farroupilha, Floresta, Independência, Menino Deus, Jardim Botânico, Moinhos de Vento, Mont'Serrat, Petrópolis, Praia de Belas, Rio Branco, Santa Cecília e Santana; Região 17 – Ilhas. Ilhas: Arquipélago (Ilhas das Flores, da Pintada, do Pavão e Grande dos Marinheiros).

ANEXO 04:

Quadro– Prioridades do Orçamento Participativo no município de Porto Alegre.

Ano	1ª Prioridade	2ª Prioridade	3ª Prioridade
1992	Saneamento Básico	Educação	Pavimentação
1993	Saneamento Básico	Pavimentação	Regularização Fundiário
1994	Regularização Fundiário	Pavimentação	Saneamento Básico
1995	Pavimentação	Regularização Fundiário	Saneamento Básico
1996	Pavimentação	Saneamento Básico	Regularização Fundiário
1997	Política Habitacional	Pavimentação	Saneamento Básico
1998	Pavimentação	Política Habitacional	Saneamento Básico
1999	Saneamento Básico	Pavimentação	Política Habitacional
2000	Política Habitacional	Pavimentação	Saúde
2001	Pavimentação	Habitação	Saneamento Básico
2002	Habitação	Educação	Pavimentação
2003	Habitação	Educação	Pavimentação
2004	Habitação	Assistência Social	Educação
2005	Habitação	Educação	Assistência Social
2006	Habitação	Educação	Saúde
2007	Habitação	Educação	Assistência Social
2008	Habitação	Educação	Assistência Social
2009	Habitação	Educação	Assistência Social
2010	Habitação	Educação	Assistência Social

Fonte: PORTO ALEGRE, 2010.

Quadro - Prioridades do Orçamento Participativo no bairro Cristal, no município de Porto Alegre.

Ano	1ª Prioridade	2ª Prioridade	3ª Prioridade
2006	Habitação	Desenvolvimento Urbano, Tributação e Turismo	Saúde
2007	Habitação	Saúde	Desenvolvimento Urbano, Tributação e Turismo
2008	Habitação	Desenvolvimento Econômico e Tributação	Assistência Social
2009	Habitação	Assistência Social	Educação

Fonte: PORTO ALEGRE, 2010